

STATISTICS

Principais objetivos, prioridades e procedimentos para atualizar o BPM e o SCN

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

**Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização sobre
o SCN e o BPM**

AGENDA



Qual a
justificação
para a
atualização
das
normas?



Principais
atualizações



Processo de
atualização



Apoio aos nossos
membros e
recomendações

Automóvel de condução autónoma



Financiamento colaborativo



Créditos: lemontreeimages/Adobe Stock

Uber (utilização partilhada de veículos)



Créditos: thanakorn/Adobe Stock

Telemóvel em 2008



Créditos: thanakorn/Adobe Stock

Airbnb (utilização partilhada de alojamentos)



Créditos: wbtky /Adobe Stock

Automóvel elétrico



Créditos: Michael Flippo/Adobe Stock

Captura de carbono



Créditos: Justlight/Adobe Stock

Bitcoin



Créditos: Rodnea Productions / Pexels

Complexas cadeias de valor mundiais



Créditos: delectus/iStock by Getty Images

Entidades de finalidade especial



OpenAI



Qual a justificação para a atualização das normas?

- **Mudanças tectónicas na economia mundial**
 - A crise financeira mundial de 2008 evidenciou as lacunas em termos de dados
 - Digitalização, inovação financeira, globalização
 - Procura crescente de dados para responder às alterações climáticas
- **Os quadros conceptuais foram concebidos para ser robustos e resilientes**
 - Mas foram detetadas deficiências na utilidade para fins analíticos
 - A digitalização e a globalização colocaram novos desafios em matéria de compilação de dados
- **Responder às necessidades de dados identificadas no âmbito de avaliações globais**
 - Iniciativa do G20 referente às lacunas de dados

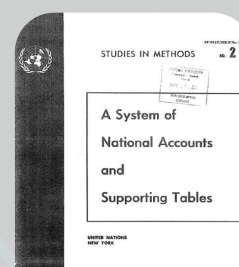
Garantir que os decisores políticos têm acesso a dados, para ajudá-los a concretizar os objetivos de estabilidade financeira e crescimento económico.



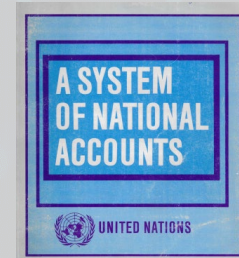
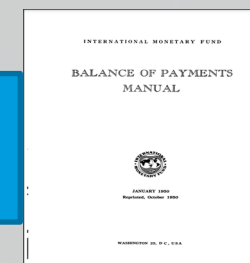
Qual a justificação para a atualização das normas?

Atualização das normas sobre as estatísticas macroeconômicas

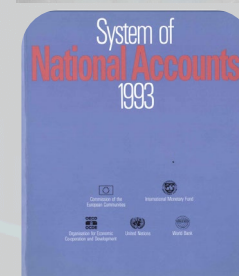
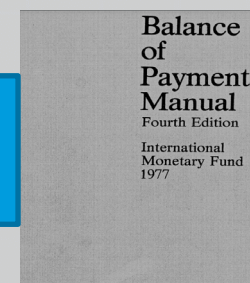
- As normas sobre as estatísticas macroeconômicas são atualizadas com regularidade **para refletir alterações na economia**
- As “atualizações” podem dividir-se em três grupos principais:
 1. **Atualizações conceituais** (alteração naquilo que é medido)
 2. **Atualizações metodológicas** (alteração no modo de medição das atividades)**Atualizações ao nível da apresentação** (alteração no modo de apresentação das estatísticas)
- Nas últimas décadas, tem sido dada cada vez mais atenção à necessidade de assegurar a **coerência com outras normas** (por exemplo, GFSM e MFSM, SEEA)



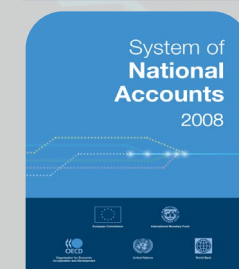
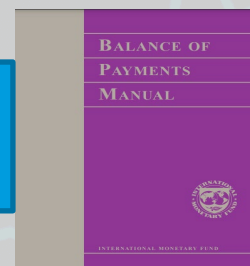
**SCN 1953
BPM1-2 (1948-1950)**



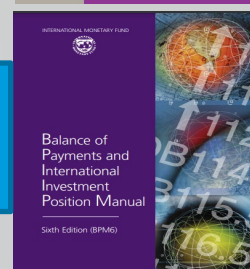
**SCN 1968
BPM3-4 (1961-1977)**



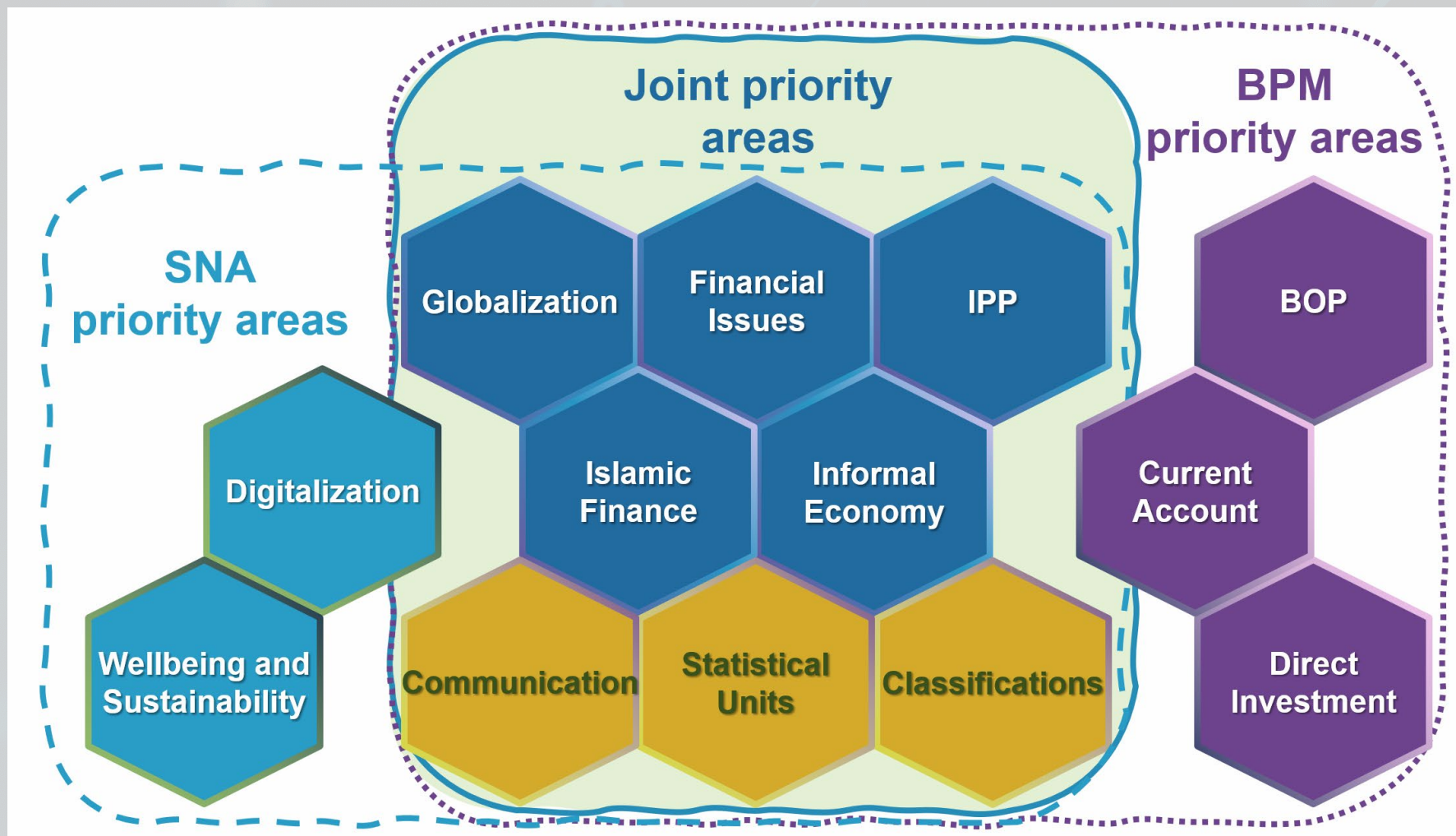
**SCN 1993
BPM5 (1993)**



**SCN 2008
BPM6 (2009)**



Atualização de domínios prioritários



Principais atualizações

Digitalização e inovação financeira

Necessidades de política

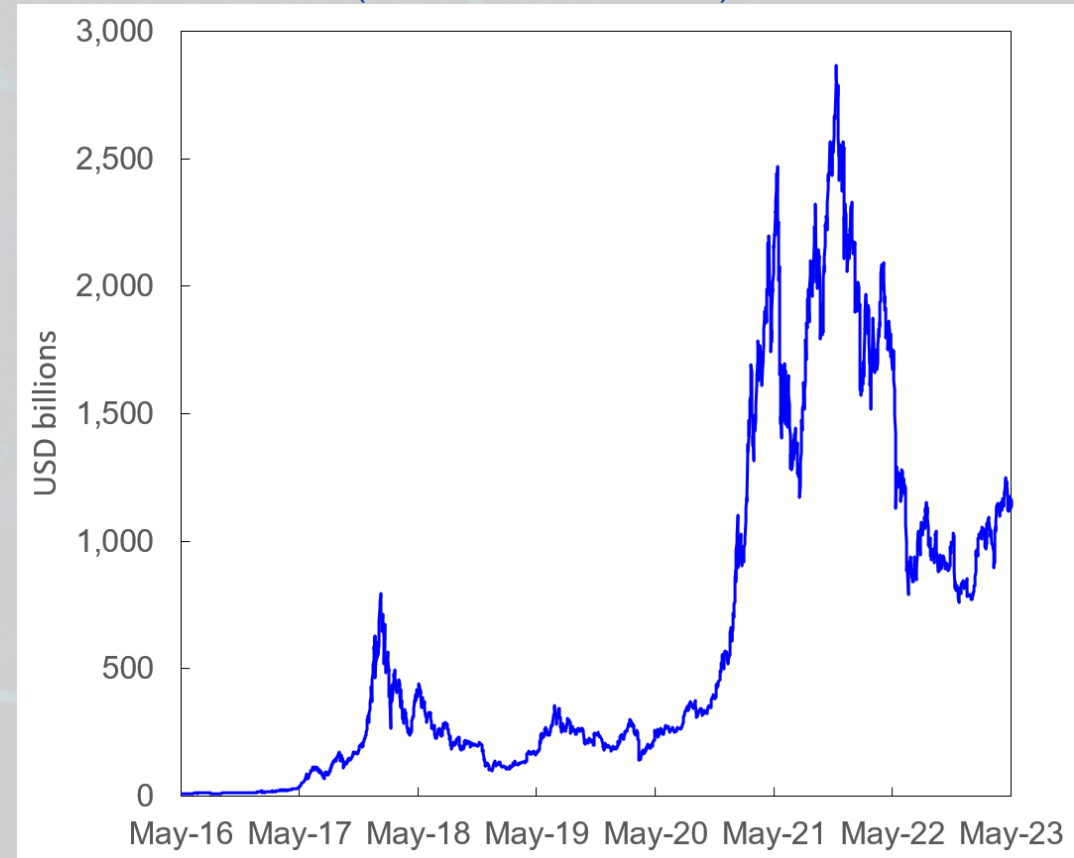
- Supervisão macrofinanceira
- *Fintech*
- Moeda digital



Temas da atualização selecionados

- Registo das *fintech*
- Registo dos criptoativos
- Derivados financeiros por tipo
- Instituições financeiras não bancárias

Capitalização bolsista global dos criptoativos
(Mil milhões de USD)



Fonte: Coin Dance.

Globalização

Necessidades de política

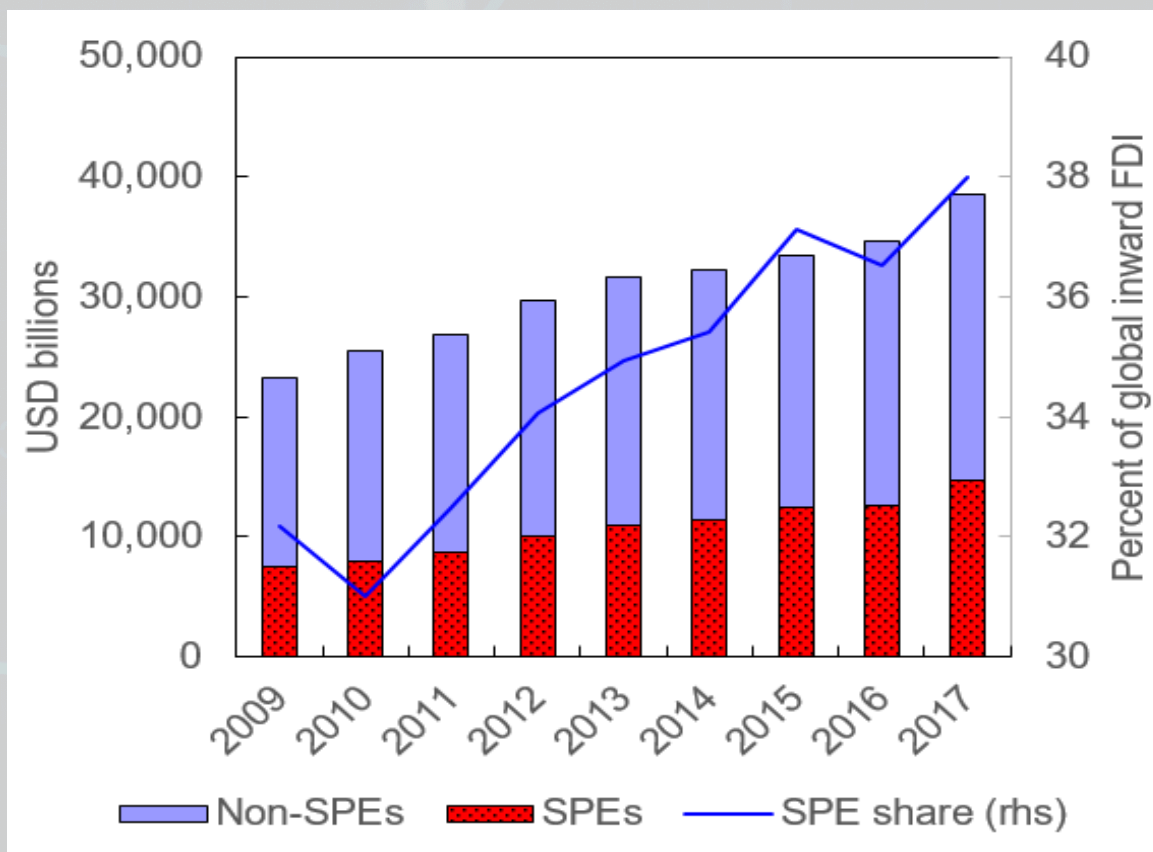
- Comércio
- Tributação internacional
- Fluxos de capital



Temas da atualização selecionados

- Cadeias de valor mundiais
- Empresas multinacionais
- Entidades de finalidade especial (EFE)

Posição global de entradas de IDE e EFE
(Mil milhões de USD e percentagem do IDE)



Fonte: Damgaard, Jannick, Thomas Elkjaer e Niels Johannesen, "What Is Real and What Is Not in the Global FDI Network?", IMF Working Paper N.º 19/274, 2019.

Sustentabilidade externa

Necessidades de política

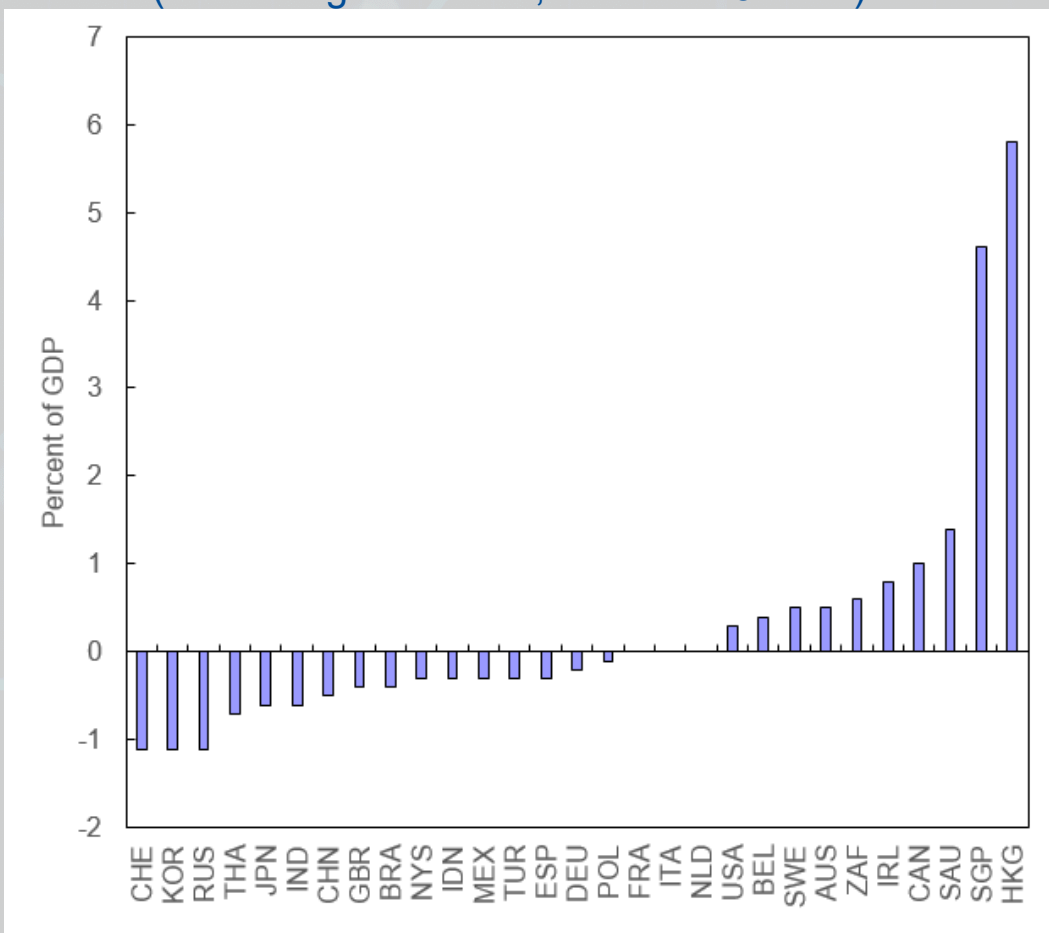
- Estabilidade do setor externo e interligação



Temas da atualização selecionados

- Reservas internacionais líquidas
- Comércio classificado por moeda
- Reconciliação dos stocks/fluxos
- Lucros reinvestidos
- Ações não cotadas

Impacto estimado na conta corrente da inclusão dos lucros reinvestidos no investimento de carteira (Porcentagem do PIB; média de 5 anos)



Fonte: FMI, "Relatório sobre o Setor Externo," 2018.

Bem-estar e sustentabilidade

Necessidades de política

- Desigualdade e crescimento inclusivo
- Alterações climáticas

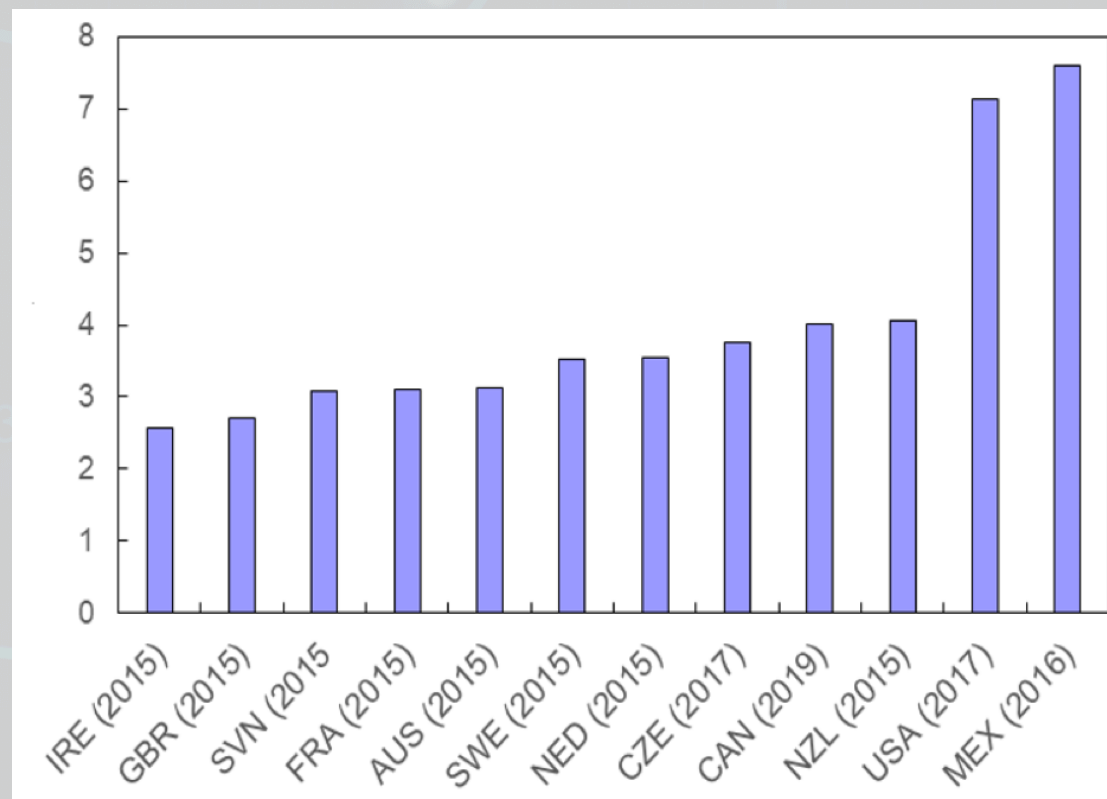


Temas da atualização selecionados

- Distribuições dos rendimentos, consumo, poupanças e património das famílias
- Atividades domésticas não remuneradas
- Contabilidade económico-ambiental

Rendimento disponível das famílias

(rácio, rendimento 20% das famílias com mais rendimentos/rendimento 20% das famílias com menos rendimentos)



Fonte: OCDE.

Economia informal

Necessidades de política

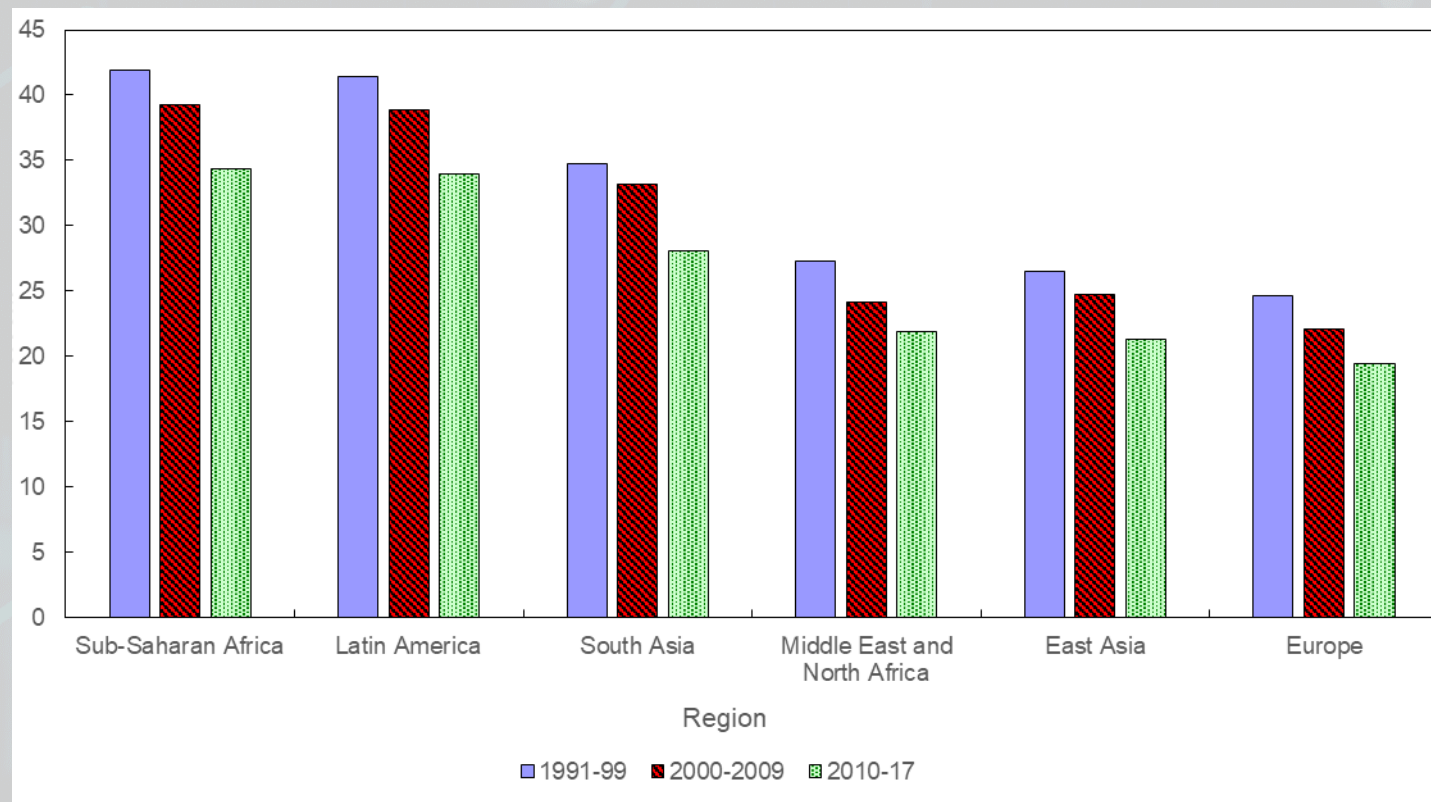
- Análise de género
- Mobilização de receitas internas
- Crescimento inclusivo



Temas da atualização selecionados

- Desenvolver um quadro reforçado e coerente para fins de medição
- Incorporar os serviços domésticos não remunerados

Economia informal por região (Porcentagem do PIB)



Fonte: Medina, Leandro e Friedrich Schneider, "Shedding Light on the Shadow Economy: A Global Database and the Interaction with the Official One," CESifo Working Paper N.º 7981, 2019.

Disposições de governação – SCN e BPM

Comissão de Estatística das Nações Unidas (UNSC)

Confere o mandato sobre as contas nacionais, apoia e acompanha o plano de atividades.

Grupo de Trabalho Intersecretariado sobre Contas Nacionais (ISWGNA)

Executa o mandato e comunica os progressos do seu plano de atividades à UNSC.

Entre os membros estão agências internacionais, incluindo o FMI.

Envolve grupos de peritos técnicos para realizar o plano de atividades.

Grupo Consultivo de Peritos sobre Contas Nacionais (AEG)

Auxilia o ISWGNA na execução do seu plano de atividades. Resolve problemas sobre a agenda de investigação em matéria do SCN.

Os membros representam a comunidade global de compiladores das contas nacionais a título pessoal.

Comité do FMI sobre as Estatísticas da Balança de Pagamentos (Comité)

Aconselha o FMI em matéria de questões de metodologia e compilação das estatísticas do setor externo.

Os membros representam a comunidade global de compiladores das estatísticas externas a título pessoal.

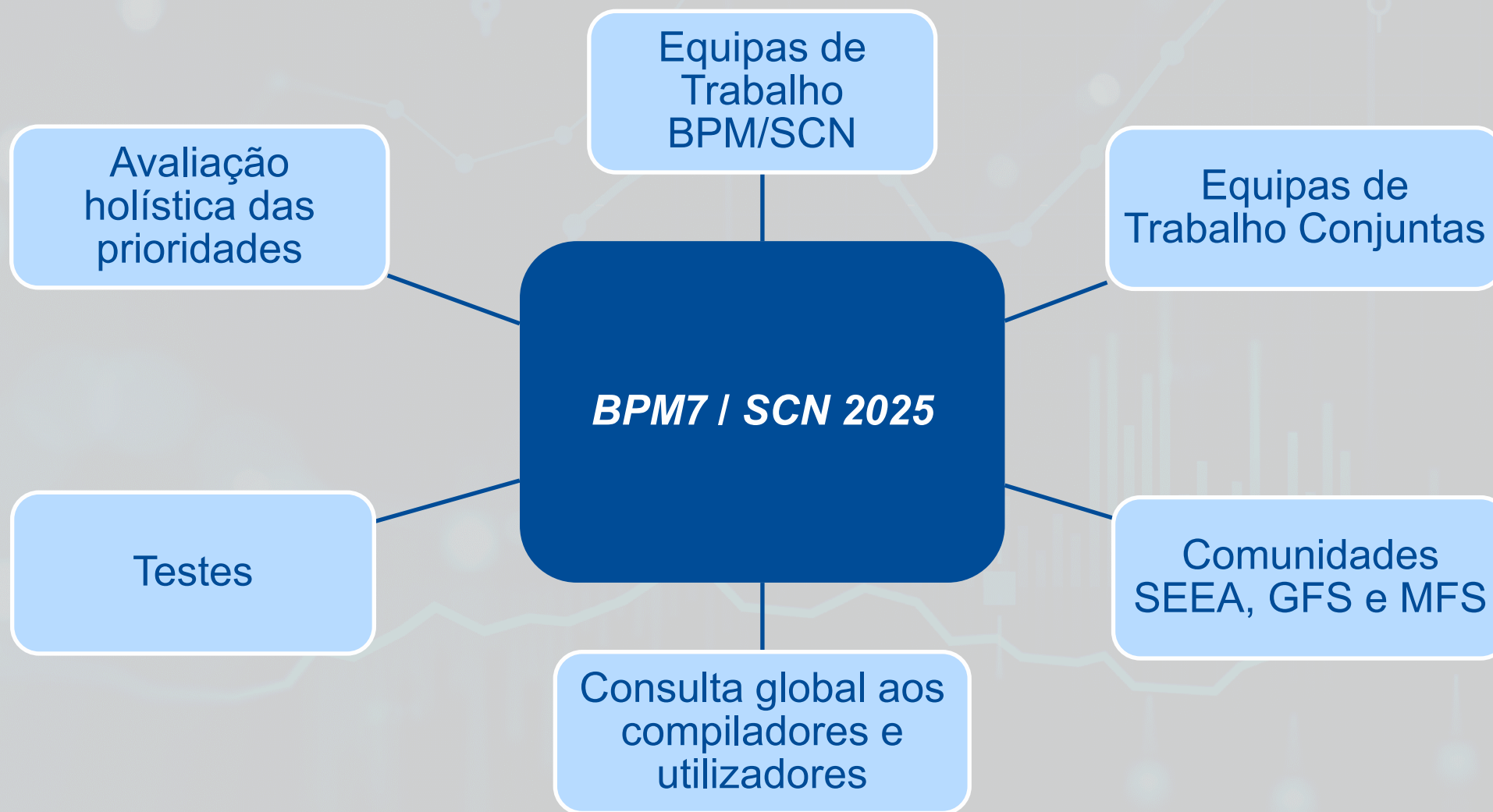


Processo de atualização

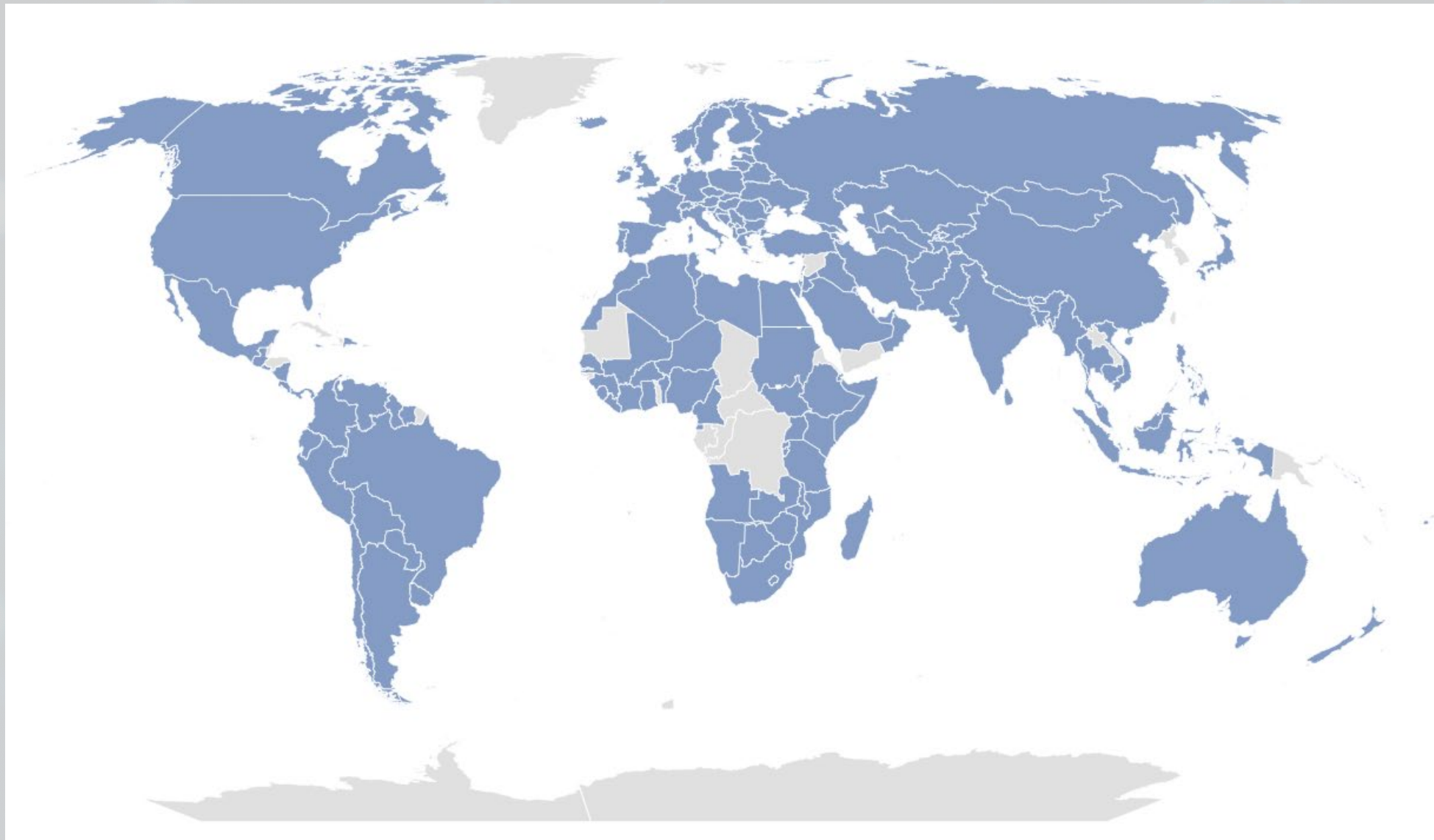
Processo de atualização e cooperação entre as equipas de redação do BPM e do SCN

- **Agenda de investigação: grupos de peritos conjuntos (Equipas de Trabalho)**
 - Participação de GFS, MFS, SEEA, atualizações da classificação (ISIC, CPC) e utilizadores
- **Reuniões conjuntas do AEG e do Comité**
 - Decisões tomadas em conjunto / os editores desempenham um papel essencial em caso de discordâncias
- **Redação coordenada de anteprojetos comentados (capítulos novos/substancialmente revistos)**
 - Incluindo quatro capítulos SCN/BPM conjuntos
 - Anteprojetos comentados partilhados para consultas globais
- **Glossário comum e texto comum para os princípios gerais**

Coordenação e participação das partes interessadas

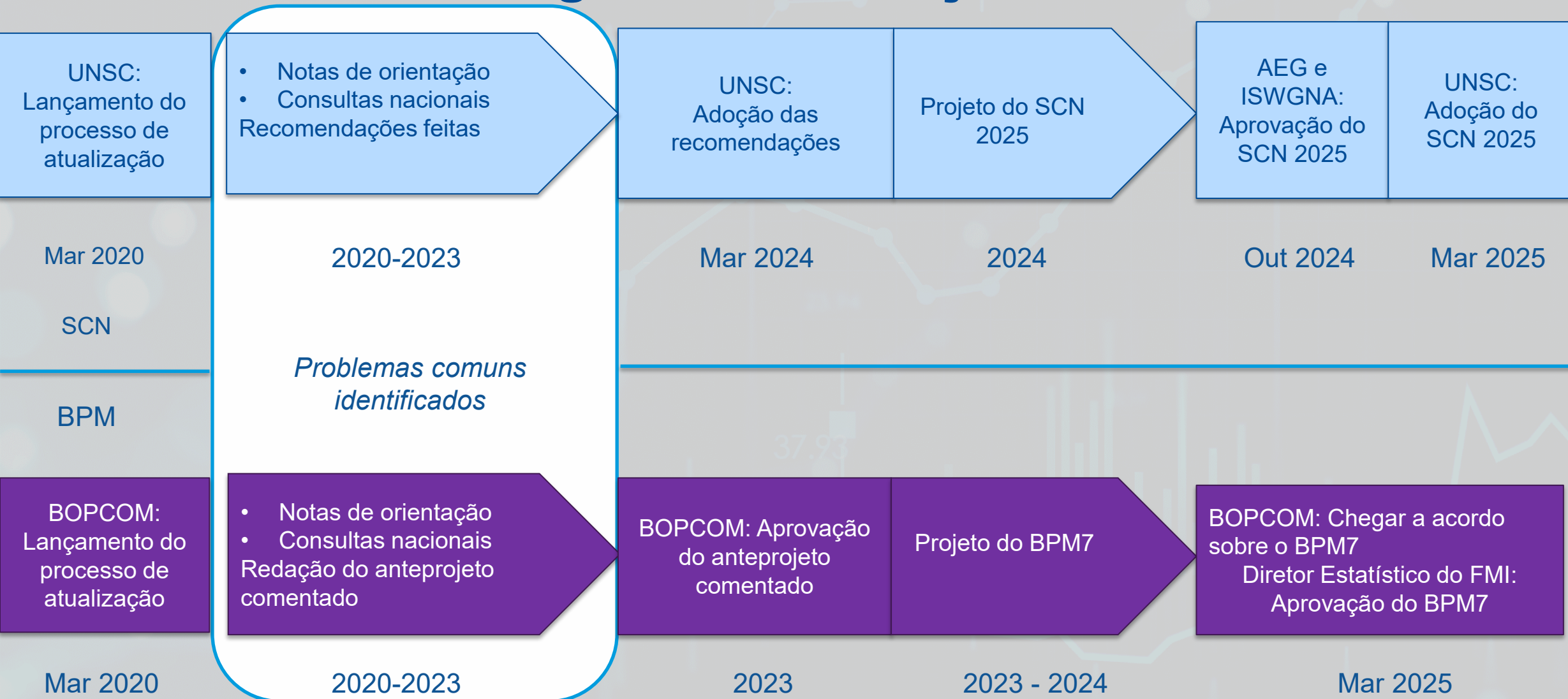


Participação mundial nas consultas globais sobre o SCN/BPM



Até agora, 176 economias participaram pelo menos numa destas consultas

Processo e cronologia da atualização



Apoio à implementação

- **Implementar uma estratégia multifacetada**
 - Organizar *workshops* regionais
 - Prestar assistência técnica e formação
 - Elaborar manuais metodológicos e guias de compilação
 - Assegurar a coordenação entre organizações internacionais
- **Utilizar nova plataforma digital para colaboração**
 - Transitar para publicações eletrónicas
 - Partilhar conceitos comuns em todos os domínios estatísticos
 - Organizar um fórum para a interação entre compiladores e utilizadores e a colaboração entre pares
 - Desenvolver um centro para compiladores a fim de facilitar a partilha de melhores práticas

Ajustar a abordagem de implementação às necessidades dos utilizadores e à materialidade



Apoiar a implementação

Apoio à implementação





**Muito obrigado pela atenção
dispensada!**



DIAPPOSITIVOS COMPLEMENTARES

Mais informações sobre a atualização do SCN 2008

<https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/towards2025.asp>



The screenshot shows the United Nations Statistics Division website. At the top left is the UN logo. The navigation bar includes links for Home, SNA, ISWGNA, Knowledge Base, Data, Capacity development, and Publications. A search bar is located on the right. Below the navigation bar, the breadcrumb trail reads: 'You are here: ISWGNA >> Updating the SNA >> Towards the 2025 SNA'. The main heading is 'Towards the 2025 SNA'. The page is divided into two columns. The left column is titled 'About the updating process' and contains several paragraphs of text detailing the ISWGNA's role, the project management page, a three-pronged approach, and specific tasks like undertaking technical research, engaging in broad consultation, and ensuring consistency with other statistical standards. The right column is titled 'List of Task Teams' and lists ten teams, each accompanied by a small icon of two people. The teams are: Digitalization Task Team, Wellbeing and Sustainability Task Team, Joint Globalization Task Team, Joint Communication Task Team, Joint Financial and Payment Systems Task Team, Joint Informal Economy Task Team, Joint Islamic Finance Task Team, BPM Balance of Payments Task Team, BPM Current Account Task Team, and BPM Direct Investment Task Team.

About the updating process

The Intersecretariat Working Group on National Accounts (ISWGNA), assisted by the Advisory Expert Group on National Accounts (AEG), oversees the overall 2008 SNA update programme.

The [Project Management](#) page contains all documents (workprogramme, governance arrangements, progress reports of the project manager, reports to the UNSC, minutes of ISWGNA meetings, etc.) relevant to the management of the update project.

A three-pronged approach is envisaged for the update of the 2008 SNA:

A. Undertaking technical research in prioritized and other national accounts issues and experimentation and testing of selected recommendations.

To address the issues a series of [Guidance Notes](#) are being developed. This list is based on the consolidated SNA research agenda and an [initial list of issues](#) considered for updating the 2008 SNA which was identified in July 2020.

A novel key feature within the research component of the update of the 2008 SNA work programme is the explicit inclusion of an [experimental estimation / early implementation](#) component for some recommendations in the guidance notes.

Dedicated task teams were established to undertake the technical research and draft guidance notes.

B. Engaging in a broad consultation on the issues related to the thematic areas.

The Broad Consultation component of the SNA update constitutes several rounds of interactions with various groups of stakeholders such as compilers, policymakers, academia, and the private sector. Among the instruments used to broadcast the update and collect feedback are online [Global Consultations](#) on the guidance notes and [Outreach](#) activities through global and regional webinars and forums.

C. Ensuring overall consistency with other statistical standards in the system of economic statistics.

For overlapping issues in the research agendas identified for the SNA, BPM, GFS, MFSM, SEEA, ISIC and CPC etc., the Task Teams were established consisting of subject matter experts from relevant Committees of Experts and other groups.

As of March 2022, of specific note is the historically close collaboration of the work on the [update of the BPM6](#) and the 2008 SNA and the efforts to align the two standards, as well as the engagement of the [Government Finance Statistics Community](#) in the update programme.

List of Task Teams

-  **Digitalization Task Team**
-  **Wellbeing and Sustainability Task Team**
-  **Joint Globalization Task Team**
-  **Joint Communication Task Team**
-  **Joint Financial and Payment Systems Task Team**
-  **Joint Informal Economy Task Team**
-  **Joint Islamic Finance Task Team**
-  **BPM Balance of Payments Task Team**
-  **BPM Current Account Task Team**
-  **BPM Direct Investment Task Team**

Mais informações sobre a atualização do *BPM6*

<https://www.imf.org/en/Data/Statistics/BPM>



The screenshot shows the IMF website's navigation bar with the IMF logo, social media icons, and the text "INTERNATIONAL MONETARY FUND". Below the navigation bar is a blue banner with the title "UPDATE OF THE SIXTH EDITION OF THE BALANCE OF PAYMENTS AND INTERNATIONAL INVESTMENT POSITION MANUAL (BPM6)". The main content area is divided into two columns. The left column lists various task teams and research issues, including "Compendium of Research Issues", "Task Teams (BOPCOM)", "Balance of Payments Task Team (BPPT)", "Current Account Task Team (CATT)", "Direct Investment Task Team (DITT)", "Joint Task Teams (BOPCOM/ISWGNA)", "Financial and Payments Systems Task Team (FITT)", "Joint Globalization Task Team (GZTT)", "Informal Economy Task Team (IETT)", "Islamic Finance Task Team (IFTT)", "Joint Communications Task Team (CMTT)", and "Approved Guidance Notes". The right column features a social media sharing bar, the title "Update of the sixth edition of the Balance of Payments and International Investment Position Manual (BPM6)", a paragraph of text, and a list of two phases of the update process.

UPDATE OF THE SIXTH EDITION OF THE BALANCE OF PAYMENTS AND INTERNATIONAL INVESTMENT POSITION MANUAL (BPM6)

Compendium of Research Issues

Task Teams (BOPCOM)

Balance of Payments Task Team (BPPT) ▶

Current Account Task Team (CATT) ▶

Direct Investment Task Team (DITT) ▶

Joint Task Teams (BOPCOM/ISWGNA)

Financial and Payments Systems Task Team (FITT) ▶

Joint Globalization Task Team (GZTT) ▶

Informal Economy Task Team (IETT) ▶

Islamic Finance Task Team (IFTT) ▶

Joint Communications Task Team (CMTT) ▶

Approved Guidance Notes

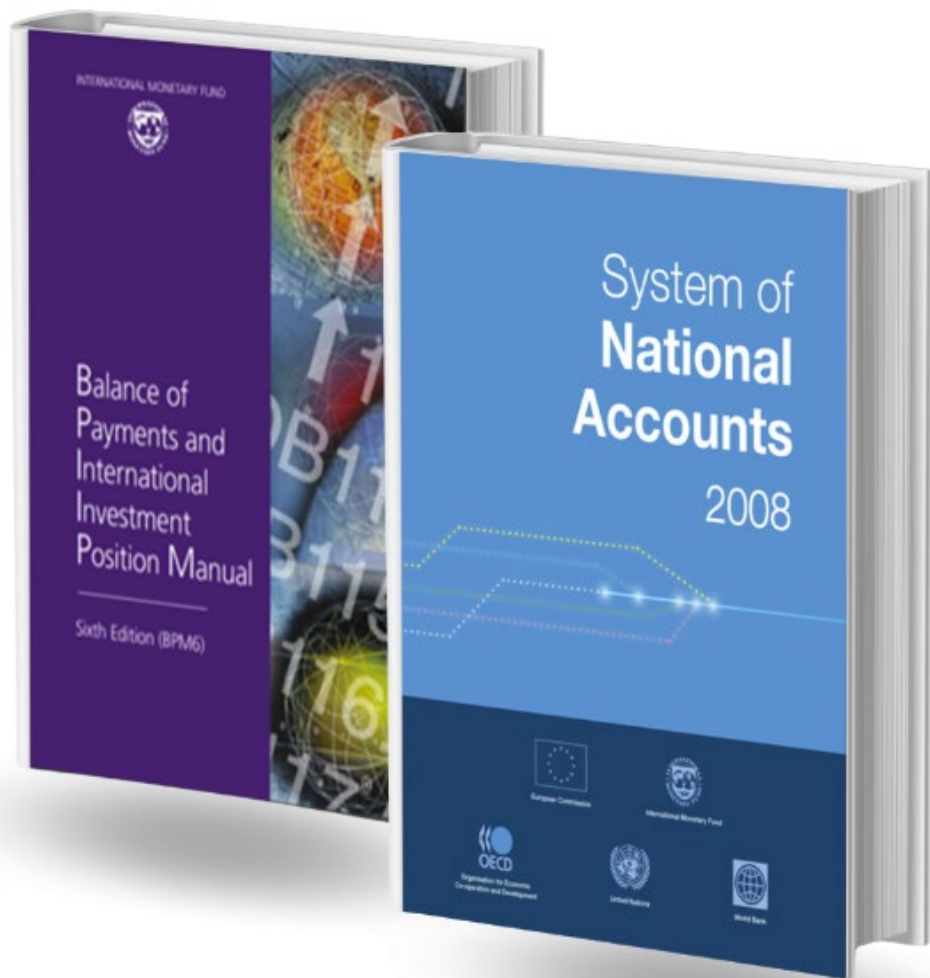
Update of the sixth edition of the Balance of Payments and International Investment Position Manual (BPM6)

The IMF Statistics Department has launched the update of the sixth edition of the *Balance of Payments and International Investment Position Manual (BPM6)* targeting to publish an updated version of the Manual (*BPM7*) by March 2025. The *BPM6* update is being coordinated with the update of the *System of National Accounts 2008 (2008 SNA)*, which was officially launched by the United Nations Statistical Commission (UNSC) also with a target release date of March 2025.

Key elements of the *BPM6* Update process and the timetable were endorsed by the IMF's Committee on Balance of Payments Statistics (BOPCOM) at its Thirty-Third Meeting in March 2020.

The two phases of the update process are:

- **Phase I** (March 2020–March 2022): finalization of the detailed research on the issues identified in the *Compendium of Research Issues* and discuss how they would impact the new version of the Manual (*BPM7*) and
- **Phase II** (April 2022–March 2025): finalization of the Annotated Outline and drafting of the chapters/appendixes of the *BPM7*, and extensive consultations about the proposed changes;



STATISTICS

Fundamentos: fluxos, stocks, regras contabilísticas, residência, unidades e setores institucionais

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização
sobre o SCN e o BPM

AGENDA



BPM7 Capítulo
3/SCN 2025
Capítulo 4
Fluxos, stocks e
regras
contabilísticas



BPM7 Capítulo
4/SCN 2025
Capítulo 5
Residência,
unidades e
setores
institucionais

Estrutura do capítulo e avaliação

Este capítulo segue a estrutura do capítulo do *SCN 2008 (Capítulo 3: Princípios contabilísticos)*

- **Avaliação**
 - Empréstimos concessionais – nunca registrar um elemento de transferência no “quadro central”
 - Exceto no caso de empréstimos concessionais concedidos pelos empregadores aos funcionários
- **Importações e exportações de bens – sem alterações à norma atual**
 - Do ponto de vista conceptual, é preferível o valor observado da operação
 - Será introduzido na próxima versão dos manuais (sob reserva de mais testes)
- **Stocks de títulos de dívida ao valor nominal – complemento à avaliação de mercado existente**



Operações e momento de registo

■ Operações

▪ Repartição de ativos/operações

- Dois exemplos (utilização de um automóvel por famílias para fins de produção, pacotes de viagens e excursões)

■ **Momento de registo de operações redistributivas**

- Só registar as operações com coimas/multas quando a unidade que emite a multa tem um “direito incondicional sobre os fundos”; e
- Se uma sentença ou acórdão for passível de recurso, o direito incondicional existe quando a "decisão transita em julgado"

Propriedade económica

- **A propriedade económica de recursos naturais (não renováveis), recursos biológicos e recursos energéticos renováveis será clarificada**
- **Propriedade económica de produtos de propriedade intelectual (PPI)**
 - PPI produzidos previamente, depende do acordo subjacente
 - Árvore de decisão do Guia da UNECE para medir a produção mundial
 - Entidades de finalidade especial
- **Clarificação sobre as disposições – ativo financeiro correlacionado, ativo não financeiro correlacionado, e não correlacionado com a propriedade do ativo**

Estrutura do capítulo e setorização

- Este capítulo segue a estrutura do capítulo do **SCN 2008 (Capítulo 4: Unidades e setores institucionais)**
- Clarificação da classificação setorial das empresas *fintech*
 - Classificá-las nos setores/subsetores institucionais existentes, sem introduzir um novo setor designado *fintech*
 - Os países com atividades *fintech* consideráveis podem introduzir uma categoria “d/q”



SCN 2025 Setorização

Setor das sociedades não financeiras

- Non-financial corporations (S11)
 - Domestically controlled (S11DO)
 - Public nonfinancial corporations (S11001)
 - *Of which:* Public nonfinancial corporations which are part of domestic multinationals (S110011)
 - National private nonfinancial corporations (S11002)
 - *Of which:* National private nonfinancial corporations which are part of domestic multinationals (S110021)
 - Foreign controlled (S11003)
 - *Of which: SPEs*

Setor das sociedades financeiras

- Financial corporations (S12)
 - Domestically controlled (S12DO)
 - Public financial corporations (S12001)
 - *Of which:* Public financial corporations which are part of domestic multinationals (S120011)
 - National private financial corporations (S12002)
 - *Of which:* National private financial corporations which are part of domestic multinationals (S120021)
 - Foreign controlled (S12003)
 - *Of which: SPEs*

Setor das sociedades financeiras – decomposição atualizada

Setor das famílias – desdobramento por subsetores de acordo com os níveis de rendimento e património; e outros critérios

BPM7 Setorização

Banco central
Autoridades monetárias
Entidades depositárias
d/q EFE
Administração pública
Outras sociedades financeiras.
Fundos do mercado monetário (FMM)
Fundos de investimento exceto FMM
Sociedades de seguros
Fundos de pensão
Outros intermediários financeiros
d/q: Contrapartes centrais de compensação
Instituições financeiras cativas e prestamistas, e auxiliares financeiros
d/q EFE
Sociedades não financeiras
d/q EFE
Famílias e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF)

Entidades de finalidade especial (EFE)

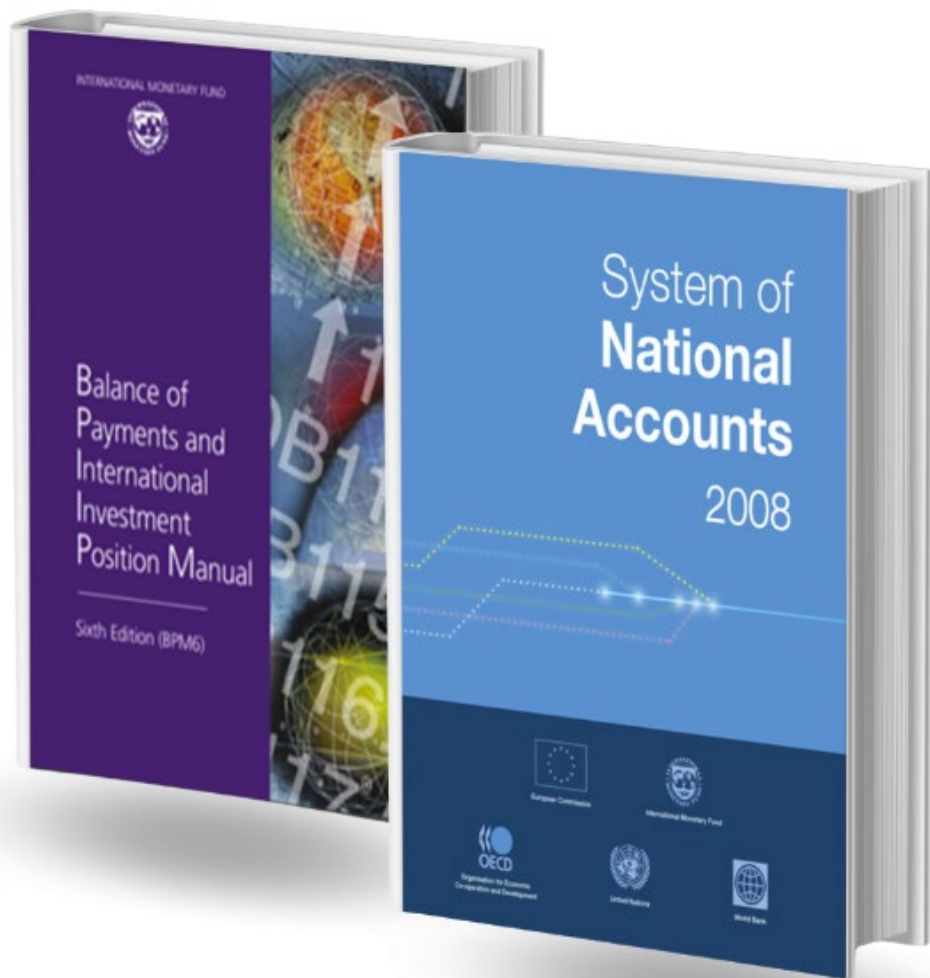
- O termo EFE apenas deve ser utilizado para as entidades sob controlo externo direto e indireto
- Entidades de finalidade especial da administração pública – setor da administração pública
 - Os não residentes são tratados como unidades separadas – introduz imputações aprimoradas para refletir melhor as operações orçamentais de EFE controladas pela administração pública
- Instituições financeiras cativas totalmente detidas e controladas apenas por entidades-mãe residentes – não são consideradas EFE
- As filiais controladas por residentes devem ser referidas de acordo com a respetiva tipologia (sociedade-veículo, instituição cativa, etc.) – não são classificadas como EFE

Unidades e controlo

- **Sedes e sociedades gestoras de participações sociais**
 - Orientações para determinar se uma sede/sociedade gestora de participações sociais é uma unidade institucional separada
 - Distinguir entre sedes e sociedades gestoras de participações sociais
- **Propriedade e controlo das empresas**
 - Critérios para classificar as sociedades controladas por um não residente – tratamento consistente com o BPM
 - Por exemplo, a sociedade B é considerada uma subsidiária da sociedade A, se a sociedade A detiver mais de 50% dos direitos de voto na sociedade B



**MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO
DISPENSADA!**



STATISTICS

Globalização

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

**Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização
sobre o SCN e o BPM**

AGENDA



Introdução



Produção
global



Grupos de
empresas
multinacionais



Desafios de
medição



Dados
complementares



Ferramentas
analíticas

Introdução

■ Novo capítulo temático

- Reúne informações transversais a diferentes capítulos.

■ O que é a globalização?

- Refere-se à integração económica das economias de todo o mundo.
- Os produtores melhoram a eficiência ao externalizar partes do processo de produção (fragmentação).

■ O desafio

- As estatísticas macroeconómicas tradicionais baseiam-se nos conceitos de residência e presença económica.

■ A solução

- Apresentações complementares para proporcionar perspectivas alternativas ou mais pormenores que complementam as estatísticas macroeconómicas tradicionais.



Produção mundial

■ Cadeias de valor mundiais

- Fragmentação da produção em cadeias de produção entre empresas residentes e não residentes.
- As cadeias de valor mundiais são um pilar fundamental da economia mundial moderna, permitindo que as empresas tirem partido da especialização mundial e das eficiências de custos.

■ Acordos de fabrico e distribuição

- O capítulo descreve quatro tipos principais de acordos e o seu registo
 - Reexportações
 - Comércio triangular (“merchanting”)
 - Transformação
 - Produção de bens sem fábrica



Produção
mundial

Produção mundial

■ Reexportações

- *Bens produzidos noutras economias, e previamente importados, que são exportados sem qualquer transformação significativa do estado de importação prévia.*
- Menos ligação à economia interna por comparação com outras exportações
 - ➡ Apresentadas como uma rubrica suplementar, quando relevante

■ Comércio triangular (“merchanting”)

- *A compra de bens por um residente (da economia de compilação) a um não residente, conjugada com a revenda subsequente dos mesmos bens a outro não residente, sem que os bens saiam e entrem fisicamente da economia que efetua a compilação.*
- O registo das importações e exportações de bens iria inflacionar os dados do comércio
 - ➡ Registo das exportações líquidas de bens em regime de comércio triangular

Produção mundial

■ Transformação

- *No âmbito de um acordo de transformação, o mandante detém ou adquire recursos materiais e compra serviços de fabrico de recursos físicos detidos por outros junto de um transformador não residente (que pode fornecer alguns recursos materiais) para alterar os bens de forma significativa. A propriedade dos bens não muda durante o processo de fabrico.*
- **Aspeto principal:** o transformador não assume a propriedade dos bens durante a transformação
- Registo das operações com bens e serviços
 - As operações relacionadas com mercadorias entre o mandante num acordo de transformação e outras partes podem ser apresentadas como uma sub-rubrica complementar das mercadorias gerais.

Produção mundial

■ Produção de bens sem fábrica

- *Quando um mandante controla a produção de um bem dando os passos empresariais e fornecendo as especificações técnicas necessárias para produzir o bem, mas externaliza completamente o processo de transformação material necessário à produção.*
- **Aspeto principal:** o contratante assume a propriedade dos recursos materiais.
- Registo das operações com bens
 - As operações relacionadas com mercadorias entre o mandante num acordo de transformação e outras partes podem ser apresentadas como uma sub-rubrica complementar das mercadorias gerais.

Grupos de empresas multinacionais

- **Definição de empresas multinacionais**
- **O papel das entidades de finalidade especial (EFE)**
 - Aceder aos mercados de capitais, proteger os proprietários do risco financeiro, reduzir o peso regulamentar e fiscal e/ou proteger a confidencialidade.
 - Tipologia que pode ser utilizada para identificar as EFE e determinar o seu setor institucional apropriado.
- **Produtos de propriedade intelectual (PPI).**
 - Devido ao seu carácter intangível é difícil observar a transferência e a utilização de PPI, em especial dentro de grupos de empresas multinacionais
 - Árvore de decisão para ajudar a determinar a propriedade económica dos PPI e operações relacionadas com PPI.



Grupos de
empresas
multinacionais
(MNE)

Desafios de medição

■ Afetação da produção a diferentes economias

- Os grupos de empresas multinacionais muitas vezes levam a cabo as suas atividades de forma integrada a nível internacional.
- Preços de transferência distorcidos.

■ Mobilidade transfronteiriça de ativos empresariais

- Os PPI e outros ativos intangíveis podem ser movimentados facilmente.
- Os PPI podem ter um impacto enorme nos indicadores macroeconómicos, incluindo no PIB.

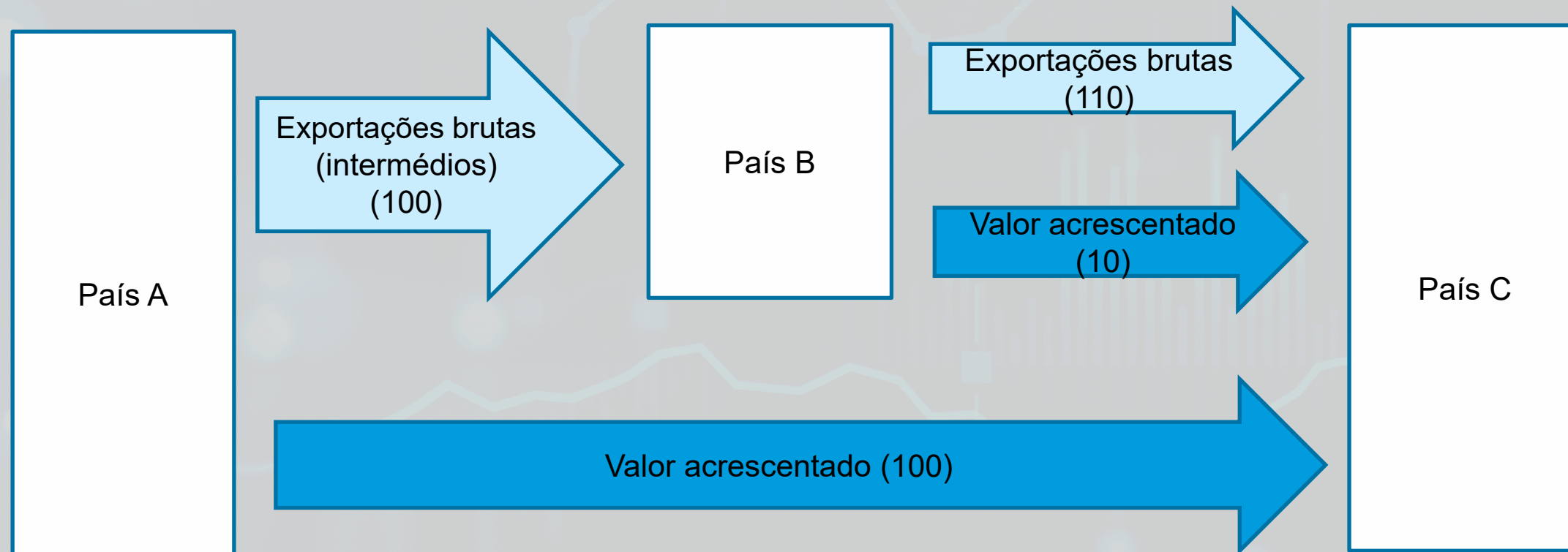
■ Consistência e coerência dos dados dos grupos de empresas multinacionais

- Garantir que toda a atividade de um grupo de empresas multinacional é captada, sem duplicações, e devidamente alocada por território económico.
- Prestar especial atenção a grandes entidades.



Desafios de medição

- **Fragmentação da produção e fluxos comerciais brutos**
 - Podem ocorrer fluxos comerciais brutos inflacionados.



Dados complementares

- **Indicadores principais além do PIB**
 - Por exemplo, RNB ou RNL
- **Estatísticas sobre as atividades das empresas multinacionais**
 - Por exemplo, vendas, emprego, valor acrescentado, exportações e importações de bens e serviços, e número de empresas.
- **Estatísticas complementares do investimento direto**
 - Economia de investimento final
 - Economia de destino final



Dados
complementares

Dados complementares

■ Granularidade adicional nas contas do setor institucional

- Decomposição das sociedades financeiras e não financeiras por controlo interno/externo
- Controlo externo: Categoria “d/q” EFE
- Controlo interno: público versus privado, com a categoria “d/q” grupos de empresas multinacionais

■ Rendimentos de comércio e investimento por características das empresas

- Decompor as exportações e importações de bens e serviços e fluxos externos de rendimentos de investimento por:
 - Propriedade
 - Classe de grandeza das empresas
 - Economia parceira
 - Produto
 - Indústria

Ferramentas analíticas

■ Indicadores *Trade in Value Added* (TiVA)

- Dão resposta à dupla contagem implícita nos fluxos brutos do comércio.
- Medem o valor que é acrescentado por cada economia e indústria.

■ Conta temática da cadeia de valor mundial

- Utiliza uma abordagem ascendente (“bottom-up”) que olha para uma cadeia de produção específica dentro do quadro das contas nacionais.
- Consiste em quadros de recursos e empregos específicos de cadeias de valor mundiais de um único país ou vários países.

■ Quadros de recursos e empregos alargados

- Concebidos para dar uma maior granularidade a respeito de operações associadas a processos de produção globalizados, por exemplo, origem (importações) ou destino (exportações)

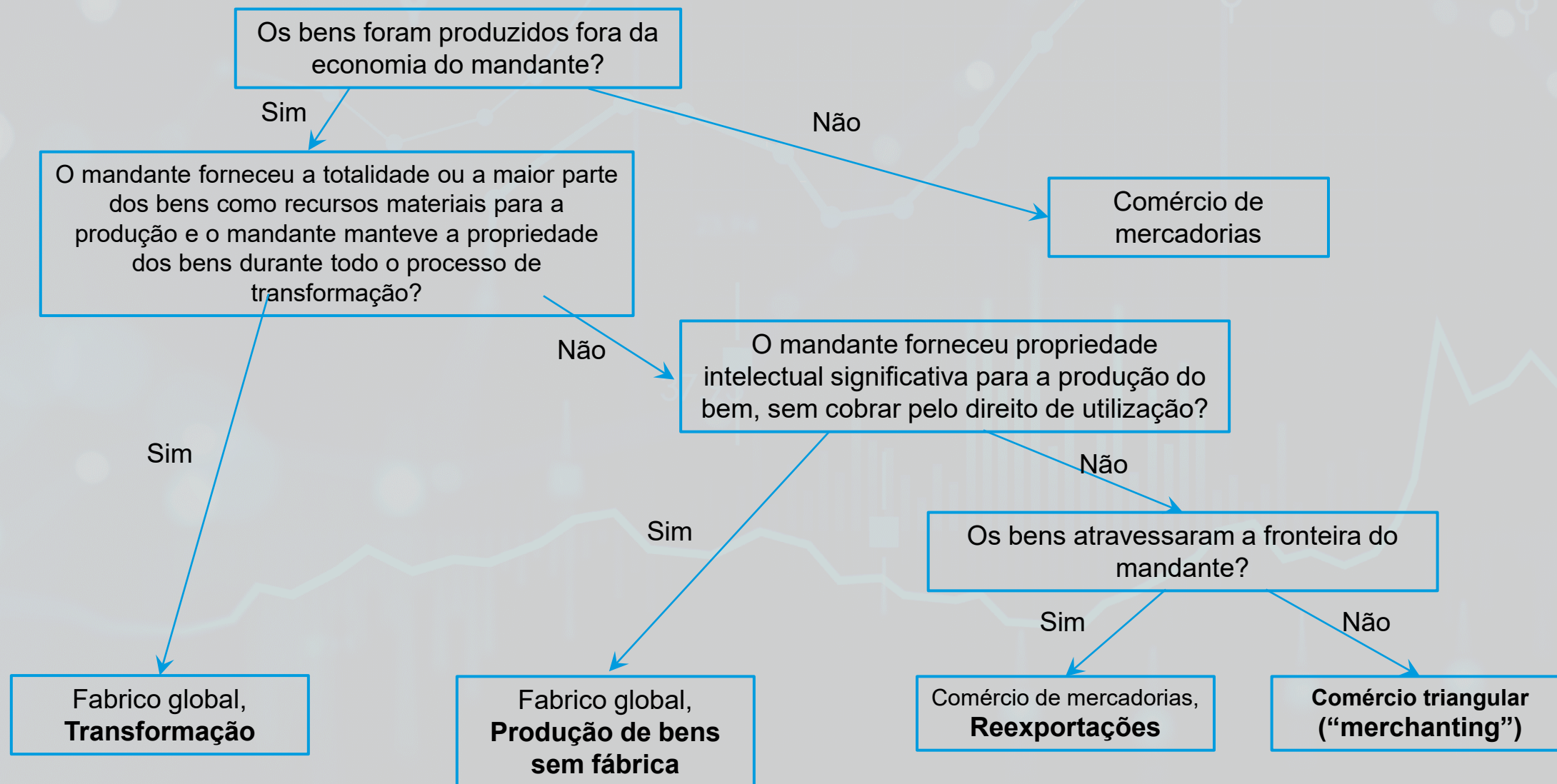


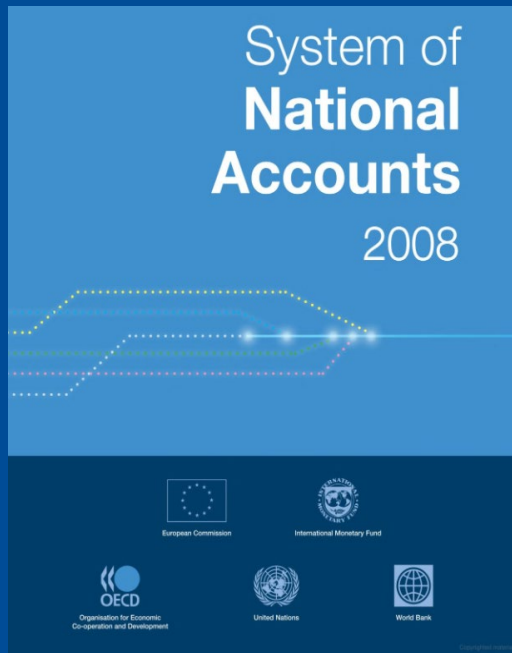
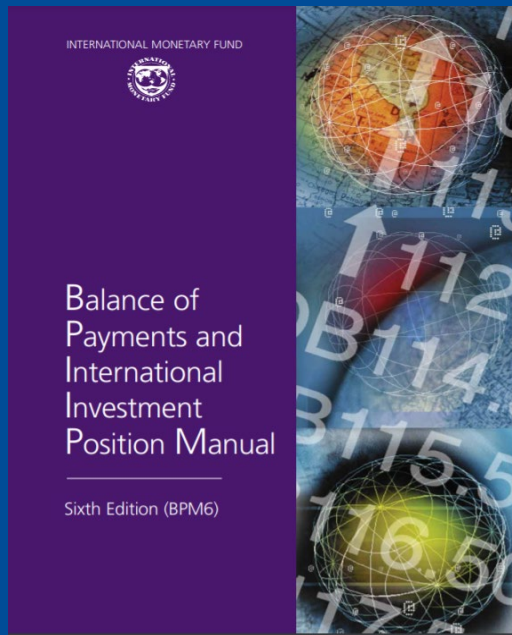
MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO DISPENSADA!



Diapositivo adicional

Produção mundial: Árvore de decisão





STATISTICS

Digitalização

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização
sobre o SCN e o BPM

Plano geral da apresentação

- ✓ **Motivação**
- ✓ **Teor do Capítulo 22 do SCN 2025/Capítulo 16 do BPM7 – Digitalização**
 - ✓ A. Produtos digitais
 - ✓ B. Plataformas digitais
 - ✓ C. Digitalização e o sistema financeiro
 - ✓ D. Medir os preços e os volumes dos produtores afetados pela digitalização
 - ✓ E. Ferramentas analíticas para aumentar a visibilidade da digitalização

Motivação

Trata-se de um novo capítulo que resulta do processo de atualização do SCN e do BPM.

- Conferir **visibilidade** ao impacto da digitalização na produção, no consumo, no investimento, no comércio, nos processos, nas finanças, na comunicação e em outros aspetos da economia e em operações transnacionais relevantes.
- Fornecer **orientações** para medir os produtos digitais em conformidade com o quadro conceptual alargado do SCN/BPM.
- Explicar a **medição** de produtos e ativos que surgiram no âmbito da digitalização e oferecer uma **visão consolidada** da medição e do relato de aspetos importantes da digitalização.

Teor do Capítulo 22. Digitalização

A. Bens e serviços digitais

1. Computação em nuvem
2. Ativos de dados
3. Inteligência artificial
4. *Tokens* não fungíveis

B. Plataformas digitais

1. Plataformas digitais de intermediação (PDI) não financeira
2. Plataformas digitais grátis e produtos digitais grátis
 - Produtos grátis fornecidos por empresas não baseadas em plataformas
 - Plataformas digitais grátis
 - Conteúdo gerado pelo utilizador
 - Software grátis
 - Aumentar a visibilidade das plataformas e produtos digitais grátis

C. Digitalização e o sistema financeiro

1. Novos serviços financeiros e meios de pagamento viabilizados pela digitalização
2. Plataformas digitais de intermediação financeira
3. Ativos digitais, incluindo criptoativos fungíveis

D. Medir os preços e os volumes dos produtores afetados pela digitalização

- Medir a variação da qualidade em bens TIC e bens com componentes TIC
- Software e dados
- Computação em nuvem
- Internet e serviços de telecomunicações
- Comércio eletrónico e plataformas de intermediação digitais
- Maior acesso para garantir variedade e personalização
- Produtos digitais grátis

E. Ferramentas analíticas para aumentar a visibilidade da digitalização

1. Conta temática sobre a economia digital
2. Quadros de recursos e empregos digitais
3. Conta alargada para aumentar a visibilidade dos serviços grátis das plataformas digitais consumidos pelas famílias

A. Produtos digitais (1)

Computação em nuvem



Computação, armazenamento de dados, software e serviços informáticos conexos acedidos remotamente através de uma rede, fornecidos a pedido e com utilização de recursos mensurada.

1. **Infraestrutura como serviço (IaaS)** - acesso a hardware
2. **Plataforma como serviço (PaaS)** - acesso a plataforma de software
3. **Software como serviço (SaaS)** - acesso a software de aplicação

Processo empresarial como serviço (BPaaS) - software especializado utilizado para automatizar funções ou tarefas empresariais comuns

Ativos de dados



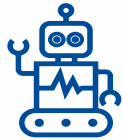
Os dados tornaram-se num tipo importante de ativo intangível produzido.

Os dados como um ativo significam conteúdos de informação produzidos mediante o acesso e a observação de fenómenos e o registo, a organização e o armazenamento de elementos de informação. Estes ativos são produzidos quando informações sobre fenómenos observáveis (FO), como factos, comportamentos e características, são registadas, organizadas e armazenadas em formato digital.

Os dados que se espera que sejam utilizados para fins de produção durante um período superior a um ano são, em termos conceptuais, um ativo fixo (PPI).

A. Produtos digitais (1)

Inteligência artificial



Por IA entende-se capacidades de um programa informático ou sistema controlado por um programa informático de reconhecimento, raciocínio, comunicação e previsão que reproduzem o reconhecimento, o raciocínio e a comunicação humanas. Os programas de IA também podem ter capacidade para aprender.

Os sistemas de IA são um tipo especial de software dentro de uma classe de produtos de propriedade intelectual identificada como “Software informático, incluindo sistemas de inteligência artificial”, sendo incentivado o relato separado de IA como uma rubrica “d/q”.

Tokens não fungíveis



Registos digitais alojados numa *blockchain* que estão associados a um ativo ou produto digital ou físico, mas que são distintos desse ativo ou produto. Os NFT atestam a propriedade dos direitos de utilização e proveito do ativo e também podem servir para atestar a autenticidade do ativo.

(1) NFT que não conferem direitos de propriedade → (SCN - Consumo); (BOP - Serviços informáticos e de informação)

(2) NFT que conferem direitos de propriedade limitados → Ativos não produzidos não financeiros: contratos, locações e licenças

(3) NFT que conferem plenos direitos de propriedade → compra de ativo subjacente (digital ou físico).

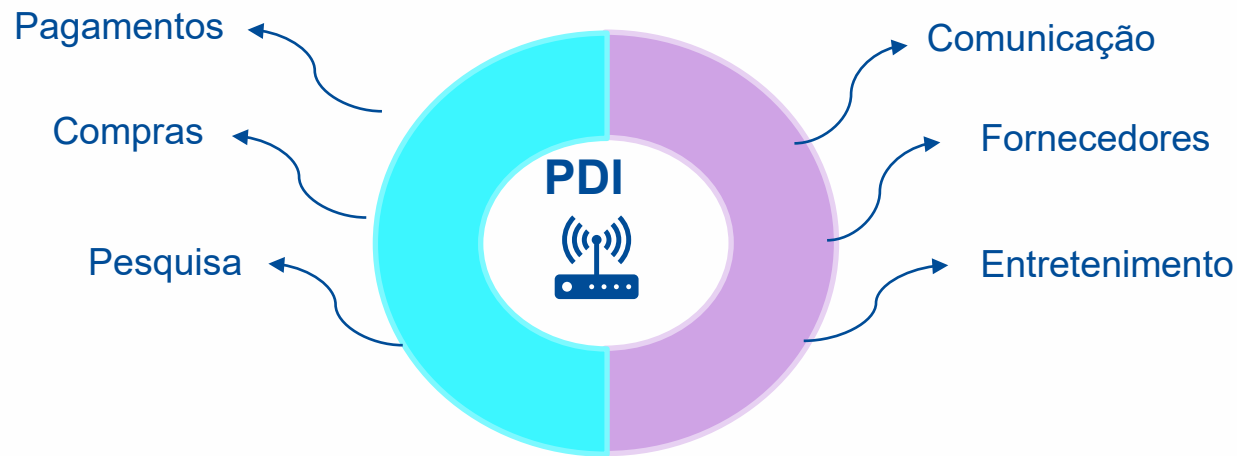
>>> Para a BOP: digital - (bens ou serviços informáticos)

B. Plataformas digitais

- Os operadores de plataformas digitais são prestadores de serviços que facilitam interações através da internet entre dois ou mais conjuntos de utilizadores distintos, mas interdependentes (empresas ou particulares).
- Os serviços digitais que fazem a correspondência entre produtores e consumidores ou financiadores e mutuários são conhecidos como serviços de intermediação digital.

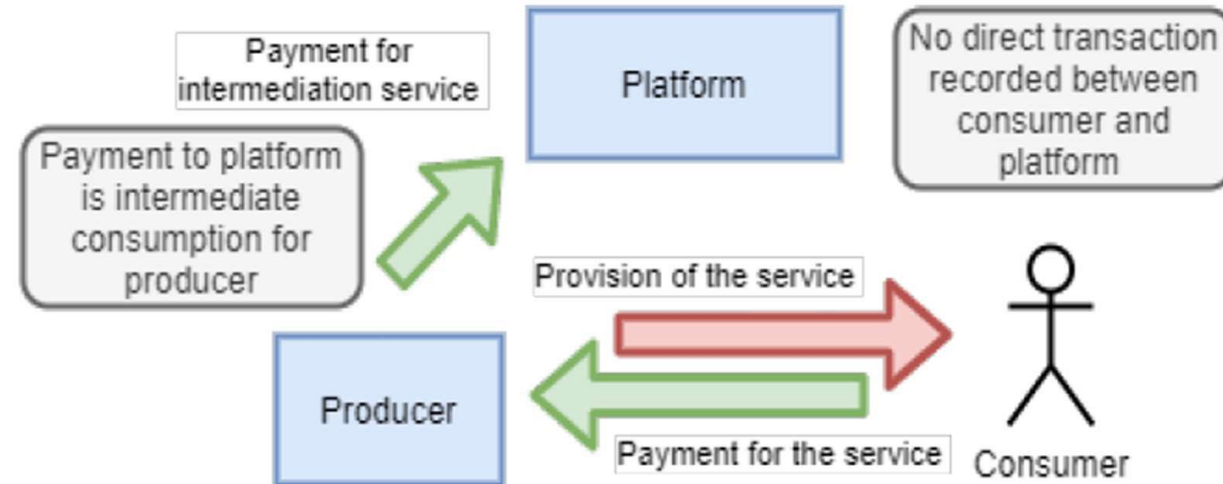
Existem três tipos de plataformas digitais:

- a) As plataformas digitais de intermediação (PDI) não financeira facilitam operações entre compradores e vendedores para a encomenda e o envio de bens e serviços em troca de uma taxa ou comissão, sem assumirem a propriedade dos bens ou prestarem os serviços que são intermediados.
- b) As plataformas digitais grátis facilitam interações não comerciais entre utilizadores ou fornecem serviços de entretenimento e informação e, normalmente, são financiadas por publicidade e pela recolha de dados dos seus utilizadores.
- c) As plataformas digitais de intermediação financeira servem como mediadoras de operações de financiamento ou pagamento. As PDI financeiras são analisadas na secção abaixo sobre digitalização e sistema financeiro.



PDI não financeiras (2)

- A produção das PDI consiste apenas em serviços de intermediação digitais, que são recompensados por meio do pagamento de uma taxa ou comissão.
- É necessário um reencaminhamento para incluir uma venda direta da produção dos produtores que utilizam a plataforma para os compradores utilizando a plataforma e uma compra por parte dos produtores de serviços de intermediação fornecidos pela plataforma.



Comércio digital

- O comércio internacional de bens e serviços inclui o comércio digital.
- O comércio digital inclui *todo o comércio internacional que é encomendado e/ou entregue de forma digital*.
- O comércio encomendado de forma digital está alinhado com a *definição de comércio eletrónico de 2009 da OCDE*, mas centra-se apenas nas operações internacionais de bens e serviços.
- Os bens e os serviços podem ser encomendados de forma digital, mas só os serviços podem ser entregues de forma digital.
- O comércio digital é muitas vezes facilitado por uma plataforma de intermediação digital (mercado online) que cobra uma comissão pelo serviço de intermediação.

Plataformas digitais grátis e produtos digitais grátis

- A digitalização tem sido caracterizada pelo surgimento de plataformas digitais grátis que fazem parte do cotidiano e pelo aumento generalizado da disponibilidade de produtos digitais grátis.
- O quadro do SCN avalia as produções grátis de produtores não mercantis, como, por exemplo, de instituições sem fins lucrativos financiadas por donativos, pelo custo de produção. Contudo, esta abordagem não se aplica aos produtos digitais grátis em geral porque muitos são fornecidos por uma empresa comercial.
- A produção das empresas comerciais é avaliada pelo respectivo preço, que é zero no caso de um produto grátis.
- Os produtos grátis fornecidos pelos produtores mercantis são incluídos no PIB como parte do preço de outros produtos que ajudam a vender ou com os quais são agregados direta ou indiretamente.
- Em conjunto, os artigos agregados geram, no mínimo, receitas suficientes para cobrir os custos de exploração do fornecedor do produto grátis, para que a produção global do fornecedor do produto digital grátis não seja subestimada.
- Tanto as plataformas como as não plataformas fornecem produtos digitais.

Plataformas digitais grátis e produtos digitais grátis (1)

Produtos grátis fornecidos por empresas não baseadas em plataformas

Os fornecedores de produtos digitais adotam, muitas vezes, uma estratégia de preços *freemium*, mediante a qual uma versão básica e grátis do produto promove vendas de *upgrades* ou uma versão *premium* do produto.

O preço do produto promovido, inclui uma margem de venda que cobre o custo de fornecimento do produto grátis que facilitou a sua venda.

Plataformas digitais grátis

Algumas plataformas digitais (como as wikis públicas criadas e mantidas por voluntários) são detidas por ISFLSF e operam como produtores não mercantis (redes sociais, pesquisa e acesso a conteúdos de entretenimento e informação).

A maioria das plataformas grátis são empresas comerciais financiadas por publicidade e pela monetização dos dados dos utilizadores. Muitas vezes, as plataformas comerciais multilaterais cobram um preço pelos seus serviços aos utilizadores de um lado da plataforma e fornecem serviços grátis a utilizadores do outro lado da plataforma para atrair e reter estes utilizadores.

Plataformas digitais grátis e produtos digitais grátis (2)

Software grátis

- Os produtos de software grátis são muitas vezes utilizados pelas famílias para consumo final ou na produção. As cópias de software grátis são muitas vezes fornecidas além-fronteiras.
- As lojas de aplicações são um tipo de PDI onde o serviço que é objeto de intermediação é, muitas vezes, grátis. As aplicações grátis e subsidiadas utilizadas pelas famílias podem ser financiadas por publicidade, monetização dos dados ou outros serviços cuja utilização facilitam. Os serviços de aplicações financiadas por publicidade são comprados indiretamente como parte do preço do produto publicitado.
- O software de código aberto desenvolvido por sociedades é normalmente financiado através da venda de serviços complementares, como formação e apoio, ou por outros produtos que ajuda a vender.
- O software grátis desenvolvido por particulares que trabalham de forma independente (produção não remunerada) está fora do conceito de produção do SCN.

Aumentar a visibilidade das plataformas e produtos digitais grátis

As medidas alternativas da despesa de consumo final das famílias e da produção das plataformas digitais grátis podem ser apresentadas numa conta alargada sobre plataformas digitais grátis.

Plataformas digitais grátis e produtos digitais grátis (3)

Conteúdo gerado pelo utilizador

- Os utilizadores de plataformas grátis muitas vezes criam conteúdos gerados pelo utilizador (como vídeos, artigos, fotografias, etc.) tanto para fins de lazer como para fins comerciais.
- A criação de conteúdos para fins de lazer está fora do conceito de produção do SCN. Parte-se do princípio de que os conteúdos gerados pelo utilizador foram criados para fins de lazer, salvo o criador receba uma remuneração pelos mesmos.
- As famílias que recebem uma remuneração monetária pelos conteúdos gerados podem ser consideradas empresas familiares não constituídas em sociedades que prestam serviços. Se o comprador for um não residente, estes serviços devem ser incluídos nas exportações de serviços.

Digitalização no sistema financeiro

Novos serviços financeiros e meios de pagamento viabilizados pela digitalização.

Os novos serviços financeiros digitais inscrevem-se nas categorias existentes de produtos, ao passo que os novos mecanismos de pagamentos digitais inscrevem-se nas categorias existentes de ativos.

- Plataformas digitais de intermediação financeira
- Casas de câmbio de criptomoedas
- Fornecedores digitais de serviços de seguros (*InsurTech*)
- Plataformas de banca digital que levam a cabo as suas atividades exclusivamente online (neobancos)
- Emitentes de moeda eletrónica
- Casas de câmbio exclusivamente online e operadores de transferências monetárias.

Plataformas digitais de intermediação financeira

Prestam serviços de correspondência e facilitam operações financeiras entre financiadores e utilizadores de fundos.

Recebem taxas ou comissões pelos seus serviços e são classificadas como auxiliares financeiros (S126).

Ativos digitais, incluindo criptoativos fungíveis

Os ativos digitais são representações digitais do valor registado num registo distribuído protegido criptograficamente ou utilizando uma tecnologia similar.

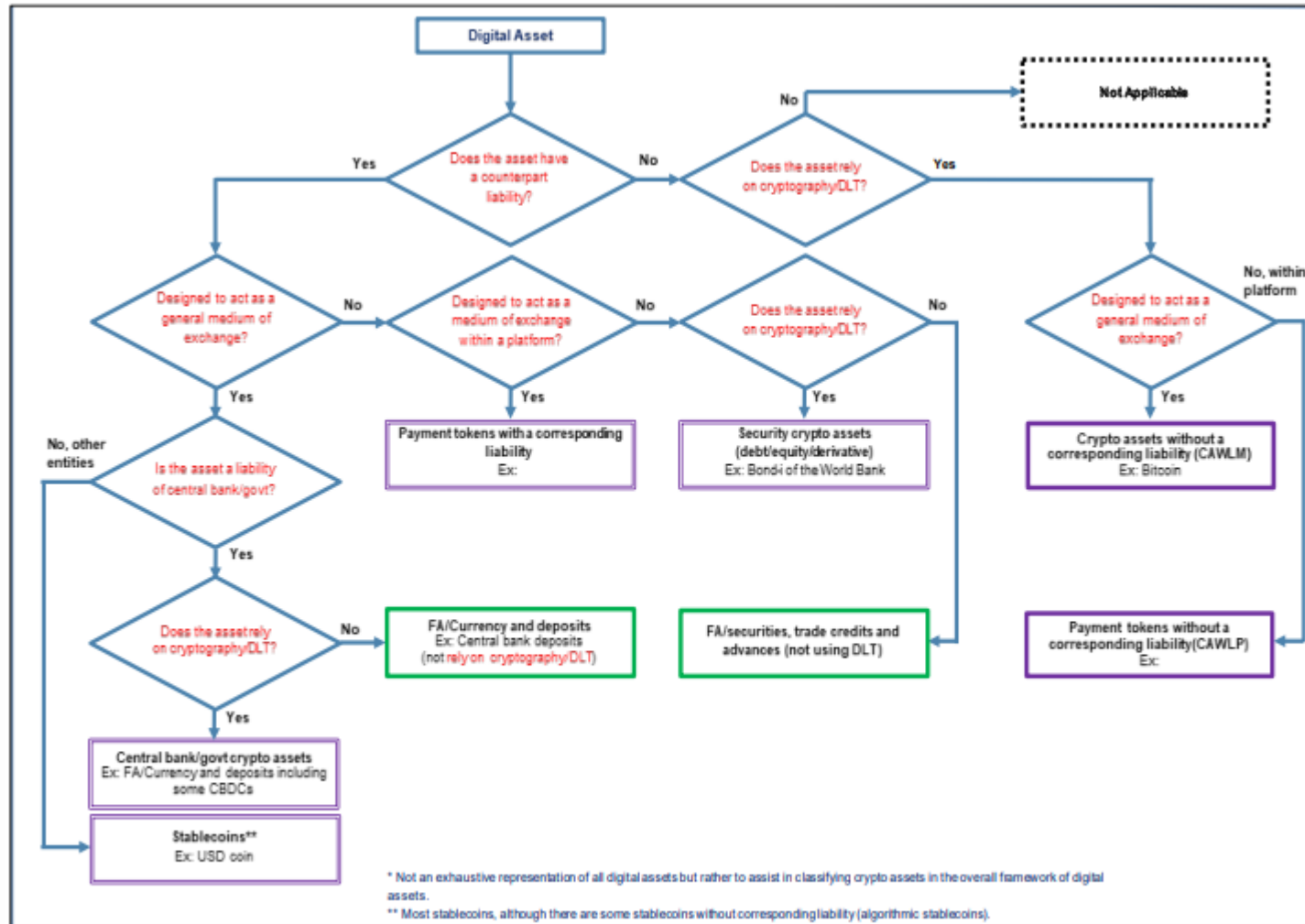
Inclui criptoativos e CBCD, que podem ser concebidas como criptoativos, mas que não utilizam necessariamente tecnologia de criptoativos.

Os criptoativos são representações digitais de valor que utiliza criptografia e tecnologia de registo distribuído (DLT), como *blockchains*, para permitir que as partes transacionem diretamente entre si sem que seja necessário um intermediário de confiança.

Criptoativos com um passivo correspondente
= Ativos financeiros

Criptoativos sem um passivo correspondente
= Ativos não produzidos não financeiros

C. Árvore de decisão para classificar ativos digitais

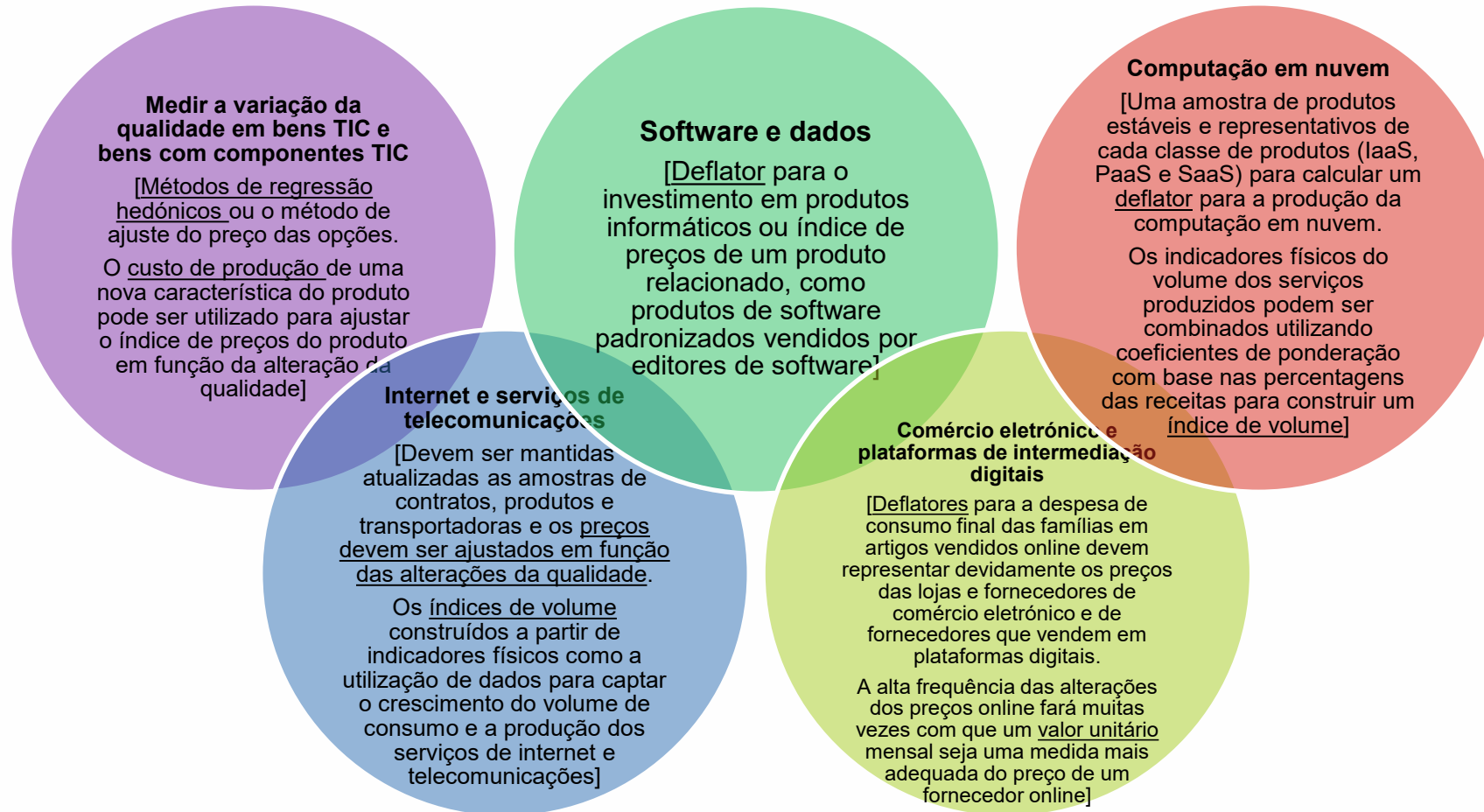


Note: Nonfungible crypto assets are not covered in this decision tree.

D. Medir os preços e os volumes dos produtores afetados pela digitalização

- Muitos desafios de medição decorrentes da digitalização envolvem preços e volumes e não tanto a produção a preços correntes.
- Os desafios de medição dos preços e volumes são particularmente comuns para produtos afetados pela digitalização porque só é simples medir a variação dos preços quando os produtos e as respectivas características se mantêm estáticos.
- Para captar o impacto no preço e no volume das alterações de qualidade nos produtos digitais, os preços dos novos modelos devem ser ajustados em função do valor da diferença de qualidade face aos modelos que substituem.
- Os “modelos específicos” habitualmente utilizados devem ser ajustados mediante a introdução de modelos de produtos que beneficiam de avanços na tecnologia digital que, muitas vezes, melhoram a qualidade substancialmente praticamente ao mesmo preço que o modelo que substituíram.
- Os modelos de regressão hedónicos que relacionam o preço com as características do produto são o método recomendado para ajustar os preços em função da alteração da qualidade.
- Outra técnica utilizada para ajustar o preço de um bem digital em função da alteração da qualidade é o ajuste do preço das opções, que faz a média das observações das diferenças no preço do artigo causadas por uma característica oferecida a título opcional.

D. Medir os preços e os volumes dos produtores afetados pela digitalização



E. Ferramentas analíticas para aumentar a visibilidade da digitalização

Conta temática sobre a economia digital

O principal objetivo da conta temática e do QRE digital associado é aumentar a visibilidade das atividades, produtos e operações afetadas pela digitalização que estão integradas em agregados mais vastos nas classificações normalizadas das contas nacionais.

Uma conta temática pode comunicar as principais informações dos QRE digitais num formato conveniente e eficaz. Nesta conta, deve ser dada prioridade às rubricas mais importantes para compreender a estrutura da economia interna e a sua utilização de produtos digitais.

Quadros de recursos e empregos digitais

Os QRE digitais analisam o impacto da digitalização na economia em três dimensões: tipo de operação, tipo de produto e tipo de indústria.

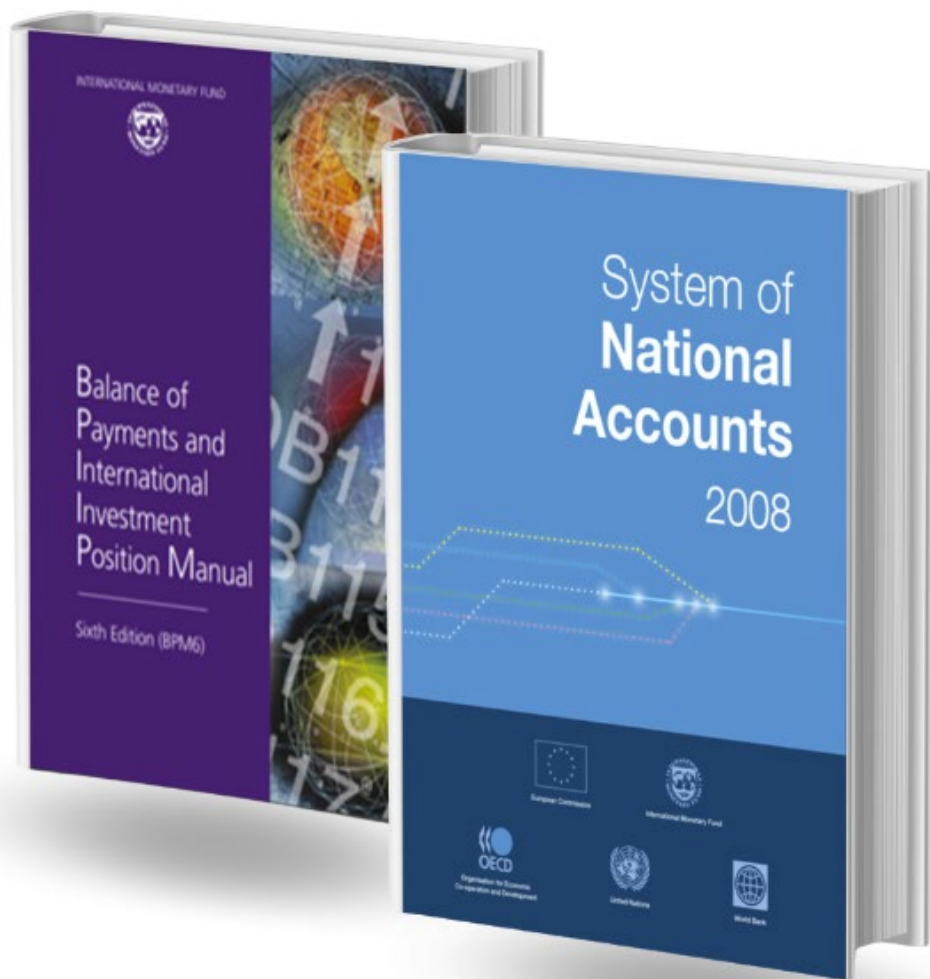
Os QRE digitais partem dos QRE convencionais e adicionam linhas sobre as operações e produtos digitais e colunas sobre as novas indústrias digitais.

Conta alargada para aumentar a visibilidade dos serviços grátis das plataformas digitais consumidos pelas famílias

As contas alargadas constituem uma ferramenta flexível para apresentar conceitos que alargam o conceito de produção do SCN, incluindo medidas alargadas de atividade económica e despesa de consumo final das famílias que alargam o conceito de produção.

O consumo das famílias de serviços grátis das plataformas digitais financiadas por publicidade pode ser incluído na conta alargada como parte das medidas alargadas de despesa de consumo final das famílias e produção.

Obrigado!



STATISTICS

Comunicação e Difusão de Estatísticas Económicas

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização sobre o SCN e o BPM

AGENDA



Introdução ao capítulo



Política de comunicação e estratégia de difusão



Comunicação com os utilizadores – princípios e normas



Comunicação com os fornecedores



Confidencialidade estatística



Quadro para medir o alinhamento com as normas estatísticas económicas e contabilísticas



Taxonomias e metadados

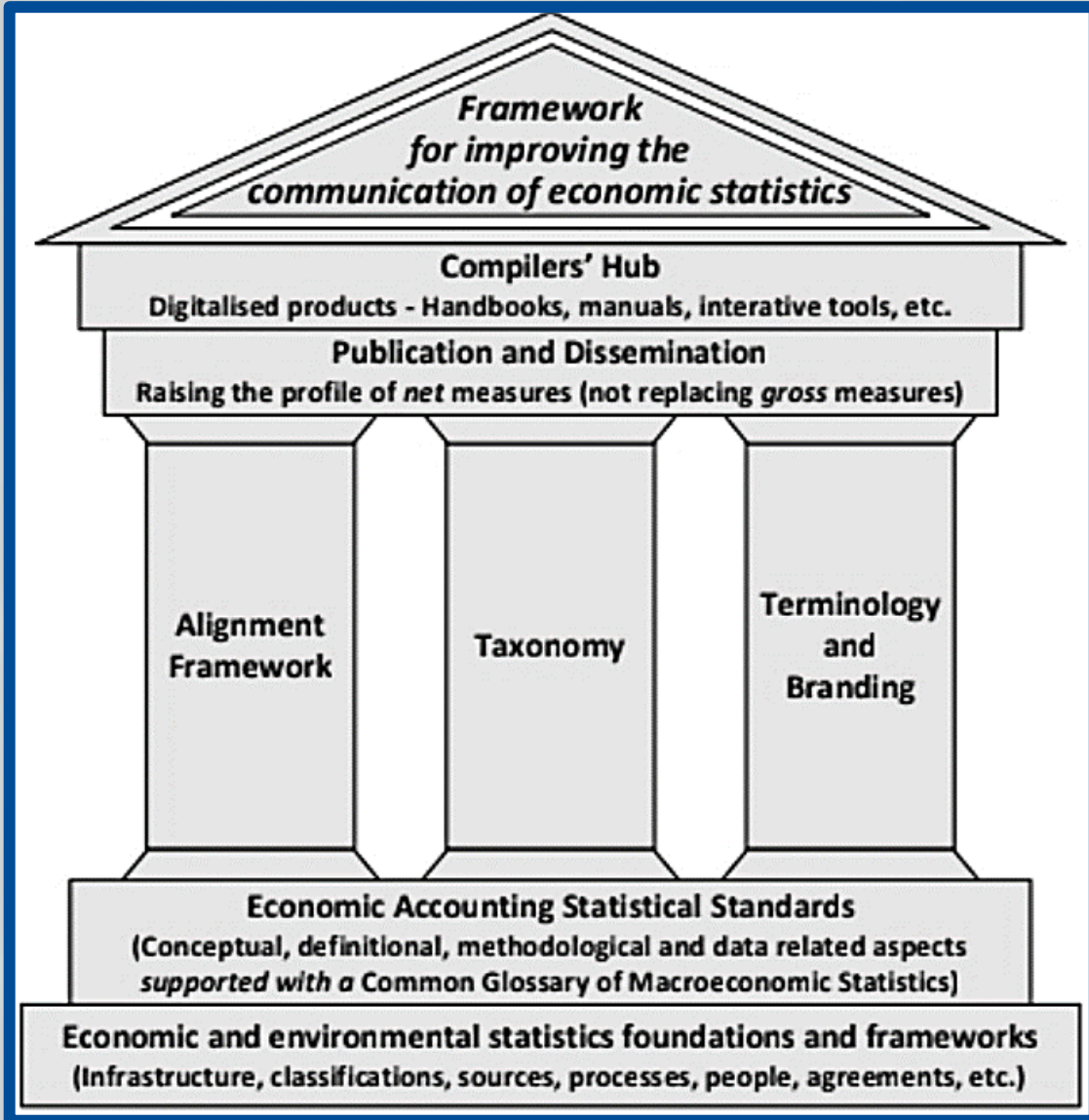


Proeminência das medidas líquidas



Terminologias acessíveis

Introdução



- **Novo capítulo temático nos SCN e BPM atualizados.**
- Realça o papel da difusão e comunicação como componentes essenciais da cadeia de produção de estatísticas oficiais.
- Apresenta estratégias inovadoras e alargadas para ajudar os produtores de estatísticas macroeconómicas a comunicar estatísticas aos utilizadores.



Política de comunicação e estratégia de difusão

- Orientações para os produtores estatísticos sobre a produção e difusão dos dados publicados e documentação associada:



Comunicação com os fornecedores

- Esta secção fornece orientações aos produtores de estatísticas sobre a comunicação com os fornecedores de dados.
- Os produtores de estatísticas oficiais precisam de comunicar eficazmente com os fornecedores de dados para produzir estatísticas macroeconómicas. Tal inclui:
 - Utilizar uma linguagem que os fornecedores possam compreender facilmente
 - Utilizar definições adequadas em linha com as normas que podem ser ajustadas para atender às situações relevantes.



Confidencialidade estatística

- Por lei, a maioria dos produtores de estatísticas oficiais recolhem dados de empresas e famílias apenas para fins estatísticos e, muitas vezes, ao abrigo de uma determinada legislação.
- Estes dados não podem ser difundidos, vendidos ou publicados de uma forma que permita identificar as empresas ou as famílias.
- Antes da publicação de quaisquer dados importa respeitar sempre as políticas adequadas de confidencialidade dos dados, as técnicas de anonimização e os procedimentos de verificação das divulgações de dados.
- As políticas de confidencialidade devem ter como objetivo maximizar a difusão de informações como um bem público destinado a um vasto leque de utilizadores, garantindo, ao mesmo tempo, o cumprimento dos deveres de confidencialidade.



Um quadro para medir o alinhamento com as normas estatísticas económicas e contabilísticas

- Uma das principais características do **SCN 2025** e **BPM7** é a respetiva capacidade para facilitar as comparações entre países.
- O quadro de alinhamento oferece uma ferramenta que:
 - Os produtores estatísticos podem utilizar para autoavaliar as suas estatísticas macroeconómicas.
 - Os utilizadores podem utilizar para avaliar se os países estão ao mesmo nível e se aplicaram estas normas de forma consistente.
- Os resultados estão prontamente disponíveis e num formato facilmente assimilável.
- O quadro encontra-se estruturado em torno dos seguintes fundamentos principais:



Um extrato do quadro de alinhamento do SCN

Category / level	Sub-Category	Fully Aligned	Highly aligned	Broadly Aligned	Partially Aligned	Not Aligned	N/A
I. Concepts and definitions							
<i>An SNA concept reflects the articulation of a macroeconomic idea, activity, interaction, state, or notion. Concepts determine what gets measured, an example is the concept of production in the SNA.</i>							
L0	i) Units of the economy include						
L0	Domestic territory						
L0	Territorial enclaves in the rest of the world						
L1	Free zones/bonded warehouses / factories operated by offshore enterprises under customs control						
L1	Workers who work part of the year in another country						
L1	Goods that do not change economic ownership are part of the economy (not recorded in exports and imports)						
L0	ii) Production boundary covers						
L0	Market output						
L0	Non-market output						
L0	Output for own final use						
	- In particular, the following items are included						
L1	Informal economy						
L1	Underground economy						
L1	Illegal activities						
L2	Other non-observed activities						

Um extrato do quadro de alinhamento do BPM

Category / level	Sub-Category	Fully Aligned	Highly aligned	Broadly aligned	Partially Aligned	Not Aligned	N/A
I. Concepts and definitions							
<i>A BPM concept reflects the articulation of a macroeconomic idea, activity, interaction, state, or notion. Concepts determine what gets measured, an example is the concept of residency in the BPM.</i>							
L0	i) Units of the economy include						
L0	Domestic territory						
L0	Incorporated or unincorporated affiliates of non-resident companies						
L0	Territorial enclaves in the rest of the world						
L0	Free zones / bonded warehouses / factories operated by offshore enterprises under customs control						
L0	Workers who work part of the year in another country						
	- In particular						
L1	Residence of Special Purpose Entities (SPEs) is attributed to the economy in which they are located						
L1	International organizations and supranational authorities are not considered residents of any national economy						
L1	All units of general government (e.g. embassies, military bases) are considered to be resident in their own economy						
L1	Subject to specific circumstances, an individual may cease being a resident of his country when he or she works continuously for one year or more in a foreign country						

Taxonomias e metadados

Fornece orientações aos produtores de estatísticas sobre como comunicar de forma eficaz os produtos estatísticos com referência explícita a documentação sobre qualidade e metodologia:

Qualidade

Oportunidade

Frequência

Período de referência

Example: Assume that on average the first, second and third vintages of quarterly GDP are published 30, 60 and 90 days after the reference period, respectively. Assume further, that the estimates are based on incomplete source data (such that each vintage is a result of a regular revision).

Substance (Type of Revisions)	Timeliness	Frequency	Reference Period	Update Period
Regular	30-day	Quarterly	First quarter, 2021	
Regular	60-day	Quarterly	First quarter, 2021	2021.Q1
Regular	90-day	Quarterly	First quarter, 2021	2021.Q1

These vintages should be communicated as:

- Regular – 30-day - Quarterly National Accounts release, first quarter 2021
- Regular – 60-day - Quarterly National Accounts release, first quarter 2021 (2021.1Q revised)
- Regular – 90-day - Quarterly National Accounts release, first quarter 2021 (2021.1Q revised)

Os produtores também devem providenciar informações sobre o conteúdo da publicação e as fontes das revisões:



Proeminência das medidas líquidas por comparação com as medidas brutas

- Incentiva a utilização das medidas líquidas (por ex., RNB) como um melhor indicador do bem-estar económico.
- Examina os desafios das medidas líquidas; apoia a necessidade de estimativas líquidas de melhor qualidade e mais fiáveis; e recomenda o que fazer para se avançar.
- Fornece orientações sobre:
 - *A melhoria do cálculo do consumo de capital fixo e medidas do esgotamento dos recursos naturais (estão em preparação mais orientações sobre esta matéria).*
 - *O alargamento da acessibilidade e orientações práticas sobre a medição do capital destinadas a um grupo mais vasto de países.*



Utilização de terminologia mais compreensível para os utilizadores

Esta secção apresenta um número limitado de exemplos de termos acessíveis que os produtores poderiam considerar quando interagem com utilizadores, sobretudo, utilizadores sem conhecimentos técnicos.

Objetivos:

- Garantir a utilização de definições harmonizadas nas normas estatísticas económicas e contabilísticas, principalmente para os produtores.
- Glossário Comum de Estatísticas Macroeconómicas único e harmonizado que cobre as normas estatísticas económicas e contabilísticas.
- Termos acessíveis tendo em vista a comunicação com os utilizadores.
- Explicação acessível dos termos.

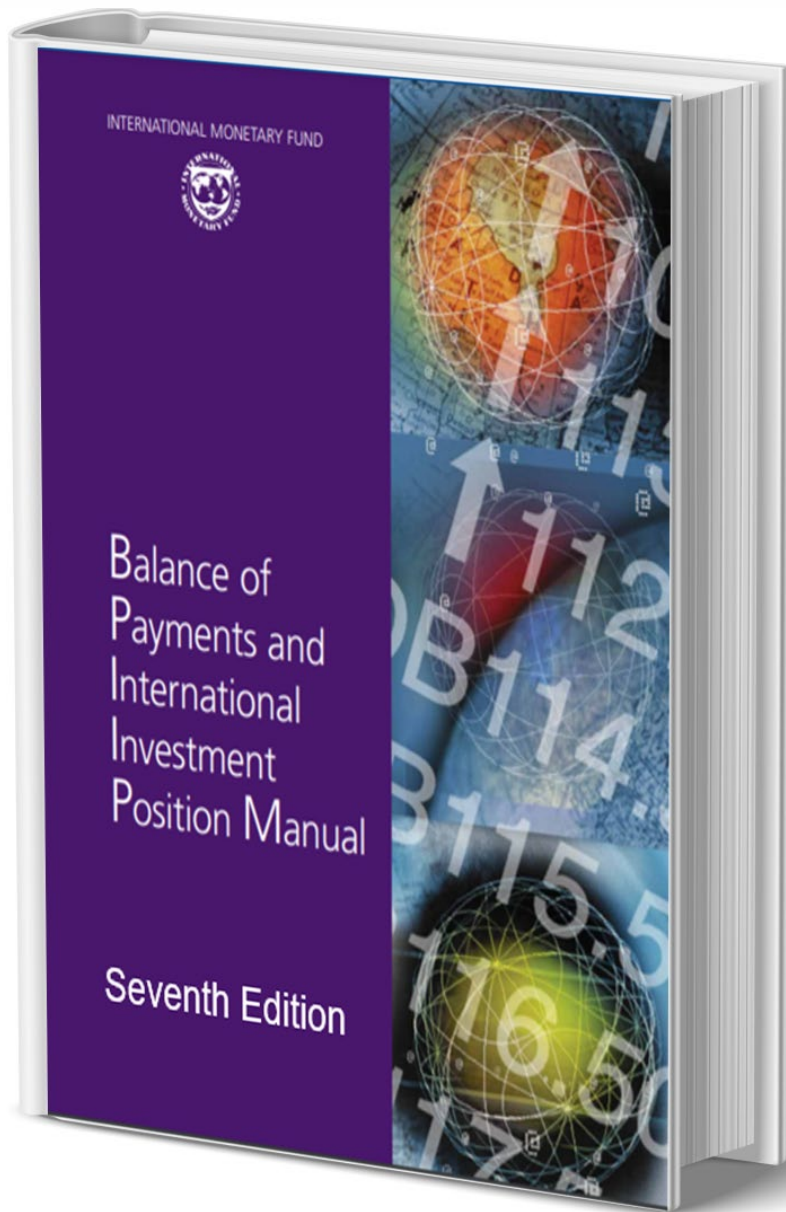
Glossário comum

- Um glossário comum é importante na medida em que assegura uma maior harmonização ao nível das normas estatísticas internacionais e oferece aos utilizadores um entendimento claro e coerente dos principais termos e definições económicas.
- A ambição é publicar o **Glossário Comum** final como uma publicação eletrónica à parte.





**MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO
DISPENSADA!**



STATISTICS

BPM7: Principais características e plano geral

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

**Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização
sobre o SCN e o BPM**

BPM7 Principais características

- Observa o **ciclo de revisão padrão** (cerca de 15 anos entre edições)
- Primeira atualização do BPM em **plena coordenação com a atualização do SCN**
- Maior **colaboração com outros domínios estatísticos**, incluindo o glossário comum
- Extenso trabalho de sensibilização e **consultas globais**
- **Simulações de implementação preparatórias**, para testar algumas propostas antes da aprovação
- Orientações sobre o tratamento estatístico de **fenómenos emergentes**, por exemplo, relacionados com a globalização e a digitalização
- **Antecipação de desenvolvimentos futuros**, por exemplo, a utilização dos valores das faturas para os bens e o reinvestimento de lucros para o investimento de carteira no *BPM8*
- O **quadro integrado** estará no âmago do *Manual*
- Serão abordadas outras alterações para dar resposta a novos desenvolvimentos, por exemplo, relacionados com a globalização e a digitalização, designadamente **mediante apresentações complementares**

Capítulos no *BPM7* (I)

- Capítulo 1. Introdução
- Capítulo 2. Síntese do Quadro Integrado
- Capítulo 3. Fluxos, stocks e regras contabilísticas (**capítulo conjunto BPM/SCN**)
- Capítulo 4. Residência, unidades e setores institucionais (**capítulo conjunto BPM/SCN**)
- Capítulo 5. Classificações de ativos e passivos financeiros
- Capítulo 6. Categorias funcionais nas contas internacionais
- Capítulo 7. Balanço: Posição de investimento internacional
- Capítulo 8. Conta financeira
- Capítulo 9. Outras variações na conta de ativos e passivos financeiros
- Capítulo 10. Conta de bens (**separada dos serviços no *BPM7***)

Capítulos no *BPM7* (II)

- Capítulo 11. Conta de serviços (**separada dos bens no *BPM7***)
- Capítulo 12. Conta de rendimentos do trabalho (**em vez de *conta de rendimento primário***)
- Capítulo 13. Conta de rendimentos de transferências (**em vez de *conta de rendimento secundário***)
- Capítulo 14. Conta de capital
- Capítulo 15. Globalização (**novo capítulo conjunto BPM/SCN**)
- Capítulo 16. Digitalização (**novo capítulo conjunto BPM/SCN**)
- Capítulo 17. Financiamento islâmico (**novo capítulo conjunto BPM/SCN**)
- Capítulo 18. Atividades informais (**novo capítulo conjunto BPM/SCN**)
- Capítulo 19. Temas selecionados na análise da BOP/PII
- Capítulo 20. Comunicação das contas (**novo capítulo conjunto BPM/SCN**)

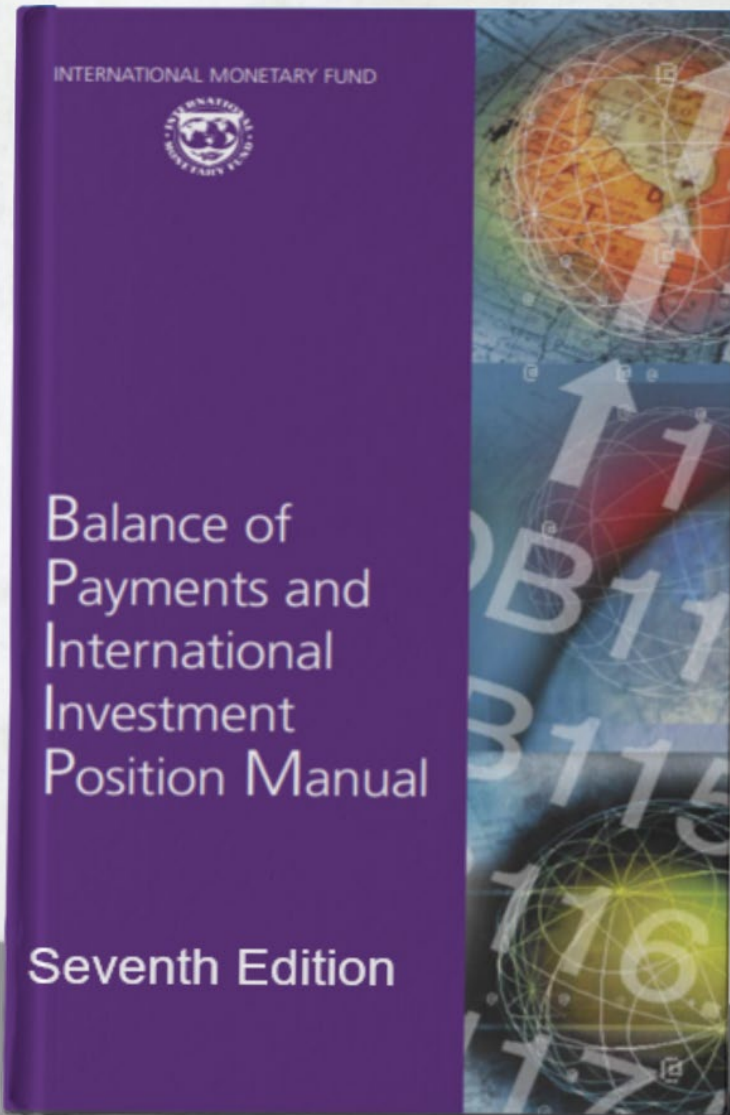
Anexos no *BPM7* (I)

- Anexo 1. Operações financeiras extraordinárias
- Anexo 2. Reestruturação da dívida e operações relacionadas
- Anexo 3. Acordos regionais
- Anexo 4. Remessas
- Anexo 5. Temas selecionados sobre o comércio transfronteiriço (**novo anexo**)
- Anexo 6. Temas selecionados sobre o investimento direto (**significativamente alargado**)
- Anexo 7. Temas financeiros selecionados (**novo anexo sobre derivados financeiros e operações reversas**)

Anexos no *BPM7* (II)

- Anexo 8. Seguros e pensões
- Anexo 9. Posições e operações com o FMI (**agora é um anexo separado**)
- Anexo 10. Financiamento sustentável nas estatísticas do setor externo (**novo anexo**)
- Anexo 11. Dados por economia parceira (**novo anexo**)
- Anexo 12. Ligações entre Normas Internacionais para as Estatísticas Macroeconómicas (**alargado a fim de incluir ligações para além das contas nacionais**)
- Anexo 13. Alterações do *BPM6*
- Anexo 14. Componentes normalizadas e outras rubricas selecionadas

MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO DISPENSADA!



STATISTICS

Temas transversais

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

**Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização
sobre o SCN e o BPM**

Agenda

The background of the slide features a light gray background with several faint, stylized financial charts. At the top, there is a line graph with circular markers. Below it, a candlestick chart is visible, with a price value of 37.93. At the bottom, there is a bar chart with vertical bars of varying heights. The overall aesthetic is clean and professional, typical of a financial or economic presentation.

- **Introdução**
- **Quadro integrado**
- **Decomposições setoriais**
- **Economia parceira**
- **Entidades de finalidade especial (EFE)**
- **Outros temas transversais**
- **Rubricas complementares**

Introdução

- O BPM7 dá flexibilidade aos compiladores para fornecerem mais informações sobre temas selecionados de modo a acrescentar valor analítico
- Algumas recomendações são extensões do BPM6 dentro do quadro principal; outras saem do âmbito do quadro principal
- As orientações sobre os diferentes temas são apresentadas em novos capítulos e anexos (incluindo sobre a economia informal e a atribuição da economia parceira), acompanhadas de referências no texto a rubricas complementares
- O BPM7 incentiva os compiladores a seguir estas orientações, para colmatar importantes lacunas de informação
- Os compiladores deverão escolher os temas com base na sua relevância para a estrutura da economia, nos principais temas de política e na disponibilidade de dados



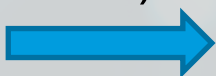
*** *Introdução*

- **Rubricas normalizadas**

- As **componentes normalizadas** são rubricas que são parte integrante do quadro e contribuem para os totais e saldos contabilísticos.
- As **rubricas por memória** fazem parte da apresentação normalizada, mas não são utilizadas para calcular os totais e os saldos contabilísticos (exemplo: juros antes de SIFIM ou serviços financeiros implícitos)

- **Rubricas complementares**

- Rubricas fora da apresentação normalizada que são compiladas em função das circunstâncias da economia pertinente (exemplo: total de remessas e transferências para ISFLSF).



O *BPM7* irá introduzir sobretudo novas rubricas complementares.

As novas rubricas normalizadas estão destacadas a azul nesta apresentação.

As rubricas que não estão destacadas são novas rubricas complementares.



*Introdução –
Rubricas
normalizadas e
complementares*

Quadro integrado

- O **quadro de PII integrado** é uma importante apresentação normalizada nova, que faz a integração da PII com a balança de pagamentos
- A PII integrada mostra como as posições da PII no início do período mais as operações da balança de pagamentos mais as reavaliações e outras variações são iguais às posições de fecho no período

Demonstração da posição de investimento internacional integrada

PII no início do período	Contas de acumulação							PII no final do período
	Operações da conta financeira da BOP	Reavaliações			Outras variações de volume			
		Total	Devido a variações cambiais	Devido a outras variações nos preços	Total	d/q: Cancelamentos e anulações de dívida	d/q: Reclassificações	

Todas as componentes normalizadas (exceto as duas classificações “d/q” em *outras variações no volume*)



New Data Related to General Principles, Structural and Cross-Cutting Issues

***Novas decomposições setoriais nas componentes normalizadas, rubricas suplementares

- Dividir **sociedades não financeiras, famílias e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias em:** (duas componentes normalizadas separadas)
 - Sociedades não financeiras
 - Famílias e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF)
- Decomposição de **outras sociedades financeiras** em:
 - Fundos do mercado monetário (FMM)
 - Fundos de investimento exceto FMM
 - Sociedades de seguros
 - Fundos de pensão
 - Outros intermediários financeiros
 - d/q contrapartes centrais de compensação
 - Instituições financeiras cativas e prestamistas, e auxiliares financeiros



New Data Related
to General
Principles,
Structural and
Cross-Cutting
Issues

Decomposição setorial para ID

- O BPM7 diminui a relevância da decomposição por relação de investimento (investidor direto em empresa de investimento direto; empresas de investimento direto em investidor direto (investimento reverso); e entre empresas-irmãs) privilegiando antes a decomposição setorial
- Alinha ID com outras categorias funcionais
- Aplica-se às operações da conta financeira e PII

Componentes normalizadas do investimento direto

Ações e unidades de participação de fundos de investimento

Por setor residencial

Banco central

Sociedades depositárias, exceto o banco central

Administração pública

Outros setores

Outras sociedades financeiras.

Sociedades não financeiras

Agregados familiares e ISFLSF

Rubricas por memória e rubricas complementares de investimento direto

Investimento direto

(m.) Investidor direto em empresas de investimento direto

(m.) Empresas de investimento direto em investidor direto

(investimento reverso)

(m.) Entre empresas-irmãs

(s.) se a empresa-mãe controladora final é residente

(s.) se a empresa-mãe controladora final é não residente

(s.) se a empresa-mãe controladora final é desconhecida



New Data Related
to General
Principles,
Structural and
Cross-Cutting
Issues

Dados por economia parceira I

- O BPM7 incentiva os compiladores a reforçarem o valor analítico, publicando dados por economia parceira para componentes específicos da balança de pagamentos:
 - Bens (com referência, como antes, a outras fontes como as IMTS)
 - Serviços
 - Investimento direto
 - Remessas –
 - intimamente relacionadas com a migração entre duas economias, e
 - muitas vezes poderão exigir estimativas
- Dados complementares sobre o ID com base na economia de investimento final e na economia de destino final, assim como identificação de fundos intermediários

Dados por economia parceira II

- O BMP7 irá desenvolver mais ao pormenor alguns casos onde os dados por economia parceira poderão ser desafiantes, incluindo:
 - Bens em consignação e economia de origem
 - Comércio triangular e outros acordos de fabrico globais onde a movimentação física dos bens difere da mudança de propriedade
 - Ajustamentos para trazer dados de base que atestem o fluxo transfronteiriço físico de bens para uma mudança de base de propriedade económica também poderão exigir ajustamentos à economia parceira
 - Serviços de intermediação e contratação
 - Títulos
 - Transator versus devedor para ativos detidos
 - Títulos ao abrigo de operações reversas (proprietário legal vs. proprietário económico)



Temas
transversais

Outros temas transversais

FinTech

- Introdução da categoria “d/q” para as classificações de instrumentos ou serviços sempre que necessário para separar os instrumentos e serviços relacionados com *fintech*.
 - ▶ Por exemplo, as atividades são classificadas como serviços financeiros ou serviços de seguros com uma decomposição adicional “d/q”

Criptoativos

- Registo dos **criptoativos sem um passivo de contrapartida**, concebido para atuar como um meio geral de troca (por exemplo, Bitcoins) numa categoria separada na conta de capital. (nova componente normalizada)
- Registo dos **criptoativos com um passivo de contrapartida** como um ativo financeiro
 - A categoria funcional dependerá da natureza do crédito subjacente

Entidades de finalidade especial (EFE)

- Uma identificação das “d/q” EFE separada dentro das contas do setor institucional
- Estatísticas das EFE baseadas na nacionalidade (organizadas de acordo com a localização da entidade que em última análise controla a EFE e não na residência das EFE)
 - ▶ As estatísticas de investimento direto que **olham para além das EFE para a primeira unidade operacional** como um primeiro passo na apresentação de dados da economia de destino final
- PPI detidos por EFE – qual é o tratamento

Apresentação complementar dos rendimentos de comércio e investimento

- Comércio de bens por **características das empresas (TEC)**
- Comércio de serviços por **características das empresas (STEC)**
- Rendimentos de investimento por **características das empresas**
 - Ligação de dados com o registo das empresas
 - Estes quadros complementares são recomendados no contexto da globalização. As características recomendadas são:
 - Indústria
 - Propriedade (controlo nacional/estrangeiro)
 - Dimensão da empresa



*Rubricas
complementares*

Apresentação complementar do comércio

- **Decomposição por moeda**
 - Total de bens por moeda de denominação.
 - Total de serviços por moeda de denominação.
 - ◆ Nacional/estrangeira
 - ◆ Nacional e cabaz de DSE
 - ◆ Nacional, cabaz de DSE e outras moedas
 - ◆ Também pode ser incluída uma rubrica não alocada para resolver as dificuldades com a alocação de moeda



*Rubricas
complementares*

*** Novas rubricas complementares I

- **Finanças sustentáveis**
 - Decomposição por geografia e setor industrial para o investimento direto
 - Introduzir um quadro separado para as categorias “d/q” relacionadas com ESG da PII e BOP como parte do Anexo 14 do BPM7
 - Donativos de cooperação internacional para países de baixo rendimento
 - Alinhado com o trabalho da DGI-3 Recomendação 4 em termos de rotulagem, taxonomia, classificação
 - Incentiva-se os países a compilar dados conforme relevante



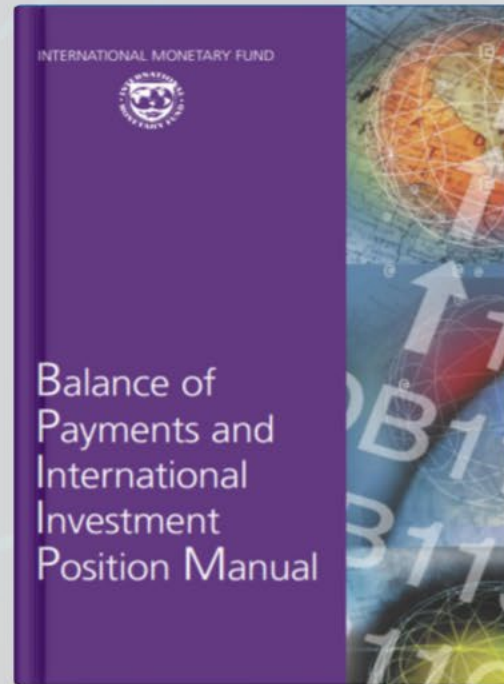
New Data Related
to General
Principles,
Structural and
Cross-Cutting
Issues

The background features a light gray color with faint, semi-transparent financial data visualizations. These include several line graphs with circular markers, a bar chart, and a candlestick chart. A numerical value '37.93' is visible near the bottom center of the background. The overall aesthetic is clean and professional, typical of a corporate or financial presentation.

**MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO
DISPENSADA!**

IMFDATA

Empowering the world with data



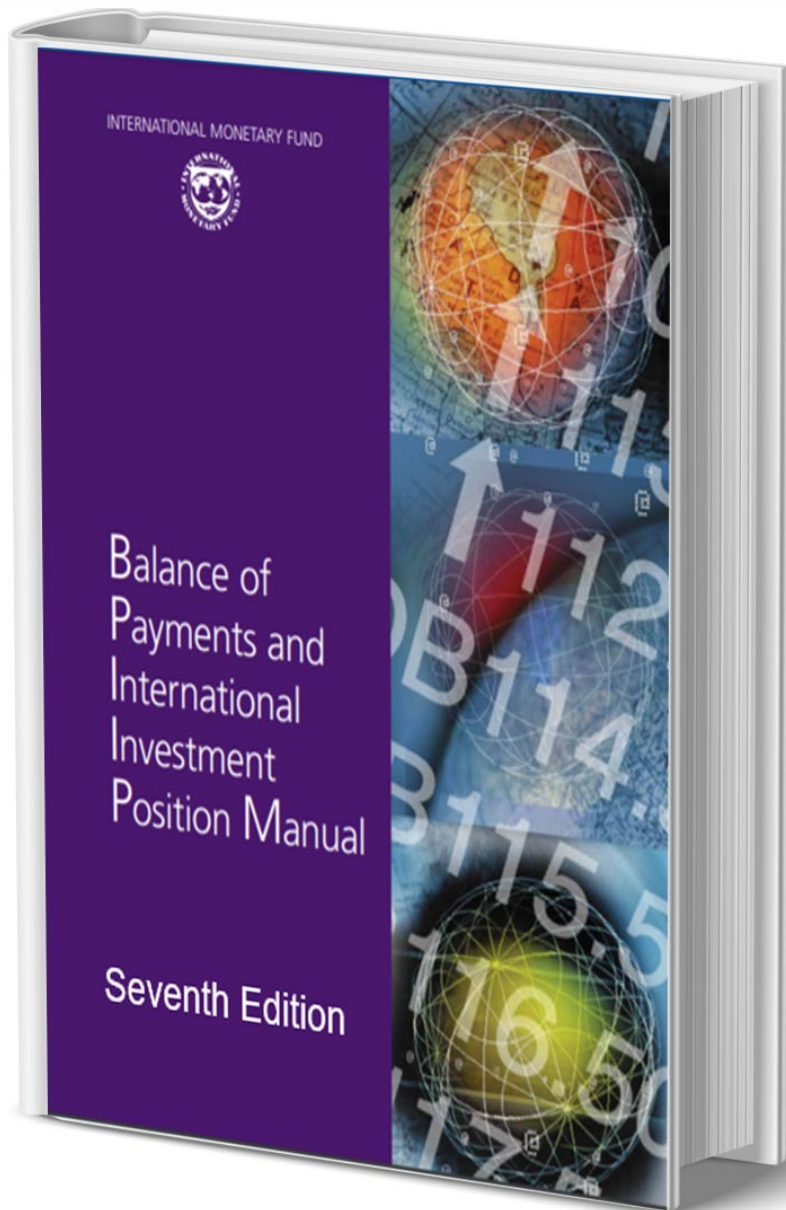
Coming soon

[IMF.org/data](https://www.imf.org/data)



IMF Data LinkedIn





STATISTICS

BL-3 Contas corrente e de capital

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

**Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização
sobre o SCN e o BPM**

AGENDA



BPM7
Capítulo 10
Conta de
bens



BPM7
Capítulo 11
Conta de
serviços

AGENDA



BPM7
Capítulo 12
Conta de
rendimentos
do trabalho



BPM7
Capítulo 13
Conta de
rendimentos
de
transferências



BPM7
Capítulo 14
Conta de
capital

Capítulo 10 - Conta de bens

■ Destaques

- No *BPM7*, haverá dois capítulos, o Capítulo 10 (Conta de bens) e o Capítulo 11 (Conta de serviços) que substituem um único capítulo no *BPM6*
- Acordos de fabrico globais discutidos no Capítulo
- Ênfase na publicação do Quadro 10.2, Reconciliação entre os dados de base relativos ao comércio de mercadorias e o total de bens com base na balança de pagamentos
- O novo manual irá seguir a estrutura dos pontos 10.13 a 10.40 do *BPM6*
- Nota: já não se recomenda a classificação dos criptoativos (CAWLM) na conta de bens

Quadro 10.1 Síntese da conta de bens	Export. / Receitas	Import. / Despesas
Mercadorias gerais com base na balança de pagamentos		
<i>d/q: Reexportações</i>		<i>n.d.</i>
<i>d/q: Bens comercializados no âmbito de um acordo de fabrico global</i>		
Exportações líquidas de bens em regime de comércio triangular		<i>n.d.</i>
Bens adquiridos em regime de comércio triangular (exportações negativas)		<i>n.d.</i>
<i>d/q: Recursos materiais adquiridos no estrangeiro pelo mandante junto de terceiros ao abrigo de um acordo de fabrico global</i>		<i>n.d.</i>
Bens vendidos em regime de comércio triangular (exportações)		<i>n.d.</i>
<i>d/q: Recursos materiais vendidos ao contratante no estrangeiro ao abrigo de um acordo de fabrico global</i>		<i>n.d.</i>
Ouro não monetário		
Total de bens		
Saldo de comércio de bens		

Síntese do Capítulo 10 - Conta de bens

Secções sem alterações significativas

- Mercadorias gerais
 - Rubricas incluídas
 - Rubricas excluídas
 - Comércio geral e especial
 - Momento de registo
 - Avaliação
 - Reexportações
- Outros produtos
 - Comércio triangular (“merchanting”)
 - Ouro não monetário

Novas secções

- Fabrico global – acordo do tipo de transformação e produção de bens sem fábrica
 - Ajustamentos aos dados de base
 - Fornecimento de informações aos utilizadores
 - Avaliação
 - Diagramas
 - Árvore de decisão incluindo
 - Comércio de mercadorias (tradicional)
 - Reexportações
 - Acordo de transformação
 - Acordo de produção de bens sem fábrica



Capítulo 10 - Mercadorias gerais

- Alguns novos itens em *inclusões*
 - Comércio triangular inverso
 - Comércio de bens acabados ao abrigo de um acordo de produção de bens sem fábrica (*novo tratamento*)
- As avaliações em termos FOB para exportações/importações serão mantidas no *BPM7*.
 - Ter em conta que, do ponto de vista concetual, é dada preferência à avaliação das importações e exportações ao valor observado da operação, e, sob reserva de mais testes, esta será introduzida como norma na próxima versão dos manuais



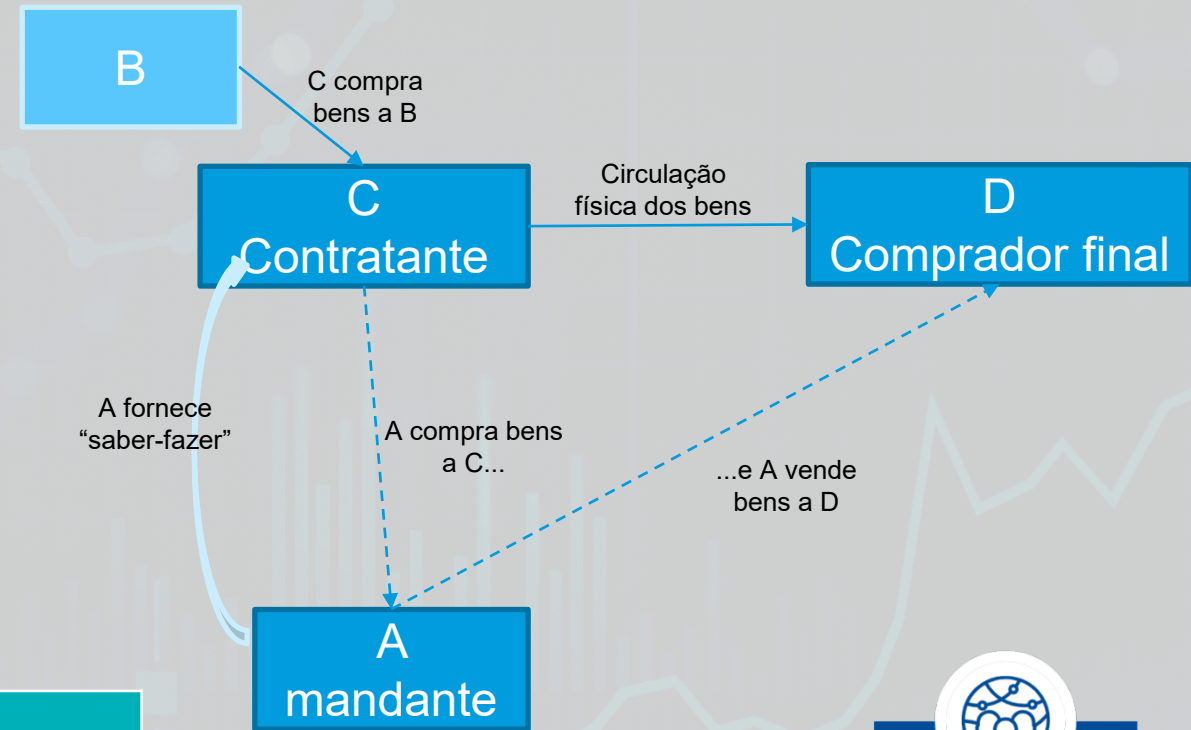
Capítulo 10 – Acordos de fabrico globais – Produção de bens sem fábrica

Exemplo de produção de bens sem fábrica

Um mandante no país A externaliza o fabrico de um produto a um contratante, mas controla o processo de conceção e a venda final. Este mandante é um produtor, mas não tem uma fábrica:

O contratante no país C produz o produto

- O contratante (no país C) obtém os recursos materiais, por exemplo, do país B
- O contratante faz o produto
- O mandante fornece as especificações do desenho (o “saber-fazer” ou PPI)
- O mandante compra o produto acabado ao contratante e vende ao país D



País	IMTS	Bens BOP	Serviços BOP	Ajustamento
C	Importações de B, exportações para D	Importações de B, exportações para A	Nenhum	Alterar D para A (exportações)
A	Nenhum	importações,	Nenhum	Ajustamento positivo às IMTS



Capítulo 10 Novo ênfase no

Quadro 10.2. Reconciliação entre dados de base das mercadorias e total de bens com base na balança de pagamentos

	Exports	Imports
Valuation adjustments		
– CIF/FOB adjustment	<i>n.a.</i>	
± High-value capital goods, if delivery differs from change of ownership		
Adjustments arising from the change of economic ownership principle		
± Goods lost or destroyed in transit		
± Goods changing ownership in customs warehouses or other special zones		
- Migrants' personal effects		
- Returned goods		
- Goods for repair or storage without change of ownership		
Valuation adjustments and adjustments arising from the change of economic ownership within merchanting or global manufacturing arrangements		
+ Net exports of goods under merchanting		<i>n.a.</i>
+ Exports to and imports from a merchant in an economy of inverse merchanting		
- Dispatches of goods from, or arrivals of goods to, either the economy of the principal or the economy of the processor without change of ownership in a processing arrangement		
+ Goods acquired from other economies for processing abroad, and goods sold abroad after processing, without the goods passing through the economy of the resident principal		
+ Acquisition and sale to other economies of finished goods by a factoryless goods producer without the goods passing through the economy of the factoryless goods producer		
± Adjustment to the contractor's valuation of exports of finished goods to a factoryless goods producer if different from IMTS valuation of dispatches to final buyer		<i>n.a.</i>
Other conceptual adjustments		
- Goods imported for construction projects by nonresident enterprises		
+ Goods changing ownership entering / leaving territory illegally		
+ Nonmonetary gold		
= Total goods on a balance of payments basis		

Tipos de ajustamentos

- Ajustamento de avaliação
- Decorrente de mudança de propriedade
 - *D/q*:
no âmbito de um acordo de fabrico global
- Outros ajustamentos conceptuais



Capítulo 11 – Conta de serviços

Table 11.1 Overview of Services Account (17 main standard service categories)

Manufacturing services on physical inputs owned by others

Maintenance and repair services n.i.e.

Transport

Travel

Construction

Insurance and Pension services

Financial services

Charges for the use of intellectual property n.i.e.

Telecommunication services

Computer and information services

Research and development services

Professional and management consulting services

Trade-related services

Operating leasing services

Technical and other business services

Personal, cultural and recreational services

Government goods and services n.i.e.

A classificação baseia-se sobretudo no produto, mas, no caso de viagens, construção e bens e serviços públicos n.i.n.r., baseia-se no agente – **não há alteração em relação ao BPM6**

Melhora a correspondência entre a classificação dos serviços da BOP e CPC

Ativos de comercialização

- 1.º/2.º Nível
- Tratamento de licenças de utilização, licenças de reprodução e distribuição e venda definitiva de ativos de comercialização



BPM7
Capítulo 11
Conta de
serviços

Capítulo 11 – Serviços, alterações em relação ao BPM6

Telecomunicações, serviços informáticos e serviços de informação (BPM6)

1.A.b.9 Telecommunications services

1.A.b.10 Computer, and information services

1.A.b.10.1 Computer services

1.A.b.10.2 Information services

- Serviços informáticos e de informação – para incluir serviços de computação em nuvem e dados e bases de dados (incl. dados como um ativo)

Outros serviços empresariais (BPM6)

1.A.b.11 Research and development services

1.A.b.12 Professional and management consulting services

1.A.b.13 Trade-related services

1.A.b.14 Operating leasing services

1.A.b.15 Technical and other business services

Serviços de transformação de recursos materiais pertencentes a terceiros

- Serviços de fabrico que fazem parte de um acordo de fabrico global também no Capítulo 10
- O elemento de serviço é definido no Capítulo 11; e
- Registo complementar de movimentos de bens relacionados discutido no Capítulo 11

Despesas pela utilização de propriedade intelectual n.i.n.r.

- Introduzida a definição de produtos de propriedade intelectual
- Clarificação sobre venda/compra definitiva e outras operações relacionadas com PPI

Ativos de comercialização (novo em serviços)

- As vendas definitivas agora estarão na conta de serviços, como uma nova categoria de serviços, e não na conta de capital.
- Tratamento das licenças – sem grandes alterações.



Capítulo 11 – Serviços

Viagens

- Clarificado o tratamento de pacotes de viagens: com um cabaz de pelo menos três serviços importantes
 - Os próprios serviços (por exemplo, transporte, alojamento)
 - Os serviços prestados pelo operador turístico
 - A margem da agência de viagens (normalmente diferente do operador turístico) que vende o pacote de viagens
- Clarificação sobre viagens relacionadas com saúde e ensino
 - Âmbito de “motivos médicos” segue a definição de “cuidados de saúde e médicos” do *IRTS 2008*
 - As despesas de viagem dos acompanhantes dos pacientes devem ser incluídas em “outras viagens pessoais”, tratando-os como “viajantes”
 - Os acompanhantes de viajantes em viagens relacionadas com ensino devem ser classificados em “outras viagens pessoais” para assegurar a consistência com acompanhantes dos pacientes em viagem

Transportes

- Clarificar as modalidades de frete CIF a FOB, para efeitos de prémios e serviços de seguros



Capítulo 11 – Serviços

Serviços financeiros

- Serviços financeiros prestados por *fintechs* (por exemplo, serviços de pagamento/serviços de concessão de empréstimos entre particulares/outros serviços financeiros, como angariação de capital/gestão de investimentos através de *fintech*) são classificados nos serviços financeiros – não é introduzida nenhuma nova categoria de serviços
- Margens sobre operações de compra e venda – desenvolvimento mais aprofundado dos conceitos relevantes, incluindo desafios práticos subjacentes à compilação desta rubrica

Seguros

- Os produtos de seguros híbridos são classificados como seguros de vida (conta financeira) ou não vida (transferências correntes) em função das características predominantes
- Os serviços de seguros através de *fintech* (*Insurtech*) estão cobertos na rubrica serviços de seguros e pensões



Capítulo 11 – Serviços

Serviços de intermediação (incluindo intermediação digital)

- A referência ao regime de "comércio triangular" de serviços no *BPM6* (10.160) será suprimida
- Os serviços da plataforma digital de intermediação (PDI) em troca de uma taxa são definidos como *serviços de intermediação que possibilitam operações entre vários compradores e vários vendedores, sem que a plataforma de intermediação assuma a propriedade económica dos bens ou preste os serviços que são objeto de venda*
- Taxa por serviços intermediados por terceiros (incluindo PDI) – registo em serviços relacionados com o comércio

Serviços pessoais, culturais e recreativos

- A saúde à distância e o ensino à distância estão incluídos na rubrica Outros serviços pessoais, culturais e recreativos

Bens e serviços públicos n.i.n.r.

- Produtos específicos adicionais a incluir em outros serviços financeiros por e para administrações públicas – de acordo com as linhas das divisões CPC 91 e 99

Serviços de construção

- Adicionar construção, adicionar serviços de construção (complementar)



Os temas relacionados com bens e serviços serão abordados noutra parte

- Economia digital coberta mais ao pormenor (no Capítulo 16 – Digitalização)
- Dados sobre os preços e volumes discutidos no Anexo 5 – Temas selecionados sobre comércio transfronteiriço
- MNE e globalização (Capítulo 15 – Globalização)
- Comércio por características das empresas (Capítulo 15 – Globalização)
- Decomposições adicionais nos Anexos 5 e 11 (dados por economia parceira)
- Comércio por moeda da fatura (Anexo 5)
- Comércio informal (Capítulo 18)



Capítulo 12 – Conta rendimentos do trabalho

- **Novidade:** a conta de rendimento primário do *BPM6* passa a ser denominada Capítulo 12 - **Conta de rendimentos do trabalho** no *BPM7*
- **Novas rubricas**
 - Novo tratamento de superdividendos
 - Informação complementar sobre investimento de carteira
 - A relação de investimento direto perderá relevância (rendimento decomposto por investimento direto em empresa de investimento direto, investimento reverso, investimento entre empresas-irmãs) e é uma rubrica por memória das componentes normalizadas



Tipos de rendimentos do trabalho 1

Estrutura como no *BPM6 Capítulo 11*.

A. Remuneração dos empregados – nenhuma alteração significativa, exceto redenominação “*remuneration of employees*” em vez de “*compensation of employees*” no BPM e SCN

B. Dividendos e retiradas de capital de quase-sociedades

- O conceito de superdividendos para ID será descartado
- O rendimento inclui distribuições de lucros do período corrente ou reservas acumuladas de períodos anteriores
 - Tal não se verifica para investimentos de carteira - dividendos pagos sobre os investimentos de carteira, como a acionistas de fundos de investimento ou dividendos internos recebidos até ao montante dos lucros correntes

C. Lucros reinvestidos

- Registo complementar da percentagem da carteira de lucros não distribuídos de empresas e outros lucros reinvestidos nos investimentos de carteira
 - Tal dá um panorama completo dos créditos de não residentes
- Clarificação do cálculo dos lucros reinvestidos de fundos de investimento coletivo
 - As despesas dos fundos de investimento são tratadas como sendo pagas pelos detentores de unidades de participação

Tipos de rendimentos do trabalho 2

D. Juros e rendimentos similares

- Os “juros” serão substituídos por “juros e rendimentos similares” a fim de incluir rendimentos semelhantes a juros nos instrumentos islâmicos.
 - Uma subcategoria dentro dos juros e rendimentos similares que mostra rendimentos de investimento para financiamento islâmico, sempre que significativo.
- Os juros negativos a pagar sobre os instrumentos financeiros são registados como despesas negativas, ao passo que os juros negativos a receber são registados como receitas negativas
- Operações reversas e acordos de recompra
 - Mudança de propriedade legal mas não económica
 - A revenda de títulos como um ativo negativo é registada aquando da realização da revenda e resulta no registo de juros negativos e crédito/receita de dividendos

Capítulo 13 Conta de rendimentos de transferências

- **Novidade:** a conta de rendimento secundário no *BPM6* passa a ser denominada **Conta de rendimentos de transferências** no *BPM7*
- A estrutura será mantida como no *Capítulo 12 do BPM6*
- O capítulo irá incluir algumas clarificações e exemplos sem grandes alterações.
 - Distinção entre transferências correntes e transferências de capital
 - Momento de registo das operações relacionadas com coimas/multas:
 - é quando é estabelecido um crédito legal e incondicional sobre os fundos
 - Tratamento de licenças
 - registar como pagamentos obrigatórios de impostos para licenças intransexuais



BPM7

Capítulo 13
Conta de
rendimentos de
transferências

Capítulo 13 Conta de rendimentos de transferências

- Distinção entre transferências correntes e transferências de capital para pagamentos de seguros e indenizações
 - Grandes acontecimentos catastróficos determinam se os créditos sobre seguros não vida são capital
 - Os pagamentos de indenizações são capital, caso se destinem à recuperação de prejuízos incorridos ao longo de um período plurianual ou à substituição de um ativo
- Tratamento de seguros híbridos
- As contribuições não reembolsáveis para a administração pública ao abrigo de programas de cidadania via investimento são transferências correntes ou de capital em função das características específicas de cada programa
- Empréstimos concessionais e elemento de transferência – apenas como rubrica complementar

Conta de capital 1

A estrutura será mantida como no *Capítulo 12 do BPM6*

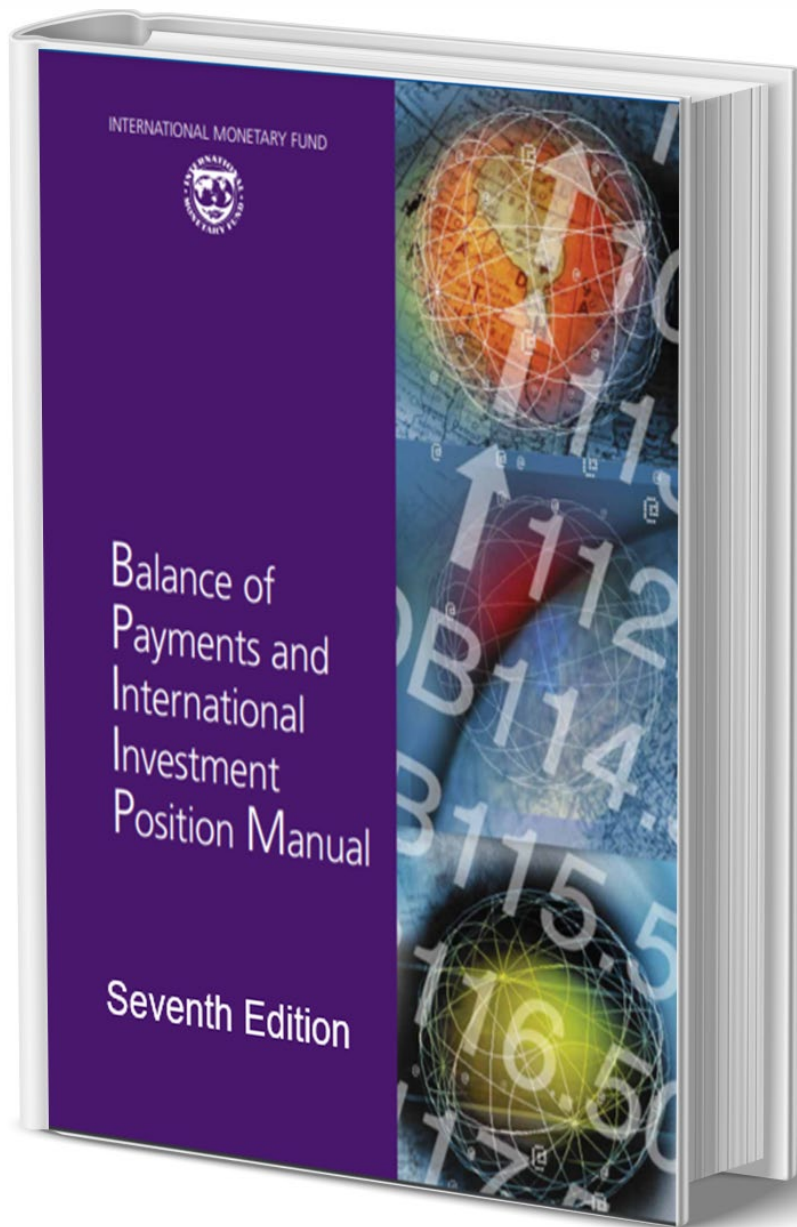
Novas rubricas

- Criptoativos sem um passivo correspondente registados como ativos não produzidos não financeiros
- *Tokens* não fungíveis (NFT) que conferem direitos comerciais limitados registados ao abrigo de contratos, locações e licenças
- Os ativos de comercialização são retirados da Conta de Capital e passam a ser tratados como ativos não financeiros produzidos (na conta de serviços)
- Quadro 13.1 Síntese da Conta de capital
 - será atualizado para refletir a nova categoria de criptoativos em aquisições e alienações de ativos não produzidos não financeiros





**MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO
DISPENSADA!**



STATISTICS

PII integrada: Investimento direto e investimento de carteira

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

**Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização
sobre o SCN e o BPM**

Os temas destas apresentações serão abordados sobretudo nos seguintes capítulos do BPM7



Capítulo 5.
Classificações de
ativos e passivos
financeiros



Capítulo 6.
Categorias
funcionais



Capítulo 7.
Posição de
investimento
internacional



Capítulo 8.
Conta financeira



Capítulo 9.
Outras variações
na conta de ativos e
passivos financeiros



PII integrada: Investimento direto

37.93

Investimento direto: principais alterações

- Decomposição dos **dados de investimento direto por setor** como *novas componentes normalizadas*
 - Decomposições por relação de investimento direto (por exemplo, investimento reverso) e reinvestimento de lucros *rubricas por memória (em “rubricas normalizadas”)*
- ➔
- **Dividendos e retirada de capital**
 - O conceito de **superdividendos** deixará de se aplicar ao investimento direto.
 - Todas as **distribuições de reservas acumuladas de lucros correntes** devem ser tratadas como **dividendos**.
 - Contudo, as **distribuições extraordinárias relacionadas com vendas de ativos** devem ser registadas como **retiradas de capital**.
 - Os superdividendos para investimento direto podem ser registados a título complementar.

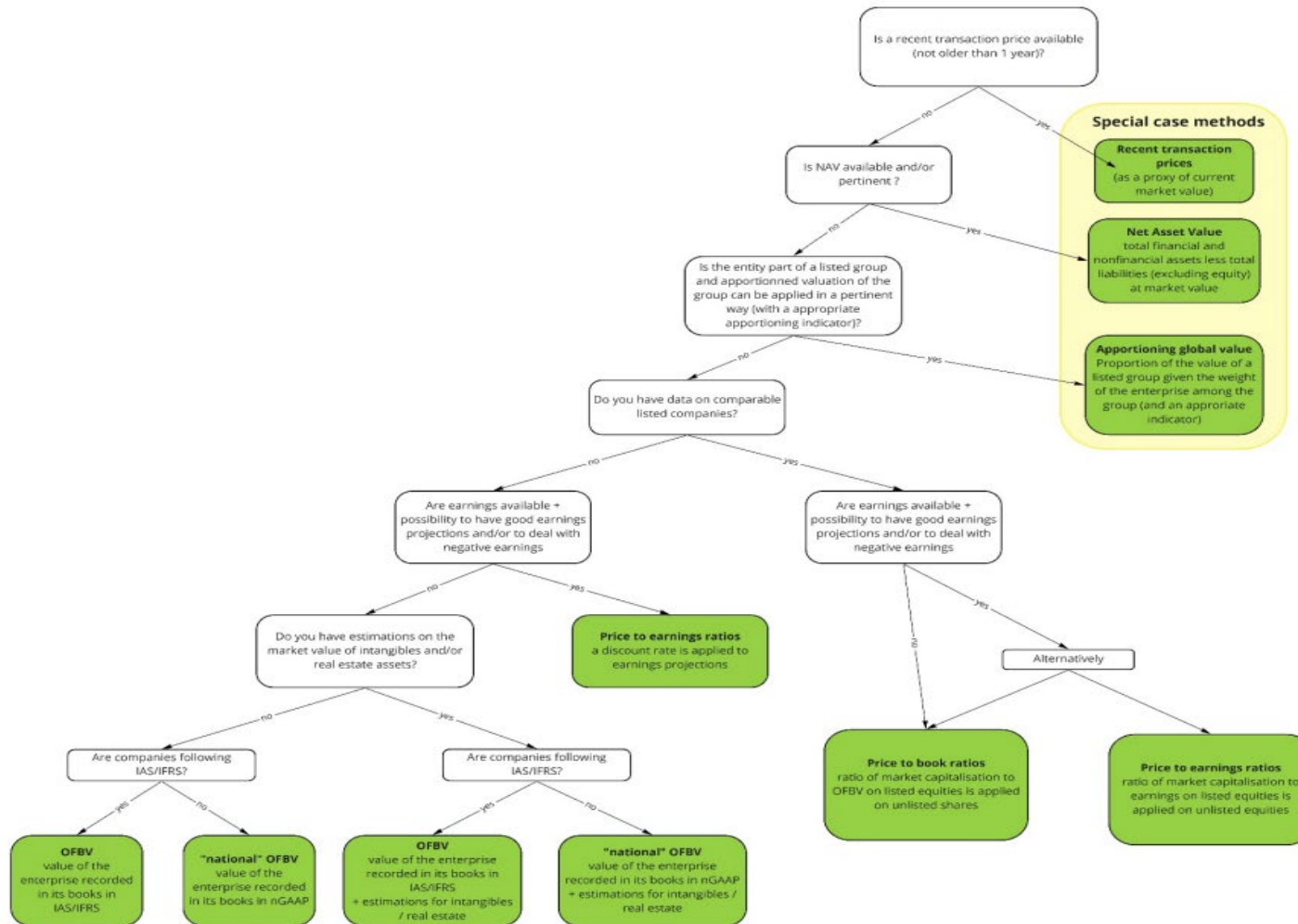


Investimento direto: principais alterações (2)

- **Avaliação de ações não cotadas**
 - **Três métodos preferenciais** (com uma **árvore de decisão** para servir de orientação à implementação)
 - *Fundos próprios a valor contabilístico*
 - *Preço de operação recente*
 - *Capitalização de mercado*
 - **Capital em quase-sociedades** - abordagem dos três métodos preferenciais.
 - Tratamento de **capitais negativos** - a desenvolver.
 - *Discussões no BOPCOM e AEG:*
 - *Permitir capitais negativos como a opção predefinida*
 - *Reduzir a zero apenas em casos extraordinários (“responsabilidade estritamente limitada”)*



Árvore de decisão para a avaliação de ações não cotadas



Investimento direto: clarificações

- **Investimentos em quotas de fundos de investimento**
 - São registados sempre como investimento de carteira independentemente do capital detido.
 - Contudo, os investimentos realizados pelo fundo ainda são tratados como investimento direto, desde que cumpram o critério relativo à *influência/controlo significativo*
- **Capital em organizações internacionais**
 - Excluído de ID ➔ *Outros capitais e capital em organizações internacionais* na rubrica ***outros investimentos***.
- **As diferenças entre os preços de operação e os valores registados nas posições** devem ser tratadas como ***outras variações nos preços*** (por exemplo, ações não cotadas).



Investimento direto: anexo atualizado sobre o Investimento Direto (Anexo 6)

- Quadro complementar por **economia de investimento final** e **economia de destino final** e **identificação de fundos intermediários**.
- **Inversões de empresas, investimento de raiz e expansão de capacidade** – definição e orientações sobre recolha de dados complementares.
- **Parcerias público-privadas, centralização de tesouraria** – conceitos, âmbito e tratamentos estatísticos.



Investimento direto: novos dados complementares

- Dados sobre **investimentos de raiz e expansão de capacidade**
- Dados sobre **inversões de empresas**
- Estatísticas de investimento direto por **economia de investimento final**
- Estatísticas de investimento direto que **olham para além das EFE para a primeira unidade operacional** como o primeiro passo na apresentação dos dados por economia de destino final
- Estatísticas de investimento direto que identificam **fundos intermediários**
- Os dados sobre **superdividendos** podem ser registados a título complementar
- Investimento direto por via de **empréstimos entre empresas** (como complemento ao quadro de reconciliação)



New Data
Related to Direct
Investment

The background features a light blue and white color scheme with various financial data visualizations. There are several line graphs with circular markers, some showing upward trends. A bar chart is visible in the lower right quadrant. Faint numerical values like '18.36' and '37.93' are scattered across the background. The overall aesthetic is clean and professional, typical of a financial report or presentation.

PII integrada: Investimento de carteira

Investimento de carteira: novos conceitos

- **Superdividendos** introduzidos no investimento de carteira
 - **Pagamentos grandes e irregulares** efetuados por empresas aos seus acionistas ou proprietários que são **financiados a partir das reservas acumuladas ou de vendas de ativos**.
 - A diferença entre o pagamento e os lucros distribuíveis do período contabilístico relevante é **registada como superdividendos em retirada de capitais**.
- **Reinvestimento de lucros**
 - Adicionado como **rubrica complementar** no BPM7.



Investimento de carteira: novos dados complementares

- **Títulos de dívida a valores nominais** como complemento da avaliação de mercado.
 - Registo dos títulos de dívida a valores nominais como complemento da avaliação de mercado.
 - Introdução de quadro para reconciliar a avaliação a valores nominais e a valores de mercado de passivos de títulos de dívida.
- **Reinvestimento de lucros**

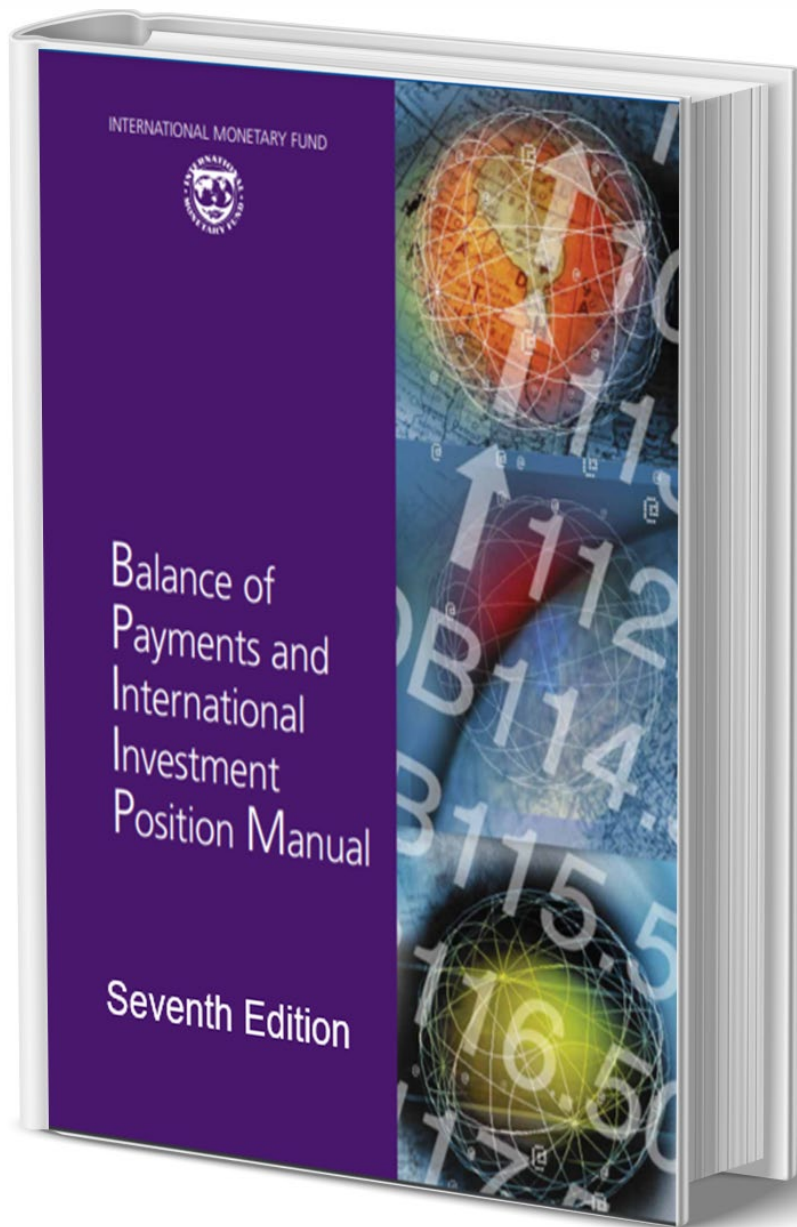


Investimento de carteira: Clarificações

- **Posições curtas** – breve clarificação sobre o seu registo
- **Posições em títulos de capital de investimento de carteira não cotado** sem um preço de mercado observável – podem ser avaliadas utilizando os métodos para investimento direto em ações não cotadas.
- **Vencimento residual** – clarificações e orientações complementares
 - Tratamento dos instrumentos de dívida amortizados em prestações.
 - Conceito de vencimento residual e o seu substituto para registo.
 - Incentiva-se informações sobre a composição por moeda.



MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO DISPENSADA!



STATISTICS

PII integrada: Derivados financeiros, outros investimentos, e ativos de reserva

23 A 25 DE ABRIL DE 2024

**Departamento de Estatística do FMI – STATAFRIC
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização
sobre o SCN e o BPM**

Os temas destas apresentações serão abordados sobretudo nos seguintes capítulos do BPM7



Capítulo 5.
Classificações
de ativos e
passivos
financeiros



Capítulo 6.
Categorias
funcionais



Capítulo 7.
Posição de
investimento
internacional



Capítulo 8.
Conta
financeira



Capítulo 9.
Outras variações
na conta de ativos
e passivos
financeiros

The background features a light blue and white color scheme with various financial data visualizations. There are several line graphs with circular markers, some showing upward trends. A bar chart is visible in the lower right quadrant. A specific data point '37.93' is highlighted with a square marker and a vertical line. The overall aesthetic is clean and professional, typical of a financial report or presentation.

PII integrada: Derivados financeiros

Derivados financeiros: novas decomposições

- **Novas decomposições de derivados financeiros** por
 - Categoria de risco de mercado
 - Instrumento
 - Plataforma de negociação



New Data
Related to
Financial and
Payments
Systems

Derivados financeiros: novas orientações

- É aceitável o registo das **operações em termos líquidos**, quando não estão disponíveis dados sobre as operações em ativos e passivos.
- Todos os **efeitos de reavaliação** devem-se a **outras variações nos preços** (em vez de *variações cambiais* como no BPM6) para os tipos de derivados onde poderá não ser prático separar as variações cambiais de outras reavaliações.
- Orientações metodológicas para o **registo de novações e compressão de carteiras** como operações financeiras, incluindo o papel das contrapartes centrais.



Novo anexo sobre derivados financeiros e operações reversas (Anexo 7)

- Os **derivados financeiros** serão abordados de forma exaustiva com novas recomendações (por exemplo, classificação por categoria de risco).
- As **operações reversas** (por exemplo, acordos de recompra) também serão discutidas exaustivamente com clarificações.





PII integrada: Outros investimentos

37.93

Outros investimentos: direitos de subscrição, capital em organizações internacionais e *factoring*

- **Direitos de subscrição**
 - Especificado que devem ser registados como capital
- **Capital em organizações internacionais**
 - Registado na rubricada redenominada “*Outros capitais e capital em organizações internacionais.*”
- ***Factoring***
 - Os créditos ao abrigo de *factoring* são registados em empréstimos (deixam de ser **classificados** nas *contas a pagar/a receber*).



Outros investimentos: seguros e pensões

- **Produtos de seguros híbridos**
 - Serão alocados aos seguros de vida ou não vida em função das características predominantes.
- **Regimes de pensão independentes, autónomos**
 - São classificados como seguros sociais.



Outros investimentos: avaliação

- Avaliação dos instrumentos inegociáveis
 - **Será mantido o princípio de avaliação nominal para os empréstimos.**
 - Reforço do quadro existente para **permitir a reposição do valor mesmo para além dos casos de falência e liquidação**, quando há provas públicas de deterioração do empréstimo.
 - **Empréstimos concessionais** – as posições são avaliadas ao valor nominal como qualquer outro empréstimo com base na taxa de juro contratualizada.
- **Outros investimentos/capital em organizações internacionais e outras posições em títulos de capital** – podem ser avaliados utilizando os métodos para ID em ações não cotadas.



Outros investimentos: clarificações e orientações complementares

■ Vencimento residual

- Tratamento dos instrumentos de dívida amortizados em prestações.
- Conceito de vencimento residual e o seu substituto para registo.
- Incentiva-se informações sobre a composição por moeda.





PII integrada: Ativos de reserva

37.93

Ativos de reserva: Novas orientações

- **Títulos e garantias em ouro ao abrigo de acordos de recompra** → reclassificá-los de ativos de reserva (por exemplo, para investimento de carteira).
- **Swaps cambiais de bancos centrais fora do mercado** → troca de depósitos com manutenção do valor.
- **Swaps cambiais padrão (preço de mercado)** → troca de depósitos com um contrato de derivado financeiro (*forward*).
- **Fundo Fiduciário para a Resiliência e a Sustentabilidade (RST) do FMI** – depósitos e empréstimos concedidos dos doadores → outros créditos/outros ativos de reserva (o Anexo 9 fornece mais pormenores).
- **Ativos congelados** → reclassificar de acordo com a categoria funcional relevante (por exemplo, investimento de carteira).



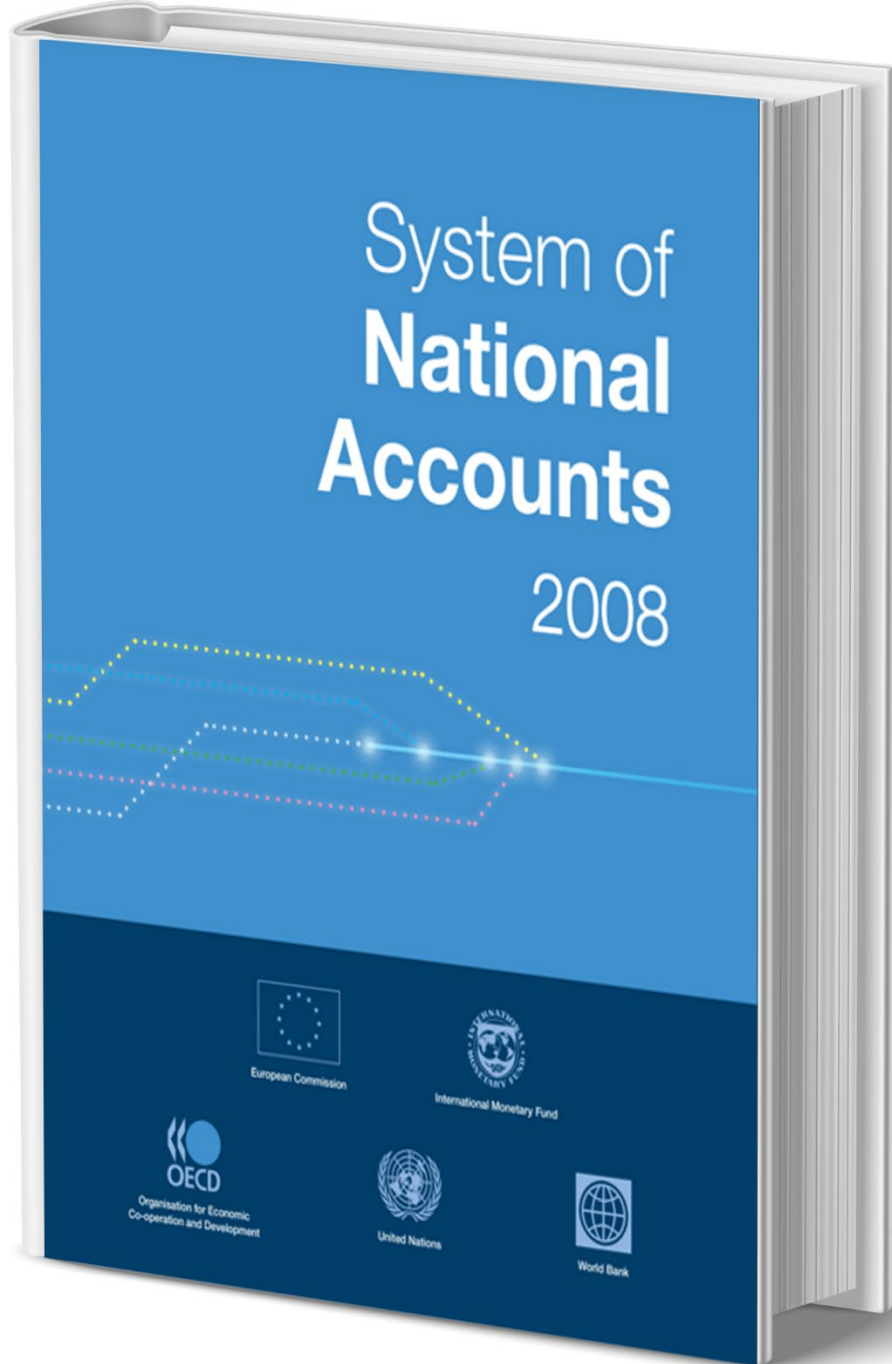
Ativos de reserva: clarificação e nova apresentação das reservas internacionais líquidas

- **Definição estatística normalizada de reservas internacionais líquidas (RIL) baseada no quadro do Modelo dos Dados das Reservas (IRFCL).**

RIL = Ativos de reserva – Drenagens líquidas de ativos em moeda estrangeira de curto prazo



MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO DISPENSADA!



STATISTICS

Resumo das Principais Alterações face ao SCN 2008

Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização sobre o SCN e o BPM

Pete Harper
Gestor do projeto de
atualização do SCN

Peter van de Ven
Editor chefe da atualização
do SCN

AGENDA



Recomendações
para alterações
conceptuais



Recomendações
para
quadros/elementos
de dados
adicionais

Resumo das alterações propostas

TABLE 2 Update of the 2008 SNA -- Recommendations that impact on the measurement of important national accounts aggregates and/or require the compilation of additional statistics

		Conceptual change					Additional data item/table				Clarification Guidance			
		Impact on GDP	Impact on NDP	Impact on GG NLB	Impact on net worth	Other	Breakdown	Economic table	Supplementary item/ table	Extended table/account	Thematic table/account			
A. Generic issues														
A.4	IE.1 Statistical framework for the informal economy													
B. Further specifications of statistical units and revisions in institutional sectoring														
B.1	WS.2 Distributions of household income, consumption and wealth													
B.1	G.2 Treatment of MNE and intra-MNE flows													
B.1	G.4 Treatment of Special Purpose Entities and residency													
B.1	F.7 Impact of Fintech on macroeconomic statistics													
B.2	X.18 Statistical units													
B.3	G.4 Treatment of Special Purpose Entities and residency													
C. Further specifications of the scope of transactions including the production boundary														
C.1	DZ.9 Incorporating digital intermediary platforms into the SNA													
C.3	A1.2 Treatment of rent													
C.3	X.55 Further alignment of the sum-of costs approach													
C.4	X.3 Treatment of the output of central banks													
C.6	F.15 Debt Concessionality													
C.7	F.2 Asymmetric treatment of reinvested earnings													
C.7	D.17 Identifying superdividends and establishing the borderline between dividends and withdrawal of equity in the context of direct investment													
C.8	A1.2 Treatment of Rent for the "Recording of Data", "Marketing Assets" and "Biological Resources"													
C.9	F.12 Covering hybrid insurance and pension products													
D. Extensions and further specifications of the concepts of non-financial assets, capital formation and consumption of fixed capital/depletion, including changes related to other transactions in goods and services														
D.1	DZ.6 Recording of data in the national accounts													
D.1	G.9 Payments for "knowledge-based capital" (marketing assets)													
D.2	F.18 The recording of crypto assets in macroeconomic statistics													
D.4	WS.6 Economic ownership and depletion of natural resources													
D.4	WS.11 Treatment of renewable energy resources as assets													
D.5	WS.8 Accounting for biological resources													
D.10	DZ.7 Improving the visibility of artificial Intelligence in the national accounts													
D.10	WS.12 Environmental classifications													
E. Further refinement of the treatment and definition of financial corporations, financial instruments and financial assets														
E.1	F.1 More disaggregated institutional sector and financial instruments breakdowns													
E.2	F.18 The recording of crypto assets in macroeconomic statistics													
E.3	F.8 Valuation of debt securities at both market and nominal value													
E.5	B.12 Treatment equity in international organizations that is in the form of unlisted shares or nonnegotiable equity													
E.6	X.16: Accounting for pensions: supplementary table on household retirement resources													
E.7	F.4 Financial derivatives by type													
E.8	X.59 Clarification note on treatment of securities (and gold bullion) under reverse transactions													
E.9	WS.9 Recording of provisions													
E.10	WS.12 Environmental classifications													
G. Broadening the framework of national accounts to capture wellbeing and sustainability														
G	WS.3 Unpaid household service work													
G	WS.4 Labour, education and human capital													
G	WS.5 Indicators of health care in the SNA													
H. Other issues														
H.3	DZ.4 Recording and valuing "free" products in an SNA satellite account													
H.3	DZ.5 Increasing the visibility of digitalisation in economic statistics through the development of digital supply-use tables													

Resumo das alterações propostas

TABLE 3 Update of the 2008 SNA – Other recommendations for clarification or additional guidance

		Clarification	Guidance	No change
A. Generic issues				
A.1	CM.4 Use of net measures in the presentation of the National Accounts			
A.2	A1.1 Valuation principles and methodologies			
A.2	X.24 Refocusing 2008 SNA Chapter 20 (Chapter 17 in the 2025 SNA) on capital services and the national accounts			
A.3	IF.1 Islamic Finance in the National Accounts and External Sector Statistics – new chapter			
A.4	X.32 Establishing clearer links to ICLS resolutions – informal economy			
A.5	X.53 Include text on significant differences between the SNA and IPSAS/IAS			
B. Further specifications of statistical units and revisions in institutional sectoring				
B.1	G.7 Global value chains and trade in value-added			
B.3	B.3 Centralised Currency Unions			
B.3	X.4 The delineation of head offices and holding companies in the national accounts			
B.3	X.39 Output of off-shore banks			
B.3	X.54 Draft an issues note on when, and when not, to consider trusts and other types of funds as separate institutional units			
C. Further specifications of the scope of transactions including the production boundary				
C.1	DZ.8 Cloud computing			
C.2	G.7 Global value chains and trade in value-added			
C.2	C.6 Merchanting and factoryless producers; clarifying negative exports in merchanting, and merchanting of services			
C.4	F.14 Treatment of factoring transactions			
C.4	X.10 FISIM			
C.5	X.44 Recording of deferred or waived rental payments			
C.5	X.45 Recording of deferred delivery of, and payments for, goods and services			
C.5	X.46 Recording of deferred interest payments			
C.6	IF.1 Islamic Finance in the National Accounts and External Sector Statistics – measurement of interest			
C.6	X.6 The statistical treatment of negative interest			
C.7	D.16 Treatment of retained earnings			
C.10	X.5 Recording of flows between a defined benefit pension fund and its sponsor			
C.10	X.8 Definition of catastrophes in the measurement of non-life insurance			
C.10	X.12 Accounting for pensions: treatment of holding gains and losses			
C.10	X.35 Improve consistency in the use of terminology for insurance			
C.10	X.41 Recording of refunded premiums at surrender of insurance policies			
C.11	C.7 Treatment of travel packages, health-related travel, and taxes and fees on passengers' tickets			
C.11	C.8 Recording penalties and fines			
D. Extensions and further specifications of the concepts of non-financial assets, capital formation and consumption of fixed capital/depletion, including changes related to other transactions in goods and services				
D.3	DZ.10 Non-fungible tokens (NFTs)			
D.4	WS.10 Valuation of mineral and energy resources			
D.6	WS.7 Treatment of emission trading schemes			
D.7	G.5 Economic ownership of intellectual property products – recording of intra-MNE transactions			
D.7	X.9 Recording of work in progress			
D.8	X.52 Include text on partitioning of assets			
D.8	X.56 Add clarification on the treatment of costs of ownership transfers for different types of assets			
D.8	X.57 Add clarification on the distinction between maintenance and capital repairs for intangible assets			
D.8	X.58 Issues note on a possible alternative treatment of the transfer of leased assets at the end of the lease period			
D.9	CM.4 Use of Net measures in the presentation of the National Accounts – use of geometric depreciation			
D.9	X.7 Service lives of military systems			
D.9	X.9 Capital services of assets not contributing to production			
D.11	G.1 Valuation of imports and exports of goods			

TABLE 3 Update of the 2008 SNA – Other recommendations for clarification or additional guidance

		Clarification	Guidance	No change
E. Further refinement of the treatment and definition of financial corporations, financial instruments and financial assets				
E.4	F.9 Valuation of loans (fair value)			
E.5	F.16 Subscription Rights			
E.6	X.14 Accounting for pensions: recognition of pension entitlements relating to social security schemes			
E.7	F.5 Treatment of credit default swaps			
E.7	F.10 Treatment of cash collateral			
E.8	F.3 Reverse transactions			
E.8	F.10 Treatment of cash collateral			
E.8	D.18 Cash pooling in direct investment			
E.8	X.37 Recording of central bank swap arrangements			
E.9	X.14 Accounting for pensions: recognition of pension entitlements – contingent liabilities			
F. Further specifications of the scope of transactions concerning government and public sector				
F.1	WS.7 Treatment of emission trading schemes			
F.2	X.11 The recording of stability fees			
F.3	WS.14 Distinction between tax and service transaction and other borderline cases			
F.4	D.8 Public-private partnerships			
F.5	D.5 Eliminating the imputations for an entity owned or controlled by general government that is used for fiscal purposes			
F.6	B.8 Recording citizenship by investment programs			
F.6	B.9 Treatment of external assets and related income declared under tax amnesty			
F.6	X.43 Government support to businesses and households			
G. Broadening the framework of national accounts to capture wellbeing and sustainability				
G	WS.1 A Broader SNA framework for wellbeing and sustainability			
G	X.32 Establishing clearer links to ICLS resolutions – labour accounts			
H. Other issues				
H.1	DZ.1 Price and volume measurement of goods and services affected by digitalisation			
H.1	X.10 FISIM – price and volume measurement			
H.1	X.21 Adding text on productivity measurement to 2025 SNA Chapter 18			
H.1	X.22 Adding a section, in the 2025 SNA Chapter 18, on the volume and price measurement of specific products			
H.1	X.47 Estimating the volume of non-market output			
H.2	X.49 Accounting under conditions of high inflation			
H.3	DZ.3 Treatment of "free" products in the "core" national accounts			
H.4	G.7 Global value chains and trade in value-added			
H.5	CM.2 Terminology and branding of the Economic Accounting statistical standards			
H.6	CM.3 A Taxonomy for communicating Economic Statistics, releases, products and product updates			
H.7	CM.1 An Assessment Framework to measure alignment with the Economic Accounting statistical standards			

Observações gerais

Apenas um número limitado de alterações conceptuais que afetam os indicadores macroeconómicos, como o PIB/PIL, déficit público e património líquido

- Reconhecimento de **dados** como ativos produzidos
- Reconhecimento de **ativos de comercialização** como ativos produzidos
- Recursos de energias renováveis e ajustamentos no **tratamento de recursos biológicos**
- Registo de **esgotamento** dos recursos naturais **como um custo de produção**
- **Abordagem de divisão dos ativos** para recursos naturais (nenhum impacto nos indicadores macroeconómicos acima referidos)
- Melhor coerência na aplicação da **abordagem dos custos totais**
- Alterações na mensuração da **produção dos bancos centrais**
- Outras **alterações menores** em relação ao SCN (nenhum impacto nos indicadores macroeconómicos)



Recomendações
para alterações
conceptuais

Dados, dados, dados...

- SCN 2008: **Reconhecia as bases de dados como ativos produzidos, mas não os conteúdos informativos**
- SCN 2025: **Também reconhece os conteúdos informativos dos dados eletrónicos** recolhidos e utilizados na produção
- **Avaliação utilizando a abordagem dos custos totais:**
 - custos de planeamento, preparação e desenvolvimento de uma estratégia de produção de dados
 - custos associados ao acesso, registo e armazenamento de informações incorporadas em SO, incluindo compras explícitas de SO e dados já produzidos
 - custos associados à conceção, organização, teste e análise de dados a fim de extrair informações e conclusões dos mesmos
 - consumo de capital fixo utilizado, incluindo rendibilidade do capital
- **A alteração pode ter impacto significativo no PIB e no património líquido**

Ativos de comercialização

- SCN 2008: **Ativos de comercialização (e goodwill) apenas reconhecidos como ativos não produzidos não financeiros**, cuja mensuração está limitada a compras explícitas de ativos relevantes (ou compras implícitas quando uma empresa é adquirida a um preço superior ao seu património líquido)
- SCN 2025: **Reconhece os ativos de comercialização como ativos produzidos**, assim alargando significativamente o conceito de ativos (e produção) com ativos produzidos para consumo final próprio
- **Avaliação utilizando a abordagem dos custos totais:**
 - Mais investigação para diferenciar, na prática, as despesas que levam ao aumento de capital fixo das despesas correntes
- **A alteração pode ter impacto significativo no PIB e no património líquido**

Recursos de energias renováveis e ajustamentos no tratamento de recursos biológicos

- Reconhecimento explícito dos **recursos de energias renováveis** (solar, eólica, geotérmica, etc.)
- **Três alterações e clarificações** em relação ao SCN 2008:
 - O SCN 2008 incluía uma **escolha discreta** entre recursos cultivados e recursos não cultivados que produzem uma única vez, com base na gestão e no controlo; o SCN 2025 inclui uma **distinção entre recursos migratórios (não cultivados) e recursos não migratórios (cultivados, com base numa escala contínua desde objeto de gestão intensa até totalmente autónoma)**
 - A **recuperação** de recursos biológicos deverá ser registada como **formação bruta de capital fixo**, ao passo que – tal como com os recursos minerais e energéticos – **o esgotamento é tratado como um custo de produção** (ver diapositivo seguinte)
 - Clarificações relativas à **mensuração dos trabalhos em curso**
- Pequeno impacto no PIB, nenhum impacto no património líquido (apenas mudanças entre os ativos não produzidos e produzidos, e entre os trabalhos em curso e os ativos subjacentes)

Registo de esgotamento dos recursos naturais como um custo de produção

- SCN 2008: **Esgotamento** de recurso naturais tratado como **outras variações de volume de ativos**
- SCN 2025: **Esgotamento** deverá ser registado como um **custo de produção**, semelhante ao registo do consumo de capital fixo
- A alteração terá impacto no PIL, sobretudo em países ricos em recursos naturais

Abordagem de divisão dos ativos para os recursos naturais

- SCN 2008: **Recursos naturais** eram registados **nas contas do proprietário legal** (normalmente, o Estado)
- SCN 2025:
 - Os **recursos naturais** são registados **nas contas do proprietário legal e extrator, em função da apropriação das rendas dos recursos**
 - **Contabilização do esgotamento em linha com o quadro central do SCEA 2012** (alocação do esgotamento de acordo com a apropriação, ajustando as rendas pagas pelo extrator ao proprietário legal)
 - **As alterações na propriedade** deverão ser registadas como **outras variações de volume de ativos**
- Nenhuma alteração no PIB/PII nem no património líquido; mudança apenas na afetação dos ativos relevantes pelos setores

Melhor coerência da abordagem dos custos totais (1)

- Na ausência de preços de mercado, aplicação da **abordagem dos custos totais**, como uma aproximação de tais preços de mercado.
- Para os **produtores mercantis** (produção para consumo final próprio):
 - Consumo intermédio
 - Remuneração dos empregados
 - Consumo de capital fixo
 - Rendimento líquido sobre o capital fixo
 - Outros impostos (líquidos de subsídios) sobre a produção
- **Quatro questões em relação ao SCN 2008**
 - Para os **produtores não mercantis**, a produção relevante é avaliada **excluindo a rendibilidade do capital fixo**
 - **A rendibilidade do capital é excluída para os ativos não financeiros que não ativos fixos**
 - Inclusão ou exclusão de **pagamentos de rendas**, por exemplo, de terrenos e recursos naturais
 - Inclusão ou exclusão do **esgotamento**, além do consumo de capital fixo

Melhor coerência da abordagem dos custos totais (2)

SCN 2025:

- **Toda a produção relevante avaliada incluindo a rendibilidade do capital**, logo também para produtores não mercantis
- Inclusão da **rendibilidade de ativos não financeiros que não ativos fixos**, logo incluindo existências e ativos não produzidos não financeiros
 - Nota: A rendibilidade dos parques urbanos e monumentos históricos será excluída por pragmatismo
- **Inclusão das rendas** como um elemento de custo
- **Inclusão, se relevante, do esgotamento** de recursos naturais
- A alteração poderá ter um impacto significativo no PIB e um impacto mais moderado no património líquido

Alterações na mensuração da produção dos bancos centrais

SCN 2008:

- Possibilidade de **inclusão dos SIFIM**
- **Dois tipos de serviços:**
 - Serviços de política monetária (produção não mercantil)
 - Serviços de supervisão (produção não mercantil ou mercantil, em função das taxas pagas por esses serviços)
- **Produção não mercantil afeta à administração pública**, com uma transferência concorrente concomitante

SCN 2025:

- **SIFIM excluídos** por motivos conceptuais
- **Maior alargamento dos serviços** a fim de incluir a promoção da estabilidade financeira e o acompanhamento dos sistemas de pagamentos
- **Toda a produção é considerada produção não mercantil, sendo que os pagamentos efetuados por sociedades financeiras são considerados transferências correntes**
- **Produção registada como produção para consumo final próprio** pelo banco central

Alteração no PIB = alteração no registo das transferências

Outras pequenas alterações conceptuais em relação ao SCN 2008

- Tratamento dos **lucros reinvestidos das empresas de IDE**: limitados a pagamentos referentes às vendas de ativos
- **Alargamento da definição de rendas** (pagamentos ao proprietário por ter colocado determinados ativos não produzidos à disposição de outra unidade), incluindo ativos não produzidos não financeiros que não recursos naturais
- Registo dos **trabalhos em curso** para ativos fixos parcialmente transferidos e para ativos fixos produzidos para consumo final próprio
- Limitação dos **empréstimos bonificados** àqueles prestados pelos empregadores aos empregados
- Todo o **capital em organizações internacionais** é considerado “outros capitais”
- **Títulos dados em garantia**, que não estão prontamente disponíveis para satisfazer necessidades de financiamento da balança de pagamentos, serão excluídos dos ativos de reserva do mutuário; para *swaps* de ouro, esta reclassificação conduz a uma desmonetização do ouro em barras

Observações gerais

- Pode estabelecer-se uma distinção entre os quadros e elementos de dados seguintes:
 - **Sequência de contas económicas:** conjunto padrão de contas e quadros, cuja compilação é recomendada.
 - **Quadros/rubricas complementares**
 - **Contas/quadros alargados/temáticos**
- O **SCN não tem força de lei**, mas um dos principais fatores para o êxito do SCN é a compilação em todo o mundo de estatísticas de acordo com as orientações conceptuais do SCN
- O objetivo é que **o maior número possível de países proceda à compilação da sequência de contas económicas**
- Os quadros e as contas recomendados dependem mais das prioridades nacionais e regionais



Contabilização do bem-estar

- Para garantir uma melhor análise da **distribuição de rendimentos, consumo, poupanças e património pelas famílias**:
 - Decomposição padrão das famílias por **decil de rendimento e património**
 - **Contas de mão de obra** mais pormenorizadas
- Além disso, várias **outras decomposições das famílias** (por exemplo, composição da família, principal fonte de rendimento) são sugeridas como rubricas complementares
- Contas e quadros alargados/temáticos:
 - **Serviços domésticos não remunerados**
 - **Educação e capital humano**
 - **Saúde**

Contabilização da sustentabilidade

- Para garantir uma melhor contabilização da sustentabilidade (ambiental), o **Quadro Central do SCEA 2012 e a Contabilidade de Ecossistemas do SCEA** são quadros importantes que podem ser vistos como quadros sistemáticos complementares ao SCN e coerentes com o mesmo.
- Dentro da sequência de contas económicas do SCN, além do registo do esgotamento como um custo de produção:
- **Capital natural como uma categoria à parte**, incluindo tanto ativos produzidos não financeiros quanto ativos não produzidos não financeiros
- **Decomposições mais pormenorizadas** dos ativos não financeiros e ativos financeiros
- **Enfoque na melhoria do cálculo dos recursos naturais**

Contabilidade da globalização

- Para garantir uma melhor compreensão do impacto da globalização na geração e distribuição do rendimento e também para assegurar uma melhor comparação internacional dos saldos orçamentais, **decomposições padrão das sociedades em:**
 - **Sociedades com controlo estrangeiro**
 - **Empresas públicas**
 - **Sociedades privadas nacionais**
 - **d/q: Parte das empresas multinacionais nacionais**
- Além disso, são encorajadas várias rubricas e quadros complementares:
 - **Quadros de recursos e empregos alargados (eSUT)**
 - Dados sobre **entidades de finalidade especial (EFE)** para os países em que estas entidades são importantes

Contabilidade da digitalização

- Para melhorar a visibilidade sobre a economia digital:
 - **Decomposições mais pormenorizadas de determinadas categorias de ativos** dentro dos produtos de propriedade intelectual, na sequência de contas económicas
 - Além disso, são encorajados **quadros de recursos e empregos digitais** na forma de quadros alargados/temáticos, também incluindo a **contabilização alargada de serviços “grátis”** (Facebook, Instagram, TikTok, etc.)
 - Decomposições mais pormenorizadas de subsetores das sociedades financeiras de **atividades relacionadas com *fintech***, como rubricas complementares nos países em que estas atividades são significantes

Contabilização de riscos e vulnerabilidades financeiras

- Desde a grande crise financeira que se considera que é importante assegurar uma melhor contabilização dos riscos e das vulnerabilidades financeiras:
 - **Intermediação financeira não bancária** (sistema bancário paralelo): quadros complementares com decomposições mais pormenorizadas de sociedades financeiras, assim como detalhes adicionais para determinados instrumentos financeiros
 - Decomposições de **derivados financeiros**
 - **Quadros** (complementares) “**de quem para quem**” (não incluídos na lista consolidada)

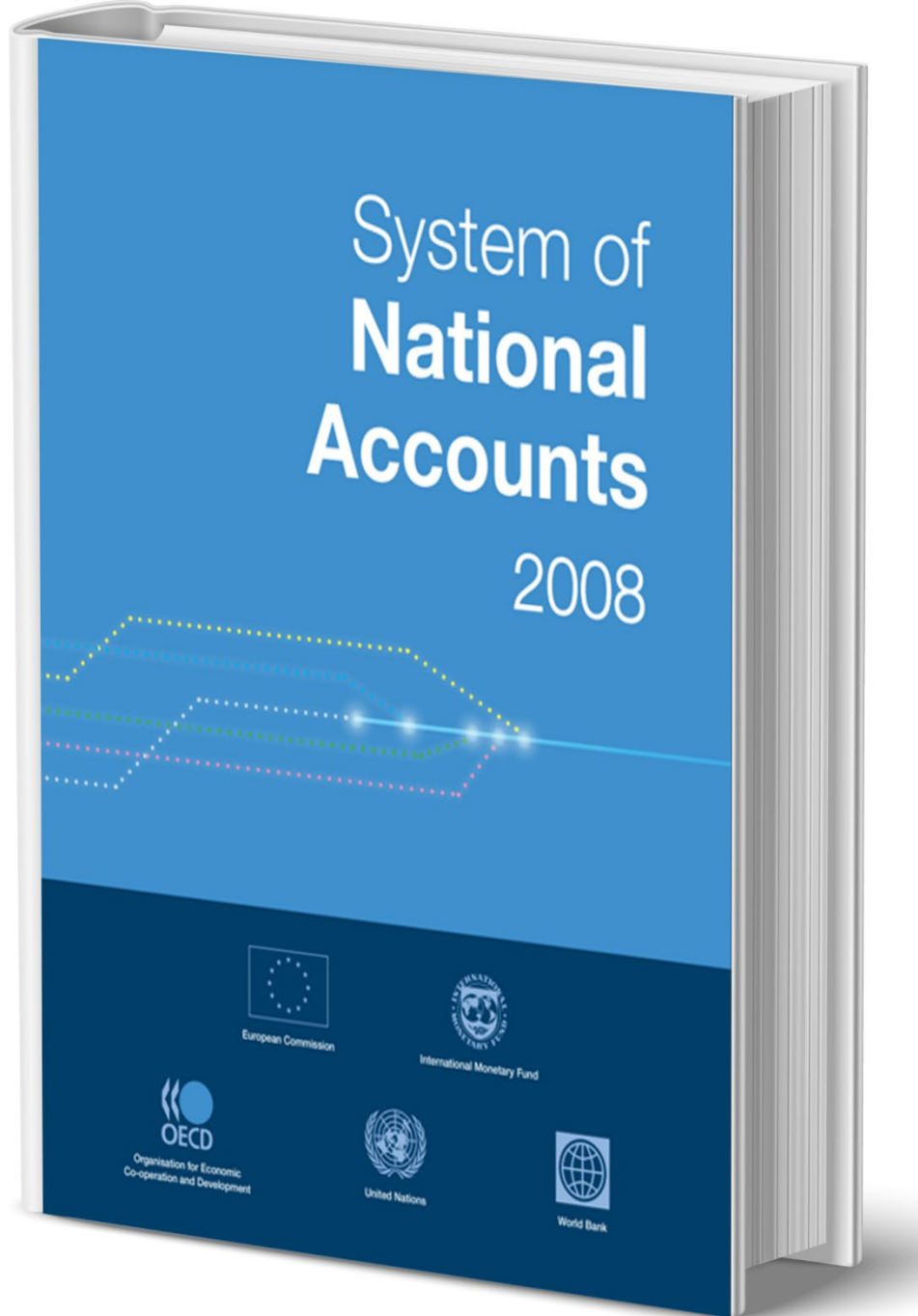
Outras rubricas e quadros complementares

- **Empréstimos concessionais:** dados complementares sobre empréstimos concessionais fornecidos por Estados e organizações internacionais
- **Lucros reinvestidos:**
 - **Decomposição de dividendos relacionados com IDE** em pagamentos conforme definido para as sociedades não relacionadas com IDE e outros pagamentos
 - Dados complementares sobre o **registo de lucros reinvestidos para todos os capitais em sociedades**, investimento direto assim como investimento de carteira
- **Avaliação dos títulos de dívida** tanto ao valor de mercado quanto ao valor nominal para posições do passivo
- Quadro complementar sobre **provisões**, decompostas em três categorias: ativos financeiros relacionados, ativos não financeiros relacionados e provisões não relacionadas com ativos

Próximas etapas

- Na sua 55.^a Sessão que terá lugar de 27 de fevereiro a 1 de março de 2024, será pedido à Comissão de Estatística das Nações Unidas que **subscreva o Relatório do Grupo de Trabalho Intersecretariado sobre Contas Nacionais relativamente às recomendações para a atualização do SCN 2008**
- Entretanto, prossegue a redação do SCN 2025
 - Inicialmente, este trabalho tem incidido nos capítulos **novos e substancialmente revistos**
 - Estes capítulos estão sujeitos a uma **consulta global capítulo a capítulo**
- Em maio-julho de 2024, o **anteprojeto completo** do SCN 2025 será partilhado para consulta global
 - Os capítulos que não são novos ou não foram objeto de revisões significativas terão as alterações assinaladas
- Também há um programa de trabalho significativo que visa desenvolver **materiais de orientação para apoiar a implementação** do SCN 2025

MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO DISPENSADA!



STATISTICS

Temas financeiros

Departamento de Estatística do FMI
**Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização sobre o
SCN e o BPM**

AGENDA



Sociedades
financeiras
(Capítulos 5 e 29
do SCN)



Temas
selecionados
sobre
instrumentos
financeiros
(Capítulos 12, 14
e 25 do SCN)



Quadros de quem
para quem e
análise financeira
relacionada
(Capítulo 37 do
SCN)

Novo capítulo 29 no SCN 2025: Sociedades financeiras

Este novo capítulo do SCN 2025 incluirá partes de temas abrangidos nos Capítulos 4 (Unidades e setores institucionais) e 21 (Medir a atividade empresarial) do SCN 2008.

Além disso, irá:

- Desenvolver o Capítulo 6 (Conta de produção) do SCN 2008.
- Ter uma revisão dos setores e subsetores financeiros, incluindo informação concisa sobre as fontes de dados e abordar diferentes estruturas de propriedade empresarial.
- Abordar o papel importante dos intermediários financeiros não bancários (sistema bancário paralelo).
- Garantir o alinhamento com as Estatísticas Monetárias e Financeiras (MFSM 2016).



Sociedades
financeiras
(Capítulo 29
do SCN)

Resumo das sociedades financeiras e atividade financeira

Esta secção aborda a função, a diversidade e o crescimento das sociedades financeiras, analisando:

- O impacto das inovações tecnológicas nas indústrias financeiras, incluindo a integração de empresas tecnológicas financeiras no quadro existente e adicionando rubricas complementares (d/q); tal estará intimamente alinhado com o Capítulo 22 do SCN sobre digitalização.
- A relação dos setores do SCN com as estatísticas baseadas na nacionalidade, abrangendo temas como a residência e a consolidação.
- Novas decomposições “d/q” das sociedades financeiras e subsetores por controlo.

Setores e subsetores das sociedades financeiras

- Uma revisão dos subsetores das sociedades financeiras, seguindo a mesma estrutura utilizada no Capítulo 4 do SCN 2008 (Capítulo 5 do SCN 2025), fornecendo uma análise bastante mais pormenorizada das suas funções como intermediários/auxiliares financeiros.
- Para cada subsetor principal das sociedades financeiras, será fornecida a estrutura seguinte:
 - Definição e atividades principais
 - Subcomponentes
 - Dados de base
 - Considerações das contas nacionais

Intermediação financeira não bancária

Desde a crise financeira, tem sido dada muita atenção à intermediação que ocorre fora do sistema bancário “regular” – intermediários financeiros não bancários (IFNB). Para o SCN, os IFNB incluem intermediários financeiros não depositários.

A atenção estará nas decomposições complementares recomendadas para os IFNB. Em termos de novos detalhes:

- O setor dos seguros é desagregado em subsectores de vida e não vida.
- O setor dos fundos de pensões é desagregado em regimes de benefício definido e contribuição definida.
- FMM em FFM VAL constante e FFM VAL variável e não FFM, enquanto que as contrapartes centrais de compensação fazem parte do subsector de outros intermediários financeiros.
- Decomposições complementares para sociedades financeiras cativas e entidades de finalidade especial.

Ligação às Estatísticas Monetárias e Financeiras

- Os setores e subsetores das sociedades financeiras do SCN estão intimamente relacionados com as Estatísticas Monetárias e Financeiras.
- Esta secção substitui parte do *Capítulo 27 do SCN 2008: Ligações às estatísticas monetárias e fluxo de fundos*.
- A discussão irá incluir temas de setorização, cobertura da sequência de contas e classificação dos instrumentos financeiros, assim como diferenças conceptuais respeitantes a instrumentos específicos.

Capítulo 25 do SCN: Temas selecionados sobre instrumentos financeiros

Este capítulo inclui partes do que era abrangido no *Capítulo 17 do SCN 2008: Temas transversais e outros temas especiais*. O capítulo irá fornecer mais detalhes para instrumentos específicos.

- O tratamento das garantias normalizadas
- Derivados financeiros
- Opções de ações para empregados
- O registo de fluxos associados a ativos e passivos financeiros



Temas
selecionados
sobre
instrumentos
financeiros

(Capítulo 25 do

Capítulo 25 do SCN: Temas selecionados sobre instrumentos financeiros

Tratamento das garantias normalizadas

Não há nenhuma questão conceptual importante a assinalar no que toca ao tratamento das garantias normalizadas. Para melhorar a interpretação, serão acrescentados mais exemplos numéricos.

Derivados financeiros

- Discussão alargada para cobrir diferentes classificações para derivados financeiros e inclusão de mais detalhes sobre estes tipos de instrumentos, tanto derivados negociados em bolsa quanto derivados negociados ao balcão.
- Serão discutidas as funções, o registo contabilístico e a utilização de derivados em operações de cobertura, arbitragem e especulação, assim como os riscos associados a estes instrumentos.

Capítulo 25 do SCN: Temas selecionados sobre instrumentos financeiros

Opções de ações para empregados

As orientações não mudaram, mas importa referir de que, de acordo com as novas normas de classificação para derivados, aplica-se o seguinte:

- As opções de ações para empregados são instrumentos de capital (categoria de risco de mercado). Serão acrescentados exemplos numéricos para assegurar uma maior clareza.

Capítulo 25 do SCN: Temas selecionados sobre instrumentos financeiros

Provisões para empréstimos, anulações e auxílios

- Desenvolve a discussão sobre empréstimos. Explica o conceito de provisões para empréstimos registados num período específico, incluindo provisões gerais e específicas, assim como estabelecerá a distinção entre provisões e anulações (*write-offs*).

O registo de fluxos associados a ativos e passivos financeiros

- O ponto de partida para esta secção é a Parte 4 do Capítulo 17 do SCN 2008. O plano geral da secção será alterado para começar com uma discussão das operações face a outros fluxos e ligar estes à sequência de contas.
- Para cada instrumento financeiro, será apresentada uma discussão das outras operações, assim como de outras variações de volume de ativos.

Capítulo 37 do *SCN 2025*: Quadros FWTW e Análise Financeira Relacionada

- Este capítulo está relacionado com a secção sobre o fluxo de fundos do Capítulo 27 do SCN 2008. A ênfase estará na dimensão “de quem para quem” (FWTW, na sigla em inglês) das componentes relevantes na sequência de contas setoriais do SCN, assim como numa série de indicadores financeiros relacionados com o setor institucional.

Visão geral das estruturas dos quadros das contas setoriais do SCN e cálculo dos quadros de FWTW

- Esta secção irá debruçar-se primeiro sobre os quadros de FWTW que apresentam os instrumentos financeiros para um determinado setor ao longo do tempo. Depois, é abordada a interligação entre os setores institucionais e são discutidas as principais fontes de dados FWTW sob a forma de dados de contraparte e bases de dados título-a-título.



De quem para quem

Quadros e análise financeira relacionada

(Capítulo 37 do

Capítulo 37 do *SCN 2025*: Quadros FWTW e Análise Financeira Relacionada

Quadros “de quem para quem” na sequência de contas do SCN

- É apresentada uma visão geral das principais estruturas de quadros setoriais e cálculo dos quadros de FWTW, incluindo algumas das principais fontes de dados subjacentes; quadros de FWTW na sequência de contas do SCN; e indicadores financeiros que podem ajudar a esclarecer os riscos e vulnerabilidades financeiras. Estes incluirão as contas não financeiras, a conta financeira e os balanços.
- As contas não financeiras são um acréscimo relativamente novo aos quadros FWTW. Ainda assim, estão intimamente relacionadas com as contas financeiras e os balanços e a sua construção pode providenciar detalhes adicionais ao nível de subcategorias para rubricas relevantes

Capítulo 37 do *SCN 2025*: Quadros FWTW e Análise Financeira Relacionada

Quadros “de quem para quem” na sequência de contas do SCN

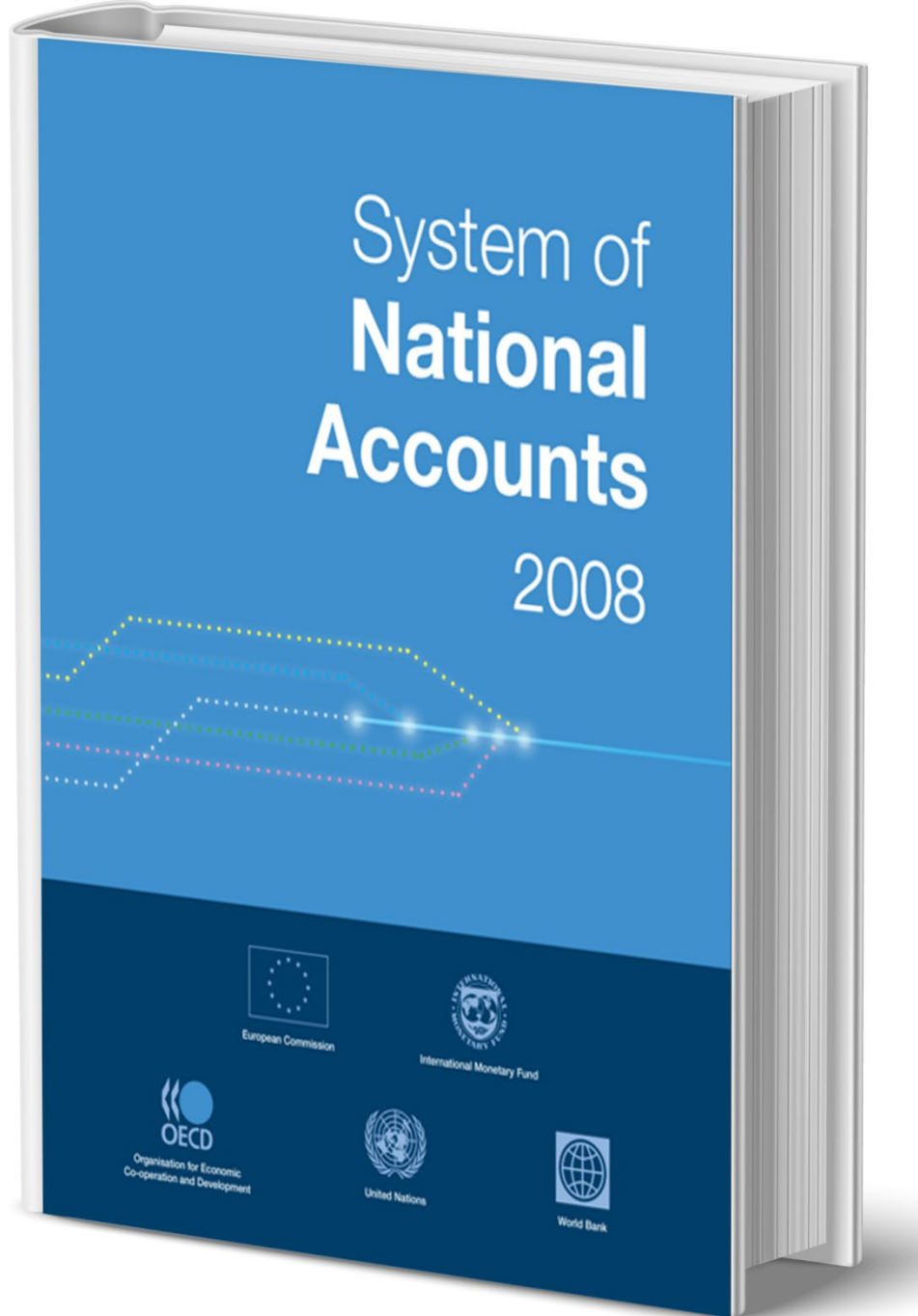
- Os quadros de FWTW da conta financeira realçam os detalhes sobre novas emissões de empréstimos, títulos de dívida, títulos de capital e unidades de participação de fundos de investimento, assim como a contração de empréstimos por meio de outros instrumentos em relação à aquisição desses ativos.
- Os quadros de FWTW do balanço realçam as interligações do stock entre os setores institucionais da economia.

Capítulo 37 do *SCN 2025*: Quadros FWTW e Análise Financeira Relacionada

Análise Financeira Relacionada

- É discutida a utilidade analítica dos quadros FWTW, que fornecem informações granulares, possibilitando a identificação de relações entre devedor e credor entre setores institucionais.
- Além disso, é apresentado um resumo dos riscos e das vulnerabilidades setoriais, incluindo mecanismos de transmissão, fazendo referência aos balanços setoriais e aos quadros FWTW relevantes. São apresentados ainda outros indicadores financeiros macroeconómicos.
- Também serão assinaladas algumas utilizações macroeconómicas atuais das contas do setor institucional: (i) análise da estabilidade financeira; (ii) análise monetária a respeito dos mecanismos de transmissão

MUITO OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO.



STATISTICS

Contabilização do bem-estar e da sustentabilidade

Departamento de Estatística do FMI
**Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização sobre o
SCN e o BPM**

AGENDA



Contexto



Conceitos e
limitações
do SCN



Atuais
indicadores
pertinentes
do SCN



Principais
atualizações
do SCN
2025



Decomposiçõ
es e
alargamentos
encorajados

Contexto

- A institucionalização do PIB como a norma internacional de mensuração do desempenho económico ao longo dos últimos 70 anos conduziu à sua utilização indevida como um indicador geral da situação de um país e da sua população, contrariamente ao parecer de especialistas.
- **Visão externa: SCN = PIB > PIB é uma medida insuficiente do bem-estar > logo o SCN oferece pouco**
- Contudo, o objetivo é que o SCN apoie a análise do bem-estar e da sustentabilidade através de duas formas:
 - Utilização dos agregados existentes das contas nacionais como contributos para o bem-estar; e análise de sustentabilidade (por exemplo, rendimento, consumo, poupança, património líquido, etc.)
 - Utilização das normas e estruturas contabilísticas do SCN para organizar dados sociais e ambientais fora do próprio SCN, que poderá estar associado para formar contas alargadas

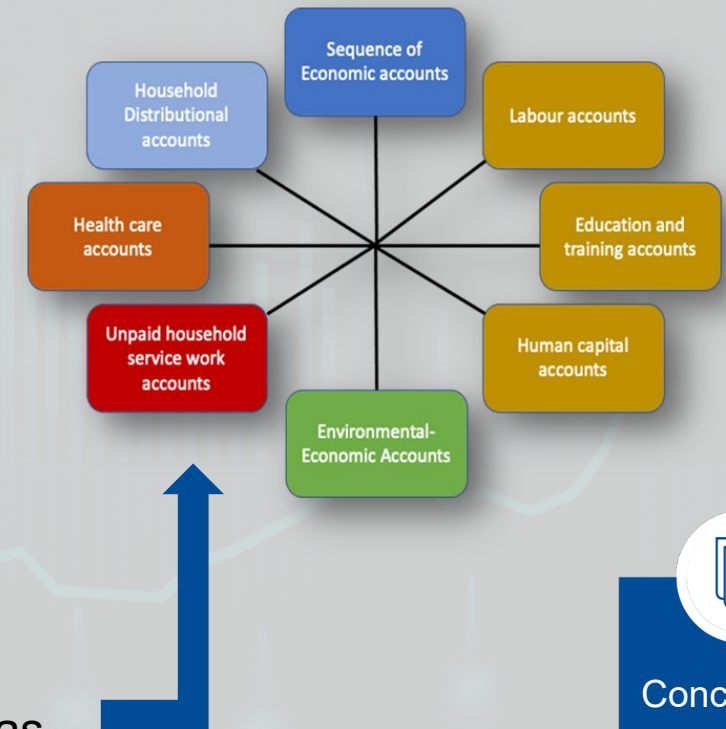


Contexto

- **Isto sintetiza as orientações fornecidas nos seguintes novos capítulos:**
 - **Capítulo 2: Contas nacionais e medidas do bem-estar e sustentabilidade**
 - **Capítulo 34: Mensuração do bem-estar**
 - **Capítulo 35: Mensuração da sustentabilidade**
- **O Capítulo 2 apresenta uma visão geral, ao passo que os Capítulos 34 e 35 fornecem mais pormenores**
- **Principais conclusões**
 - Reconhecimento de que as abordagens para a contabilização dos diversos aspetos do bem-estar encontram-se em diferentes níveis de normalização e de desenvolvimento de práticas de compilação.
 - Assim, os capítulos não são prescritivos nem definitivos, mas incentivam a compilação de contas alargadas e decomposições adicionais, utilizando agregados do SCN juntamente com outros quadros e fontes de dados.

Conceitos e limitações do SCN

- O bem-estar e a sustentabilidade incorporam dimensões económicas, ambientais e sociais:
 - **Bem-estar** - bem-estar material das famílias, afetado pela educação, saúde, trabalho, riqueza, social, ambiente, liberdade e outros fatores.
 - **Sustentabilidade** - a capacidade de satisfazer as necessidades atuais sem afetar as necessidades das gerações futuras.
- A sustentabilidade implica uma dimensão temporal, sendo que precisamos de um quadro contabilístico para calcular os saldos e os fluxos de capitais económicos, humanos, ambientais e sociais.
- Uma abordagem baseada na contabilidade aborda os desafios ao compilar um conjunto de indicadores compostos (com base em dimensões fundamentais) que de outra forma não assegurariam uma ligação coerente entre as dimensões.
- O SCN capta apenas alguns saldos e fluxos humanos e ambientais, mas pode explorar ligações (por exemplo, SCEA, SAET e SHA) e calcular novas medidas para criar contas alargadas e mais decomposições.



Conceitos e
limitações do
SCN

Conceitos e limitações do SCN

- O SCN agrega somente a parte do bem-estar material:
 - *Produtos mas não resultados (por exemplo, produção e consumo de bens alimentares versus comer em excesso)*
 - *Não cobre o bem-estar subjetivo ou as preferências espirituais ou ambientais*
 - *Inclui despesas defensivas, exclui externalidades – ambas afetam o bem-estar*
- O SCN regista os valores das trocas, não os valores do bem-estar – que inclui o excedente de consumidores > a internalização de todas as externalidades
- Assim, alterações na produção e no consumo ligadas ao bem-estar, mas não diretamente > utilidade do consumo de um produção ≠ mudança no bem-estar
- De referir ainda que o atual conceito de produção exclui a maioria dos serviços domésticos
 - *O SCN 2025 irá alargar isto a fim de incluir serviços domésticos não remunerados*
- Em geral, não há nenhum quadro, nem o SCN nem outro, que consiga captar todos os aspetos do bem-estar num só número - *é necessário considerar várias perspetivas*

Atuais indicadores pertinentes do SCN

Rendimento e consumo

- Relacionados com as medidas atuais de bem-estar
- A importância de medidas em termos líquidos e não em termos brutos a fim de contabilizar o custo de capital na geração de rendimento (ver Capítulo 21)
- Ênfase principal no consumo final das famílias ajustado, rendimento disponível e poupanças
 - *Também deve considerar as alterações no cabaz de produtos consumidos, tipos de rendimentos do trabalho*
- Também é necessário considerar:
 - Impacto das despesas com serviços públicos coletivos no bem-estar
 - Medidas de preços e volumes para observar as tendências do bem-estar

Património

- Está relacionado com o bem-estar atual e futuro e, logo, a sustentabilidade
- As contas de acumulação incluem informações especialmente importante para as famílias
 - *É necessário considerar alterações na matriz de ativos, medidas de bens de consumo duráveis nas DCFF*
- Também é necessário considerar:
 - Medidas em termos reais e *per capita*
 - Outros ativos mais latos fora do SCN, mas incluídos em medidas abrangentes do património (ambiental, humano e social) – conceitos alternativos de ativos para as contas alargadas
 - Infraestruturas públicas:
 - estradas, escolas, hospitais, etc.
 - impactos no bem-estar das famílias



Atuais indicadores pertinentes do SCN

Contas ambientais

- Ainda que o SCEA preveja um quadro mais exaustivo, o SCN 2008 já inclui medidas de:
 - Saldos e fluxos de ativos naturais detidos, incluindo:
 - rendas de recursos
 - outras variações de valor
 - outras variações de volume (por exemplo, descobertas minerais, esgotamento de recursos)
 - Despesas ambientais
 - Impostos e subsídios ambientais

Principais atualizações no SCN 2025

Contas ambientais

- O SCN 2025 inclui atualizações e acréscimos com base nos princípios do SCEA:
 - ✓ Inclusão de saldos/fluxos de recursos de energias renováveis (conceito de ativos revisto)
 - ✓ Abordagem revista da mensuração das rendas dos recursos naturais
 - ✓ A abordagem de divisão dos ativos
 - ✓ O esgotamento dos recursos naturais deve ser registado como custo de produção
 - ✓ Saiu da conta outras variações de volume
 - ✓ Clarificação do conceito de produção para os recursos biológicos
 - ✓ Inclui animais migratórios/unidades populacionais de peixes
 - ✓ Registo atualizado de regimes de comércio de emissões e provisões



Principais
atualizações no
SCN 2025

Principais atualizações no SCN 2025

Inclusão de trabalho doméstico não remunerado no conceito de produção

- Trabalho dentro das famílias e entre famílias que pode ser realizado por outro (critério do “terceiro”) deve ser incluído, cobrindo:
 - cuidados, alimentação, transportes, lavanderia, gestão doméstica, compras, voluntariado, serviços de informação
- A lógica é que de acordo com os serviços de domésticos e de alojamento de habitação própria já incluídos, a inclusão impede distorções nos níveis e no crescimento quando há mudanças entre autosserviços e serviços prestados pelo mercado
- A recomendação mínima é que esta atividade seja mensurada, no mínimo, de 5 em 5 anos como elemento adicional de atividade de produtividade nos quadros de recursos e empregos
- A avaliação requer (i) informações sobre o uso do tempo; e (ii) taxas salariais de mercado adequadas do setor
- [\[Nota – As contas de mão de obra foram um novo elemento fundamental do SCN 2025 – ver Capítulo 16\]](#)

Decomposições e alargamentos encorajados

Contas distributivas

- Estão relacionadas com o bem-estar atual e futuro e, logo, a sustentabilidade
- Precisam de desagregar o rendimento, consumo, património das famílias por:
 - Género, idade, nível de qualificações, situação laboral, geografia...
 - ... decis de património, propriedade de casa, indústria de trabalho
- A utilização destas ou de outras decomposições depende das questões analíticas

Despesa de consumo final das famílias por COICOP

Consumo efetivo final das famílias

Serviços domésticos não remunerados

Serviços ecossistémicos

Todas as famílias

Tipo de família

1.º quintil de rendimento
2.º quintil de rendimento
3.º quintil de rendimento
4.º quintil de rendimento
5.º quintil de rendimento



Decomposições e alargamentos encorajados

Decomposições e alargamentos encorajados

Contas de educação e capital humano

O capital humano é essencial para o bem-estar:

- Encontra-se fora do conceito de ativos do SCN (auto-incorporados, intransmissíveis) mas pode ser considerado um ativo, e ligado ao SCN numa conta alargada
- Pode ser calculado utilizando a abordagem do custo dos fatores de produção e a abordagem de rendimentos ao longo da vida, embora até ao momento não haja consenso sobre os melhores modelos ou pressupostos para a modelação (Ver *Guia UNECE 2016*)
- A educação e a formação constituem um fator importante para o capital humano, mão de obra (Cap. 16) e produção
 - As contas satélites da UNECE para a educação e formação (SAET) são totalmente coerentes com o SCN e podem ser desenvolvidas para providenciar uma grande variedade de decomposições do tipo QRE



MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO DISPENSADA!

Diapositivo adicional - Contas de distribuição das famílias

- Os principais saldos contabilísticos objeto de decomposição são:
 - Rendimento primário; rendimento disponível; rendimento disponível ajustado
 - Despesa de consumo final; despesa de consumo final efetiva
 - Património líquido; património financeiro líquido
- ... embora as medidas de distribuição também sejam úteis para temas referentes ao bem-estar (saúde, educação, etc.)
- Unidade de análise = definição padrão de uma família (privada ou institucional) com “reescalação”, mas as características dos membros individuais também devem ser registadas
- Os requisitos de cálculo incluirão:
 - Manutenção das ligações de expansão entre os dados do inquérito às famílias e agregados nas contas nacionais finais
 - Ligação de várias fontes de dados através de identificadores únicos e técnicas de correspondência
 - Alocação de rubricas macro como ENO, SIFIM para assegurar o alinhamento conceptual
 - Deflação adequada por tipo de família
 - Inclusão de estimativas da propriedade de bens de consumo duradouros por família

Diapositivo adicional – alargamento dos conceitos de consumo e produção

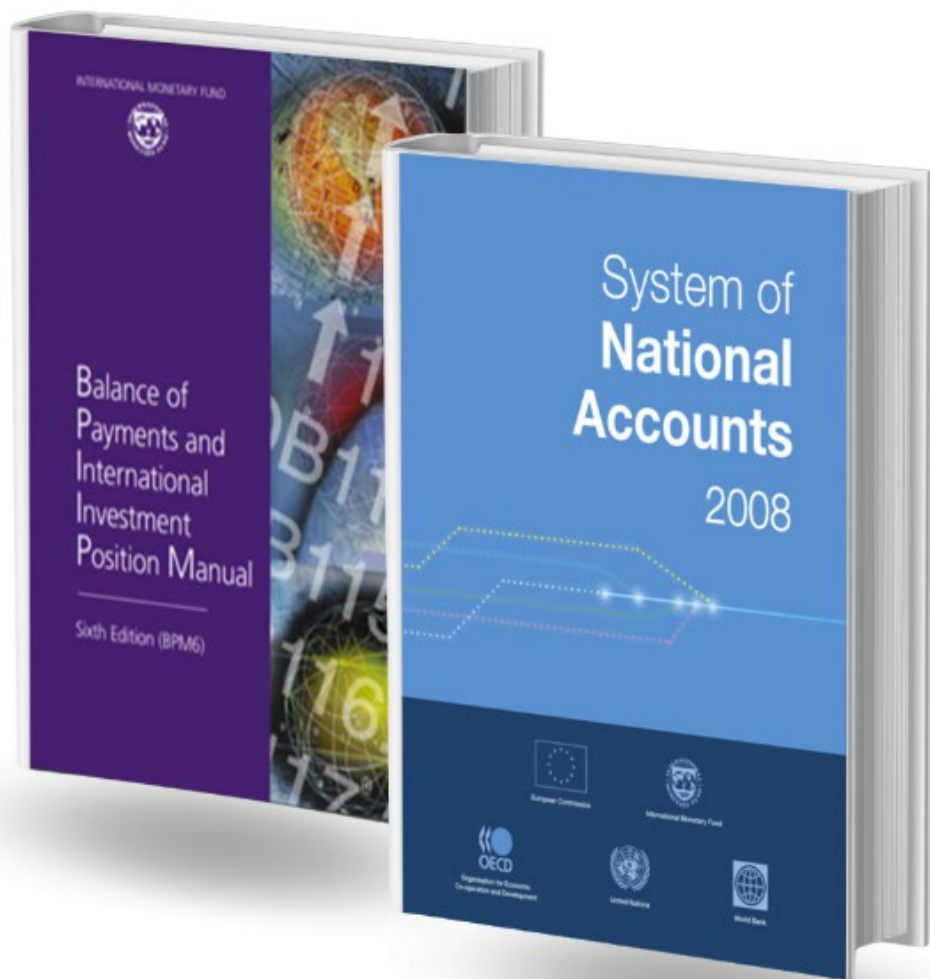
- O conceito já inclui a produção/armazenamento por conta própria e o consumo próprio de bens – alimentos, roupas, comidas, energia – importantes para as medidas de bem-estar.
- A análise de bem-estar pode ser alargada para incluir:
 - **(Fundamental) Serviços domésticos não remunerados** relacionados com saúde, educação, manutenção, transportes, cuidados a outros, etc. São necessárias medidas monetárias e sobre o uso do tempo (ver guia UNECE 2017; classificação ICATUS).
 - **(Alargado) Atividades não produtivas realizadas pelas pessoas** como dormir, comer e lazer. Não têm valor monetário, mas o tempo despendido é fundamental para o bem-estar.
 - **(Alargado) Serviços ecossistémicos** incluindo fornecimento de culturas, gado e madeira; serviços culturais, como atividades recreativas; e serviços reguladores referentes à qualidade do ar, água, solo, clima e ruído.

Diapositivo adicional – capital social

- Por capital social, entende-se, em geral, a combinação de instituições e redes formais e informais que contribuem para o funcionamento das nossas sociedades e economias.
- A mensuração do capital social é uma área em desenvolvimento mas, por enquanto, a sua mensuração na ótica contabilística não progrediu tão bem na prática e, assim, o SCN 2025 não inclui nenhuma recomendação ou orientação fundamental a respeito de uma análise alargada ou temática.
- Estudos futuros poderão identificar formas de definir e mensurar efetivamente o capital social para fins contabilísticos.



STATISTICS



Economia informal

Departamento de Estatística do FMI
Seminário Conjunto Virtual de Sensibilização sobre o
SCN e o BPM

AGENDA



Introdução



**Quadro
para a
economia
informal**



**Economia
não
observada**



**Atividades
ilegais**



**Trabalho
informal**



**Fluxos
transfronteiriços
informais**

Introdução

- Um capítulo revisto do SCN e um novo capítulo do BPM sobre as atividades informais. Representa uma importante revisão do Capítulo 25 do *SCN 2008*, realizada de acordo com as mais recentes recomendações da **Organização Mundial de Trabalho (OIT)** em matéria de informalidade.
- **Justificação:** O *SCN 2008* reconhece a importância das atividades informais e a necessidade da sua integração nas contas nacionais. Contudo, na altura, nem o *SCN 2008* nem as recomendações da OIT nos forneceram um quadro abrangente para a medição da economia informal.
- Este capítulo examinará a emergência de novas atividades económicas informais, que são frequentemente associadas a um rendimento mais baixo e incerto dos trabalhadores.
 - Inclui também algumas atividades ligadas à digitalização, caso dos serviços de utilização partilhada de veículos (*rideshare*).



Quadro para a economia informal

Objetivo:

Apresentação completa da economia informal.

Não tem por objetivo ser exaustiva.

A **economia informal** define-se pelo conjunto de todas as atividades produtivas informais.

***Por atividades produtivas informais** entende-se:

Todas as atividades produtivas desempenhadas por pessoas ou unidades económicas, que
– na lei ou na prática – não são alvo de disposições formais.



Quadro para a
economia
informal

Atividades produtivas informais por unidades económicas na economia informal

Economic units		Informal production			
Sector		Formal sector	Informal sector *	Household own-use production and community sector	
Informal productive activities by economic units		Production in the formal sector is formal	All production by informal household unincorporated market enterprises	Production by informal employees engaged by households and non-formal non-profit organizations	Informal household own-use production, non-formal non-profit organizations and direct volunteer work
Form of informal work as input to production	For pay or profit	Informal employment *	Informal employment *	Informal employment *	
		Partly informal productive activities of persons in formal employment *		Partly informal productive activities of persons in formal employment *	
	Not for pay or profit	Informal unpaid trainee work	Informal unpaid trainee work	Informal unpaid trainee work	
		Informal volunteer work	Informal volunteer work		Informal volunteer work
					Informal own-use production work
	Relation to SNA production boundary	Goods and services			Goods
SNA production boundary					
SNA general production boundary					

Atividades produtivas informais por pessoas na economia informal

Persons	Informal work				
Main intention of the productive activities	For pay or profit		Not mainly intended to generate pay or profit		
	Informal productive activities in relation to employment		Informal productive activities in relation to forms of work other than employment		
Informal productive activities by persons	Formal employment with partly informal activities *	Informal employment *	Informal unpaid trainee work Informal organization-based volunteer work Informal other work activities	Informal own-use production work Direct volunteer work	
Sector of the economic unit for which the work is provided	Formal sector	Formal sector	Formal sector		
		Informal sector *	Informal sector *		
	Household own-use production and community sector	Household own-use production and community sector	Household own-use production and community sector	Household own-use production and community sector	
Relation to SNA production boundary	Goods and services			Goods	Services
	SNA production boundary				
	SNA general production boundary				

* Components of the informal market economy.

Economia não observada

- Distingue-se do conceito de economia informal de um ponto de vista concetual.
 - Os dois conceitos servem propósitos distintos e cada um inclui elementos não abrangidos pela contraparte.
- A economia não observada abrange atividades que não são refletidas nos inquéritos estatísticos regulares.
 - Trata-se de um termo pragmático que é utilizado no contexto da compilação de estatísticas exaustivas.

Mas que se sobrepõe porque a economia informal é difícil de medir



Economia não observada

Atividades ilegais

A maioria das atividades produtivas ilegais (não todas) seria parte da economia informal, se os princípios da informalidade fossem aplicados.

- Toda a produção que, normalmente, é legal, mas que passa a ilegal, se levada a cabo por produtores não autorizados, deverá ser considerada economia informal.

No entanto, está convencionado que a produção de bens e serviços cuja venda, distribuição ou propriedade é proibida por lei deve ser excluída da economia informal.



Atividades
ilegais

Trabalho informal

- Esta secção está estreitamente ligada ao capítulo do trabalho do SCN.
 - Centra-se exclusivamente no emprego informal.
- Apresenta definições da OIT, relacionados com:
- O emprego:
 - *Por ex., emprego ou atividade laboral; trabalhadores independentes; trabalhadores dependentes; emprego com fins lucrativos; emprego remunerado.*
- As categorias do emprego informal:
 - *Por ex., trabalhadores familiares envolvidos na empresa familiar; empregados*
- As formas informais de trabalho que não o emprego:
 - *Por ex., voluntariado direto; estágios não remunerados; produção para uso próprio*



**Trabalho
informal**

Fluxos transfronteiriços informais

Esta subsecção aborda problemas que ocorrem nas estatísticas do setor externo, quando se omitem as transações que estão fora do âmbito dos inquéritos estatísticos regulares.

Exemplo: as estatísticas do comércio de mercadorias podem não incluir o comércio de fronteira

- realizadas por empresas familiares não constituídas em sociedades e não incluídas nos registos aduaneiros.

O quadro pode ser utilizado para “cobrir” transações transfronteiriças de bens, serviços informais e remessas efetuadas através de canais informais.



Fluxos
transfronteiriços
informais

Muito obrigado pela atenção dispensada.

Contratantes dependentes

Os contratantes dependentes detêm e operam empresas familiares não constituídas em sociedades e têm acordos contratuais de natureza comercial (mas não um contrato de trabalho) para a prestação de bens e serviços a/por intermédio de outras unidades económicas.

Têm um emprego informal se:

- Não são proprietários ou coproprietários de uma unidade económica formal e não estão registados para efeitos fiscais e, como tal, não possuem estatuto formal, ou
- São proprietários ou coproprietários de uma unidade económica formal ou estão registados para efeitos fiscais e, como tal, possuem estatuto formal, embora sem acesso efetivo às disposições formais destinadas a reduzir o risco económico relacionado com o emprego.

Digitalização

A digitalização facilita de várias formas a produção. Nomeadamente:

- Ao nível **dos contratantes dependentes** que dependem de grandes empresas formais que prestam serviços de intermediação digital. Estas empresas podem facilitar a formalidade para os contratantes dependentes.
- Por exemplo, **empresas familiares não constituídas em sociedades**, via mercados digitais. A respetiva classificação económica baseia-se nos critérios da informalidade.